

MARGIT BRUGGER

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

A abordagem agroecológica como uma alternativa para o Terceiro Mundo

Florianópolis

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências Jurídicas
Curso de Pós-Graduação em Direito
Programa de Mestrado
Área de concentração em Relações Internacionais

**GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
A abordagem agroecológica como uma alternativa para o Terceiro Mundo**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Relações Internacionais.

Mestranda: Margit Brugger

Orientador: Prof. Dr. Arno dal Ri Jr.

Florianópolis

2007

MARGIT BRUGGER

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:

A abordagem agroecológica como uma alternativa para o Terceiro Mundo

Essa dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação de Pós-Graduação, Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Presidente e Orientador
Prof. Dr. Arno dal Ri Jr

Membro
Prof. Dr. Rogério Portanova

Membro
Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Grande Espírito do Universo pela oportunidade.

À minha família, em especial aos meus pais Hans e Erika e ao meu irmão Mathias, que, embora fisicamente haja um oceano entre nós, nunca me deixam faltar apoio e carinho.

A Rogério Portanova. Esta página não seria suficiente para listar tudo.

Aos colegas mestrandos, que deram um rosto e um coração a este Brasil.

Às grandes mulheres que me acompanharam durante o processo: Christina, Janaina, Joana, Marisa, Manon, Miriam, Miriam, Pedra, Silvia, Suindara.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Arno dal Ri Jr., pelo acolhimento e o acompanhamento.

A Armando de Melo Lisboa, pelo exemplo de simplicidade e de luta com coração.

Ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, seus professores pelo conhecimento compartilhado e seus funcionários pelo trabalho incansável.

À *Università degli Studi di Padova*, especialmente aos professores Francisco Leita e Gigliola Landucci.

À *Autonome Provinz Bozen/Südtirol* pela bolsa que me permitiu a dedicação exclusiva a esta dissertação.

Ao Brasil, ao Estado de Santa Catarina, especialmente à Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (FAPESC) e à Secretaria de Articulação Internacional (SAI) e todos os seus funcionários, pelo companheirismo durante a experiência de trabalho.

A todos aqueles que durante este período de alguma forma compartilharam comigo as suas experiências e o seu saber.

BÊNÇÃO CHINOOK

Invocamos a Terra, nossa morada, os seus maravilhosos abismos e as suas fulgurantes alturas, a sua vitalidade e a sua profusão viva, e todos reunidos lhe pedimos

que nos ensine e nos mostre o Caminho.

Invocamos as montanhas, as cascatas e os Olimpos, os altos vales verdejantes e os prados cobertos de flores bravas, as neves eternas, os cumes silenciosos, e pedimos-lhes

que nos ensinem e nos mostrem o Caminho.

Invocamos as águas que cobrem a Terra de horizonte a horizonte, as águas que correm nos nossos rios e nas nossas ribeiras, que caem nos nossos hortos e nos nossos campos, e pedimos-lhes

que nos ensinem e nos mostrem o Caminho.

Invocamos o chão que faz crescer o nosso alimento, o solo que nos nutre, os campos férteis, os jardins e pomares abundantes, e pedimos-lhes

que nos ensinem e nos mostrem o Caminho.

Invocamos as florestas, as grandes árvores que se arrojam poderosamente na direção do firmamento, as suas raízes na terra e os seus ramos no céu, o pinheiro, o abeto e o cedro, e pedimos-lhes

que nos ensinem e nos mostrem o Caminho.

Invocamos as criaturas dos campos, das florestas e dos mares, os nossos irmãos e irmãs, o lobo e o veado, a águia e a pomba, as grandes baleias e o golfinho, a magnífica orça e o salmão que compartilham a nossa pátria do Noroeste, e pedimos-lhes

que nos ensinem e nos mostrem o Caminho.

Invocamos todos os que viveram na Terra, os nossos antepassados e os nossos amigos, que sonharam com o bem das gerações futuras e cujas vidas construíram as nossas vidas, e pedimos-lhes agradecidos

que nos ensinem e nos mostrem o Caminho.

E por fim invocamos o que temos de mais sagrado, a presença e a força do Grande Espírito de amor e de verdade que banha todo o universo... e pedimos-lhe que esteja conosco

para nos ensinar e mostrar o Caminho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar se, a partir dos graves problemas sociais e ambientais no contexto da globalização, a abordagem agroecológica pode levar a condições sócio-ambientais mais satisfatórias para as áreas rurais do Terceiro Mundo, influenciando de forma significativa o conjunto do tecido social e repercutindo também nas Relações Internacionais. A este fim, estuda-se o fenômeno do desenvolvimento numa perspectiva histórica e suas interpretações dentro dos mecanismos internacionais que o teorizam e implementam, apresentando uma crítica ao seu reducionismo na perspectiva do chamado pós-desenvolvimento. Posteriormente, faz-se um recorte a partir do setor agrícola para apontar as problemáticas consequências sócio-ambientais do modelo hegemônico, contrapondo a ele a abordagem da agroecologia. Por fim, analisa-se o caso do Estado de Santa Catarina, que não somente ilustra as consequências concretas das estratégias desenvolvimentistas das últimas décadas, mas que também deu lugar a importantes experiências de agroecologia. Os resultados da pesquisa apontam para o emergir de uma sociedade civil global, ainda em forte medida invisível e que co-existe com as tradicionais Relações Internacionais. Ela é organizada em rede e procura mudanças concretas a partir do espaço local, numa perspectiva de síntese entre o tradicional e o moderno.

Palavras-chave: Globalização. Relações Internacionais. Desenvolvimento. Desenvolvimento rural sustentável. Agroecologia. Santa Catarina.

ABSTRACT

The present study intends to analyze if, considering the serious social and environmental problems in the globalization context, agroecology can lead to more satisfactory social and environmental conditions in the rural areas of the Third World, taking influence in the social context and reflecting also in International Relations. To this purpose, an approach of the phenomenon of development is made from a historical point of view, in order to study its interpretations inside the international mechanisms which theorize and implement it. Successively, critics to its reductionism are analyzed from the so-called after-development perspective. A clipping of the agricultural sector, intends to show the problematic social and environmental consequences of the hegemonic approach, opposing it to the more sustainable agroecologic proposition. The study of Brazilian Santa Catarina State, eventually, intends to illustrate the concrete consequences of development strategies during the last decades, and the realizing of important agroecology experiences. The results of the research point out that a global civil society is emerging, still almost invisible and co-existing with traditional International Relations. It is organized in network and aims at concrete changes starting from local space, in a perspective of synthesis between tradition and modernity.

Key-words: Globalization. International Relations. Development. After-Development. Sustainable Rural Development. Agroecology. Santa Catarina State.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
BÊNÇÃO CHINOOK	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO	1
1. GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: DA SUA ORIGEM ATÉ O PÓS-DESENVOLVIMENTO	8
1.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	9
1.1.1 Origem	9
1.1.2 Evolução	10
1.1.2.1 As primeiras décadas do desenvolvimento.....	10
1.1.2.2 A segunda fase do desenvolvimento.....	12
1.1.2.3 A terceira fase do desenvolvimento.....	13
1.1.2.4 A quarta fase do desenvolvimento.....	14
1.2 CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO: O PÓS-DESENVOLVIMENTO	16
1.2.1 A origem do subdesenvolvimento	18
1.2.2 A “cruzada” para a industrialização	21
1.2.3 Institucionalização do desenvolvimento	24
1.2.4 A abordagem das necessidades básicas	27
1.2.5 A crise da dívida	31
1.2.5.1 Os pilares do sistema financeiro internacional.....	34
1.2.5.2 Os programas de ajuste estrutural.....	35
1.2.6 A centralidade do mercado	36
1.2.7 Desenvolvimento sustentável	38
1.3 A EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO	44
1.4 UM NOVO PARADIGMA PARA O DESENVOLVIMENTO?	47
1.4.1 A Declaração do Milênio, a Conferência de Monterrey e a Declaração de Doha	49
1.5 A SUPERACÃO DO DESENVOLVIMENTO	53
1.5.1 A proposta do pós-desenvolvimento	55

2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO: DA REVOLUÇÃO VERDE A ABORDAGEM AGROECOLÓGICA.....	58
2.1 A REVOLUÇÃO VERDE: FIM DA FOME NO MUNDO?.....	59
2.1.1 Agricultura para exportação – um modelo de desenvolvimento.....	60
2.1.2 Limites do cultivo extensivo.....	62
2.1.2.1 Monocultura e meio ambiente.....	64
2.1.2.2 Monocultura sem dimensão humana.....	69
2.1.3 Uma segunda Revolução Verde?.....	71
2.2 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.....	73
2.2.1 Substituição de insumos.....	75
2.2.2 Desenvolvimento rural sustentável na América Latina.....	78
2.3 A ABORDAGEM DA AGROECOLOGIA.....	79
2.3.1 Influências da agroecologia.....	80
2.3.2 Agroecologia e desenvolvimento.....	81
2.3.2.1 O social e o ambiental.....	82
2.3.3 O papel das ONGs na difusão da agroecologia.....	90
2.3.4 Dificuldades na implementação da agroecologia.....	92
2.3.5 A agroecologia no mundo globalizado.....	94
3. O GLOBAL E O LOCAL: DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	104
3.1 CARACTERÍSTICAS DE SANTA CATARINA.....	104
3.1.1 A pequena agricultura familiar.....	106
3.2 DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	113
3.3 O GLOBAL E O LOCAL: IMPULSOS PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA.....	118
3.4 A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL (AGRECO). UMA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA.....	121
3.4.1 Características das Encostas da Serra Geral.....	122
3.4.2 A chegada da modernidade.....	124
3.4.3 Início e evolução da AGRECO.....	126
3.4.4 Limitações e oportunidades diante o real concreto.....	134

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	145

LISTA DE SIGLAS

- ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACARESC** - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
- AGRECO** – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
- ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- BDE** – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
- BIRD** - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- BRDE** – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- CEAG** – Centro de Assistência Gerencial
- CEPAGRO** – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNPSA** – Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves
- DAC** – Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE
- DESENVOLVER** – Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção
- DESER** – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATUR** – Instituto Brasileiro de Turismo
- EMPASC** – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
- EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- EUA** – Estados Unidos de América
- FAO** – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FEPRO** – Fundo de Estímulo a Produtividade
- FIDA** – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
- FIESC** – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FUNDESC** – Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IICA** – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LACDE** – Comissão da América Latina para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente
- MDA** – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDG – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

NCR – Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial de Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

PAM – Programa Alimentar Mundial

PLAMEG – Plano de Metas do Governo de Santa Catarina

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROPAGRO - Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNHCR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica à análise do desenvolvimento no contexto da globalização, a partir de uma perspectiva crítica do modelo predominante dentro dos mecanismos internacionais de desenvolvimento. Será feito um recorte sobre agricultura, sendo o objetivo fundamental da pesquisa analisar se a abordagem agroecológica, como parte de uma visão alternativa ao paradigma¹ dominante, é apta a contribuir para melhores condições sócio-ambientais nas áreas rurais dos países do Terceiro Mundo e, em última instância, para influir de alguma forma nas Relações Internacionais.

Parte-se da asserção de que os efeitos de uma crise multi-facetária que atinge o planeta estão sendo cada vez mais perceptíveis em vários níveis. Os aspectos sociais e ambientais, em particular, tomam formas preocupantes pelo mundo todo, e clamam com urgência para soluções com resultados imediatos. No âmbito das Relações Internacionais, grande importância é dada às assimetrias entre Norte e Sul e sua possível superação através do desenvolvimento. Os resultados das estratégias teorizadas e implementadas por mecanismos internacionais durante as últimas seis décadas, porém, mostram atualmente, e mais do que nunca, a sua falência para com este objetivo. De fato, como resulta dos dados do Banco Mundial, a pobreza em grande parte dos países do Terceiro Mundo aumentou nos últimos anos, abrindo cada vez mais o abismo entre países do Norte e países do Sul². A isso se soma a degradação do meio ambiente, que atingiu dimensões tais que vieram a constituir uma séria ameaça para a continuação da vida no planeta terra.

¹ O conceito de paradigma, neste trabalho, será utilizado conforme entendido pela epistemologia de Thomas Kuhn (2005). O conceito indica a adoção, por parte de toda uma comunidade científico-profissional, de um modelo interpretativo e normativo, que servirá de base durante um determinado período. No final desse período acontece uma “revolução científica”, que indica o início da adoção de um modelo novo.

² Cf. dados de *World development indicators 2005*, do Banco Mundial, publicado por Bonaglia e De Luca, 2006, pp. 28-30.

A hipótese de fundo é que foi o próprio modelo de desenvolvimento teorizado e implementado pelos mecanismos internacionais e nacionais nas últimas décadas, que difundiu pelo planeta uma visão do mundo que desrespeita o meio ambiente e o ser humano. De fato, ele está intimamente ligado a uma visão reducionista e economicista da realidade, que procura a maximização do lucro em curto prazo como prioridade absoluta. No âmbito agrícola estas conseqüências são particularmente evidentes. Estudar-se-á a abordagem agroecológica, que se baseia numa visão mais ampla, considerando a interligação dos processos e fenômenos da realidade. Esta abordagem procura difundir uma concepção onde valores não-monetários voltam a contar, para contribuir na construção de uma ética diferente. Procura-se analisar se, dessa forma, essa concepção ajudaria na emancipação da população rural nos países em desenvolvimento, para que, no longo prazo, viesse a fomentar uma maior auto-confiança desses países no que diz respeito às suas especificidades e riquezas peculiares, e, em conseqüência, a alcançar um posicionamento diferente no contexto das Relações Internacionais.

O trabalho divide-se em introdução, três capítulos de pesquisa e considerações finais.

No primeiro capítulo, procurar-se-á estudar o fenômeno do desenvolvimento, tal como ele surgiu e evoluiu no interior dos mecanismos que o teorizam e difundem. Será, para este fim, apresentada a visão oficial desses mecanismos ao longo das últimas décadas, que se baseia principalmente na ciência econômica e em como ela é entendida em cada período específico. A seguir, será apresentada uma crítica a essa visão hegemônica, a partir do movimento do pós-desenvolvimento. Essa corrente procura mostrar que o desenvolvimento, tal como é entendido nos mecanismos acima mencionados, não é nada além da construção de uma verdade, que passou a ser colocada e aceita amplamente como a única realidade possível. Os pós-desenvolvimentistas defendem que o desenvolvimento e os conceitos que o apóiam fazem parte de uma visão de mundo específica, que se tornou definitivamente predominante após a Segunda Guerra Mundial: a ocidental. Esta interpretação da realidade está estritamente

ligada à história e à filosofia ocidental, principalmente ao Iluminismo europeu. Os princípios que a regem são feitos a partir da exaltação da razão e do valor econômico de todas as coisas. De fato, esse modelo, regido pela “Ciência, Estado e Mercado” (W. Sachs, 1993c) é utilizado com grande força persuasiva, prometendo o fim da pobreza e o poder ilimitado do homem. Assim, disseminou-se pelo mundo durante os últimos séculos, varrendo as culturas locais e as abordagens que defendiam outras visões de mundo. O desenvolvimento, nessa concepção, institucionalizou essas tendências, criando, dessa forma, uma ordem hierárquica internacional onde os países menos avançados economicamente são colocados em uma posição subalterna que, na realidade, continua beneficiando os ricos.

No segundo capítulo, será feito um recorte a partir da agricultura. A análise desse setor, de fato, permitirá esclarecer de forma mais concreta as conseqüências das estratégias desenvolvimentistas nos países do Terceiro Mundo, uma vez que ele está ligado diretamente a importantes aspectos sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, a agricultura tem um papel prioritário nas relações entre Norte e Sul, pois constitui uma das principais fontes de renda dos países em desenvolvimento, além de se tratar da ocupação principal de uma parte significativa dos seus habitantes.

Diversos países menos avançados economicamente, incentivados pelos organismos internacionais dominantes, adotaram nas últimas décadas políticas agrícolas específicas, que se inserem na lógica do modelo desenvolvimentista hegemônico. Para conseguir divisas de forma rápida, eles impuseram monoculturas com maciço uso de agrotóxicos, a fim de aumentar a produtividade agrícola voltada à exportação. As identidades e as tradições locais foram deixadas para trás. Isso provocou, por um lado, a acentuação das dificuldades sociais ao destruir os laços comunitários e ao favorecer a concentração fundiária e de renda; e, por outro lado, um agravamento dos problemas ambientais pela super-exploração dos recursos naturais. Estes custos sociais e ambientais, porém, são tratados pelo modelo hegemônico como externalidades, já que a prioridade é a exaltação do lucro em curto prazo.

Frente às dificuldades aqui descritas e o aparente fracasso das tentativas de solução propostas pelo mesmo modelo hegemônico, abordagens alternativas estão surgindo no mundo todo, em busca de uma forma de convivência mais harmoniosa e plena entre os seres humanos, e entre estes e a natureza. No âmbito agrícola, uma interessante contribuição é dada pela abordagem agroecológica. Ainda no segundo capítulo, serão apresentadas as premissas filosóficas deste modelo, que se distinguem de forma fundamental do paradigma hegemônico. Da mesma maneira, serão descritas as técnicas e objetivos em prol de um desenvolvimento rural diferente. Tal descrição será feita de forma simples e tão somente ilustrativa, a fim de não extrapolar o objeto da presente pesquisa.

Ainda, buscar-se-á demonstrar que a agroecologia se insere na visão do chamado “pós-desenvolvimento”, no momento em que procura romper com o modelo dominante, predatório e excludente. Ela busca, de fato, o “empoderamento” (Norgaard; Sikor, 2002) do pequeno agricultor, e, desta forma, um desenvolvimento de baixo para cima, em clara contraposição às abordagens hegemônicas.

No terceiro capítulo, finalmente, será apresentada a realidade do Estado de Santa Catarina, à luz do quadro elaborado anteriormente. Este Estado, situado no Sul de um importante país em desenvolvimento, o Brasil, é considerado um dos mais dinâmicos em termos de produção agrícola, e vive a expressão concreta, em nível local, das tendências globais descritas no primeiro e segundo capítulos. Far-se-á, portanto, uma breve descrição das especificidades peculiares dos aspectos topo-demográficos catarinenses que, em grande medida, influenciam o “modelo catarinense de desenvolvimento” (Viera, 2002; Mussoi, 2002; Schmidt et ali, 2002). Posteriormente, serão apresentadas as principais tendências de desenvolvimento, tal como elas foram implementadas pelos órgãos estaduais nas últimas décadas. Por fim, proceder-se-á à descrição de uma das mais importantes experiências de agroecologia no território do Estado.

Na última parte, serão expostas as conclusões da pesquisa e suas considerações finais.

A metodologia adotada no presente estudo é a monográfica, que consiste na consulta de material bibliográfico sobre as temáticas abordadas, assim como pesquisa em jornais, revistas e na *internet*, objetivando um maior alcance do tema.

O método de abordagem baseia-se, em um primeiro momento, nas técnicas descritivas do fenômeno do desenvolvimento, do desenvolvimento rural e da agroecologia, a partir de teorias disponíveis. Sucessivamente, é utilizado o método indutivo, através do qual se procurou trabalhar com a seguinte questão: a partir das características da abordagem agroecológica, como parte de um paradigma alternativo ao hegemônico, é possível chegar a condições sócio-ambientais mais satisfatórias nas áreas rurais do Terceiro Mundo? Quais seriam as repercussões trazidas para as Relações Internacionais?

A presente pesquisa encontra sua justificativa em diferentes aspectos. A atualidade e importância do tema são dadas pela cada vez maior evidência dos graves problemas sócio-ambientais que o planeta está enfrentando. Ao mesmo tempo, são inegáveis as limitações do atual paradigma hegemônico no que se refere à proposição de soluções abrangentes aos desafios existentes, resumidas pelo conceito de desenvolvimento aqui estudado.

O presente trabalho coloca em discussão os conceitos desse modelo, buscando contribuir com o questionamento das facetas da realidade apresentadas como as únicas verdadeiras, além de ajudar a abrir espaço para interpretações e atuações diferentes e criativas. Do mesmo modo, trazendo para o Direito das Relações Internacionais um campo de estudos tradicionalmente abordado por outras disciplinas, como é a agroecologia, procura-se contribuir com a ampliação da discussão.

Cabe ressaltar, por fim, que o tema é de grande complexidade por sua natureza interdisciplinar, pois envolve aspectos não somente das Relações Internacionais, mas também da Sociologia, Ciência Política e Agronomia, dentre outros. É inevitável, portanto, uma

simplificação no que se refere ao objeto da pesquisa. É importante precisar, em especial, que aspectos técnicos e econômicos da política agrícola, como técnicas de plantio, ou temas polêmicos como a reforma agrária não são objeto deste trabalho, e serão abordados tão somente de forma marginal à pesquisa.

Conceitos Operacionais

É cabível fazer alguns esclarecimentos preliminares com respeito aos conceitos operacionais utilizados neste trabalho.

O conceito “Terceiro Mundo” será utilizado como sinônimo para países em desenvolvimento, ou países do Sul. É importante ressaltar que existe uma enorme complexidade dentro das Relações Internacionais e é extremamente difícil agrupar os chamados países do Sul do mundo dentro de uma única categoria. Dentro dos mecanismos internacionais, geralmente se trabalha com diferentes categorias. Gélinas (1994, p. 55) baseando-se em dados do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lista as seguintes: os países ricos, membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); outros países “industrializados” (ex-bloco socialista do leste europeu); países exportadores de petróleo com alto rendimento; países em via de desenvolvimento (os países mais industrializados da Ásia, como China, Cingapura...); países mal-desenvolvidos (entre eles muitos países da América Latina como o Brasil, mas também da África, a Índia...); e, por fim, os países menos avançados, a maioria deles situados na África. Cabe frisar que estes países não somente são extremamente heterogêneos, mas muitos deles estão também em uma relação de concorrência entre si. Recentemente, uma estratégia importante é considerada a constituição de blocos regionais para aumentar a competitividade no âmbito internacional.

Considerando todas estas reservas, opta-se, no presente trabalho, por uma simplificação, funcional à pesquisa. De fato, segundo Wolkmer (1994, p.18), todos os países do Sul têm em comum algumas características, pois todos enfrentam problemas similares com os ricos do Norte: o comércio internacional, o uso da ciência e tecnologia, a espoliação dos recursos naturais e as políticas sobre os recursos financeiros.

O termo “Terceiro Mundo”, nesses contextos, é considerado superado no atual quadro internacional por diferentes autores. Ele foi cunhado pelo jornalista francês Alfred Sauvy em 1952, para designar o grupo heterogêneo dos países mais pobres, em uma alusão à sua posição subalterna com respeito aos dois blocos ocidental e soviético, hegemônicos após a segunda Guerra Mundial. O termo Terceiro Mundo nasceu a partir de uma comparação com o chamado Terceiro Estado na França, e com as suas reivindicações na véspera da Revolução Francesa de 1789. Após a implosão do bloco soviético, e a crescente heterogeneização dos países do Sul até a aparição do termo “Quarto Mundo” para os mais pobres, o conceito Terceiro Mundo não teria mais validade. Gélinas (1994, *op. cit.*, p. 41) porém, argumenta que como antes, as suas principais conotações continuam existindo: a exclusão, a dependência e a exploração. É neste sentido que o conceito será utilizado durante este estudo³.

Quanto ao segundo conceito operacional, qual seja o de desenvolvimento, encontraram-se grandes dificuldades ao longo do trabalho. Na primeira sessão do primeiro capítulo, o conceito será utilizado dentro da perspectiva dos mecanismos internacionais, que o teorizam e o implementam. Posteriormente, o mesmo conceito será criticado à luz da abordagem do “pós-desenvolvimento”. Apesar da atual epistemologia apresentar graves lacunas, a mesma palavra será utilizada ao longo de toda a pesquisa, mas levando-se em consideração as reservas apresentadas na segunda sessão do primeiro capítulo.

³ Para um aprofundamento sobre o conceito de Terceiro Mundo, ver Lacoste, 1985; Merle, 1981; Schwartzberg, 1979; Abdenur e Sardenberg, 1982.

1. GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: DA SUA ORIGEM ATÉ O PÓS-DESENVOLVIMENTO

O fato de no mundo existirem países desenvolvidos e outros em desenvolvimento ou subdesenvolvidos faz parte da realidade internacional em que vivemos, e não é contestado pelos dirigentes nem pelas populações de grande parte do planeta. Como mencionado na introdução, durante várias décadas foram pensadas e implementadas internacionalmente estratégias, que deveriam levar condições melhores às regiões menos favorecidas. Mas, embora trouxesse um estilo de vida de padrões ocidentais para alguns, para a maioria das pessoas a vida piorou em vez de melhorar⁴. Nos últimos anos, uma crise ambiental sem precedentes juntou-se aos graves problemas sociais. As idéias dominantes sobre o desenvolvimento, baseadas em uma concepção ocidental do mundo que prioriza aspectos materiais ligados ao crescimento econômico, demonstram já há algum tempo a sua incapacidade de propor soluções mais abrangentes para estes importantes desafios.

Neste capítulo será feita, num primeiro momento, uma breve ilustração da origem e da evolução do desenvolvimento dentro das instituições internacionais e nacionais que o concebem e o implementam. A seguir, será dado espaço às principais críticas dirigidas aos mais importantes conceitos ligados ao desenvolvimento, desde o ponto de vista do pós-desenvolvimento. Posteriormente, falar-se-á das tendências mais recentes dentro dos mecanismos do desenvolvimento.

⁴ Como resulta de *World development indicators 2005*, do Banco Mundial, publicado por Bonaglia e De Luca, 2006, pp. 28-30.

1.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Nesta primeira parte far-se-á uma breve sinopse sobre a história do conceito de desenvolvimento, como ele surgiu e como se desenvolveu ao longo das últimas décadas. A referência teórica utilizada será, para tal fim, a obra de Federico Bonaglia e Vincenzo de Luca, dois economistas representantes da Itália na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵, que se dedica à análise da cooperação internacional ao desenvolvimento.

1.1.1 Origem

Há unanimidade quanto à concepção de que a origem das políticas em prol do desenvolvimento coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial (Bonaglia; de Luca, 2006, *op. cit.*; Gélinas, 1994, *op. cit.*; W. Sachs, 1993; Esteva, 1993). A maioria das instituições, que ainda atualmente são responsáveis pelo desenvolvimento, foi criada nos anos do imediato pós-guerra. O seu fim era, por um lado, reconstruir a economia dos Estados europeus fortemente prejudicados durante o conflito e, por outro lado, tomar conta das colônias que o velho continente estava impossibilitado de continuar a administrar. Do ponto de vista ideológico, o controle da difusão do comunismo teve, da mesma forma, um papel prioritário. Assim, o Banco para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI), tal como a Organização para a Cooperação Econômica Européia, que mais tarde se tornaria a OCDE, são criados naquela época, junto com o sistema das Nações Unidas.

O primeiro passo para a ajuda ao desenvolvimento é dado em 1948, quando a Assembléia Geral da ONU vota a resolução 200 que sugere uma política internacional de

⁵ A OCDE é a organização que reúne os 30 principais doadores nas políticas em prol do desenvolvimento.

ajuda para o avanço econômico das regiões menos industrializadas do planeta. Em 1949, durante o discurso inaugural do seu segundo mandato, o Presidente norte-americano Truman se baseia nessa resolução, quando convida todos os países industrializados a ajudarem os países pobres a se desenvolverem. O discurso será tratado mais amplamente no tópico sobre a origem do subdesenvolvimento, que se encontra adiante neste capítulo.

Tem início, então, naquela época, um novo sistema internacional cujo objetivo declarado está, antes de tudo, baseado na solidariedade humana: eliminar a pobreza no mundo. Como consta na entrada do Banco Mundial: “nosso sonho é um mundo sem pobreza” (Bonaglia; De Luca, 2006, *op. cit.*, p.9).

1.1.2 Evolução

Neste tópico, busca-se fazer uma breve sinopse sobre a evolução do conceito de desenvolvimento ao longo das últimas décadas. Bonaglia e De Luca (2006, *op. cit.*) fazem uma distinção em quatro fases, onde cada uma é expressão do pensamento dominante da época. Eric Thorbecke (*apud idem*, p. 14) utiliza o conceito de “estratégias de desenvolvimento”, onde as políticas de desenvolvimento se baseiam na interligação de alguns elementos historicamente determinados: os objetivos de quem toma as decisões políticas, a teoria do desenvolvimento econômico e os dados estatísticos que permitem elaborar e verificar empiricamente esta teoria.

1.1.2.1 As primeiras décadas do desenvolvimento

A primeira fase, dos anos 1950 a 1960, tem como enfoque a industrialização e a institucionalização do sistema de cooperação internacional do desenvolvimento. O objetivo declarado do desenvolvimento é, nesta fase, o puro e simples crescimento econômico. Isso segue a lógica do modelo econômico predominante, onde o aumento dos investimentos

provoca o crescimento da renda, o que tem uma repercussão positiva para o país e a população onde isso se dá. A indústria, nesse contexto, é considerada como setor chave para o processo de modernização e desenvolvimento, que seguiria quatro fases lineares segundo o economista Walt Whitman Rostow: 1) a sociedade tradicional; 2) início da industrialização (ou a “arrancada” - *take off*); 3) a idade madura; e 4) o consumo de massa de todos os cidadãos (Bonaglia; De Luca, 2006, *op. cit.*, p. 15).

Para que os países economicamente atrasados consigam a arrancada, contudo, são necessários capital e tecnologias, que normalmente estes países não possuem. A transferência dos recursos por parte dos industrializados levaria, porém, a um grande “empurrão” (*big push*) que faria que em 10-15 anos estes países recuperassem o seu atraso. Os países pobres poderiam pagar suas dívidas com os ricos através de exportações dos bens onde eles são mais fortes⁶ – as matérias primas. A agricultura, portanto, será nesse contexto, fundamental para criar um superávit que financiasse o setor moderno urbano-industrial. O Estado, nesse modelo, tem um papel fundamental em alocar recursos e proteger as indústrias nascentes.

Nos anos 1960, o modelo de desenvolvimento se modifica seguindo as mudanças acontecidas no âmbito da ciência econômica. Ao lado do chamado “vínculo interno”, constituído pela falta de recursos humanos e financeiros, adquire importância o “vínculo externo”, ou seja, o acesso aos mercados internacionais. Na mesma época, com a descolonização, começam as ajudas bilaterais e aumentam as multilaterais: a década de 1960 é definida pela ONU como a década do desenvolvimento, e deveria levar os países industrializados a aumentarem sua quota de renda nacional em investimentos para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os bancos internacionais outorgam empréstimos com condições favoráveis para os países pobres. Nesta primeira fase, além dos motivos

⁶ Segundo a Teoria das Vantagens Comparativas, elaborada pelo economista David Ricardo em 1817, para o bom funcionamento do comércio internacional cada país deve se especializar no produto em que é relativamente mais eficiente. Este produto será o seu bem de exportação, enquanto importará o produto em que é relativamente menos eficiente.

econômicos para o desenvolvimento, chamam a atenção os motivos ideológico-políticos no contexto da guerra fria.

1.1.2.2 A segunda fase do desenvolvimento

A segunda fase, na década de 1970, gira em torno das primeiras reflexões sobre a eficácia das políticas em prol do desenvolvimento. A essa altura, é evidente que o crescimento econômico não tem necessariamente o efeito arrasador (*trickle down effect*) que reduz a pobreza. De fato, em países como o Brasil, as desigualdades aumentaram de forma preocupante desde o início das políticas de desenvolvimento. O relatório *Partners in Development* do Banco Mundial (Pearson, 1970) e diferentes estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) propõem, então, uma radical transformação das políticas de cooperação ao desenvolvimento. O Banco Mundial apela para o aumento dos recursos destinados aos países mais pobres, enquanto a OIT busca aumentar a ocupação nesses países. Dessa forma, ganha força a abordagem das necessidades básicas (*basic human needs*). Essa abordagem, compartilhada pelo Banco Mundial (leia-se Robert McNamara), e pela ONU, pede ações que beneficiem diretamente os pobres e são voltadas à saúde, à sanidade, à educação etc.

Nessa época, reconhece-se que a forma de administração do país que recebe a cooperação tem importância fundamental. Da mesma forma, são acusadas as modalidades de ajuda que beneficiam diretamente os ricos e prejudicam os países pobres, tal como a ajuda vinculada⁷ ou alimentar. Surgem, no mesmo período, as ONGs que começam a financiar e assumir diretamente responsabilidades em projetos de desenvolvimento.

De todos os modos, entre 1970 e 1980, a situação de muitos países em desenvolvimento piora de forma considerável. A crise do petróleo, junto com a diminuição

⁷ Na ajuda vinculada, o país doador condiciona o seu auxílio à aquisição de mercadorias, serviços e determinadas tecnologias no seu próprio país. Um exemplo é dado por Strahm (1986, p. 179 apud Gélinas, 1994, op. cit. p. 59), segundo quem, entre 1981 e 1983, 94% de todos os fundos doados pela Suíça foram gastos na própria Suíça.

dos preços das matérias primas e outros bens exportados por estes países, colocam-nos em uma situação pesada de desequilíbrio da balança de pagamento, e em um cada vez mais pesado endividamento. Ao mesmo tempo, a seca e carestia que atingem, sobretudo, a África chamam a atenção da opinião pública internacional e dão lugar a reflexões críticas sobre a eficácia das políticas em prol do desenvolvimento. Estas condições chegam a um ponto crítico durante os anos oitenta, o que dá lugar à terceira fase do desenvolvimento, com o cerne na crise da dívida e os programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI.

1.1.2.3 A terceira fase do desenvolvimento

No começo da década de 1980, a crise da dívida, o permanecer das diferenças gritantes entre Norte e Sul, a desilusão quanto a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, a ascensão ao poder em muitos países ocidentais de governos conservadores e a tomada de poder dentro das instituições financeiras internacionais por uma nova geração de economistas neoliberais, dão início à era do ajustamento estrutural. No foco dessa abordagem encontra-se a importância do mercado para o bom funcionamento da economia e do desenvolvimento. Os economistas criticam o intervencionismo do Estado, que nas décadas anteriores tinha levado ao crescente enriquecimento das elites locais em detrimento das populações pobres.

Quando em 1982 o governo do México anuncia sua impossibilidade de pagar as dívidas contraídas com a ajuda ao desenvolvimento, difunde-se o pânico de que os efeitos poderiam levar ao colapso do sistema financeiro internacional. A reação dos países ricos é, então, a proposta de reestruturar as dívidas com maiores ajudas, sob a condição de que os países devedores se submetessem a rígidos programas de ajuste estrutural, elaborados pelo Banco Mundial e pelo FMI. Estes programas se propõem à estabilização macroeconômica e diferentes reformas estruturais. Os objetivos principais desse chamado “Consenso de Washington” são o rigor macroeconômico, a abertura ao comércio e aos investimentos externos, a desvalorização da taxa de câmbio e as privatizações.

Os programas de ajuste estrutural, embora pesados, são amplamente aceitos em vista de um futuro melhor. O que é freqüentemente criticado naquela época são os métodos: os rígidos programas geram custos adicionais maciços para sua rápida implementação, embora os efeitos positivos previstos depois de pouco tempo, tardem a se manifestar. Alguns países como a Coréia do Sul, Tailândia e Chile respondem bem à implementação dos programas, mas a maioria dos países pobres não consegue se beneficiar das medidas e, ao contrário, têm sua pobreza ainda aumentada. Os motivos do fracasso são, então, atribuídos à falta de atuação nas reformas pelas instituições locais e no perdurar dos vínculos estruturais.

Isso levou, no final da década de 80, a uma maciça onda de protestos fora e dentro das instituições. Em 1987, um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pede medidas de correção para dar “um aspecto humano” (Bonaglia; De Luca, 2006, *op. cit.*, p. 22) aos programas, e o mesmo Banco Mundial publica em 1990 o Relatório Mundial de Desenvolvimento (*World development report*), onde volta a colocar a redução da pobreza no cerne da discussão desenvolvimentista. Ainda em 1987, com o relatório Brundtland (World Commission on Environment and Development, 1987), temas ambientais e sociais entram oficialmente na agenda do desenvolvimento internacional. O relatório cria uma ligação intrínseca entre meio ambiente e desenvolvimento. Segundo o relatório, a pobreza e a distribuição desigual dos recursos é uma das principais causas da degradação ambiental. O desenvolvimento sustentável ecológico, portanto, deveria estar ligado a uma forte redução da pobreza. Finalmente, em 1992, por ocasião da conferência do Rio, é adotada a Agenda 21, que prevê a cooperação global para o desenvolvimento sustentável.

1.1.2.4 A quarta fase do desenvolvimento

A quarta fase do desenvolvimento, nos anos 1990, é caracterizada por grandes mudanças na comunidade internacional e pelo surgimento de novas necessidades. De fato, aparecem novos desafios gerados pela implosão do bloco soviético e a conseqüente transição

das economias para o livre mercado, por um lado, e pelo perdurar do subdesenvolvimento na América Latina e na África, por outro. Ao mesmo tempo, pesadas crises financeiras sacodem a Ásia e a Rússia. Isso leva a novas considerações no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

Um fator é considerado fundamental nesse contexto: a qualidade das instituições como chave para o sucesso ou o insucesso de uma reforma. De fato, predomina a visão segundo a qual o mercado está inserido em uma rede de instituições públicas e sociais, que quando não trabalham para o seu bom funcionamento, prejudicam os resultados que os economistas prevêem. Isso aconteceu, segundo os teóricos desta fase, por longos anos em que as elites locais realizaram seus interesses pessoais em detrimento das condições de vida das populações. Surge, então, uma abordagem diferente, que coloca no centro de decisão do processo de desenvolvimento os chamados *stakeholders*, ou seja, as pessoas que estão diretamente envolvidas no âmbito local. Por conseguinte, os programas de ajuste estrutural são agora acompanhados pelos chamados documentos estratégicos para a redução da pobreza (*Poverty reduction strategy papers*). Estes documentos são elaborados de forma conjunta entre as autoridades locais, os representantes da sociedade civil do país interessado e os doadores. As ONGs do Norte e Sul se tornam, nesse contexto, atores fundamentais do desenvolvimento, aos quais cada vez mais agências internacionais atribuem as competências para a realização dos seus projetos.

1.2 CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO: O PÓS-DESENVOLVIMENTO

A evolução aqui descrita é apresentada tal como ela é interpretada no interior dos mesmos mecanismos internacionais que elaboram e implementam o desenvolvimento. Nessa visão, na medida em que as dificuldades do processo se manifestaram ao longo do tempo, abordagens diferentes foram elaboradas e aplicadas para chegar a um desenvolvimento realmente eficaz. Desde os anos 1960, este processo foi acompanhado por duras críticas vindas de diferentes seções das sociedades e de vários pontos de vista, todas elas se propondo à realização de um desenvolvimento diferente. De fato, várias das abordagens descritas incorporaram tais críticas para a evolução do desenvolvimento.

Uma posição radicalmente diferente é defendida por um grupo de críticos, que alega que as próprias estratégias do desenvolvimento constituem um fator crucial na causa dos graves problemas ambientais e sociais que o planeta está enfrentando, e que o mesmo conceito de desenvolvimento deve ser colocado radicalmente em questão. Segundo essa visão, desde que foi pensado pelos estadistas do pós-guerra, o desenvolvimento foi a continuação da colonização com outros meios. Como antes, a satisfação dos interesses econômicos, comerciais e militares dos países industrializados está no centro dos objetivos, em desconsideração das exigências das populações e dos recursos naturais do Sul do mundo.

Para estes críticos, chamados “pós-desenvolvimentistas”⁸, o desenvolvimento tem suas raízes na Revolução Industrial dos anos 1750-1800 na Inglaterra, procurando desde então o crescimento econômico e a acumulação do capital (Manifesto por uma Rede sobre o Pós-Desenvolvimento da ROCADE – *The Network of growth objectors for the post-development*).

Os antagonismos de classe criados com a produção capitalista são, porém, cobertos pelos valores comuns amplamente aceitos, como o progresso, o universalismo, o domínio da

⁸ www.apres-developpement.org

natureza, a racionalidade. Contudo, contrariamente à concepção comum, estes valores são ligados à história e cultura do Ocidente, e não constituem aspirações universais profundas. De fato, com o desenvolvimento, este sistema de valores foi apresentado e difundido pelo planeta como o único verdadeiro e válido. Os países industrializados, encabeçados pelos Estados Unidos, deveriam servir como exemplos a serem alcançados, enquanto as especificidades locais dos diferentes povos da terra assumiam um status de “primitivos”. A riqueza cultural das mais diferentes tradições criadas durante milhares de anos pela “diáspora humana” (Morin, 1995, p. 82), deveria deixar lugar a uma única cultura: a cultura ocidental. Rahnema (2005, p. 20, tradução nossa) o coloca assim:

Nos países do Norte o desenvolvimento não consiste em uma ajuda externa capaz de salvaguardar a unicidade de cada planta, mas em uma transformação de todas as plantas em uma única espécie, aliás, pior ainda, em uma planta de plástico ‘duradoura’ e lucrativa num mercado globalizado.⁹

A “monocultura da mente” (Shiva, 1995, p. 9) assim criada não somente levou, nessa visão, a efeitos sócio-ambientais catastróficos nos países do Terceiro Mundo, por difundir uma concepção reducionista e economicista da realidade, onde todos os valores são reduzidos ao valor econômico de mercado, mas, ao que provavelmente seja o pior que já aconteceu à humanidade (W. Sachs, 1993a, p. 4): reina um clima de falta de alternativas. Na atual conjuntura de “policrise” (Morin, 1995, *op. cit.*, p. 93), no quadro entediado e triste de monocultura global, a criatividade humana ficou pesadamente prejudicada para encontrar soluções novas aos desafios postos.

Os teóricos do pós-desenvolvimento buscam, portanto, questionar a própria noção de desenvolvimento e os conceitos que o sustentam, como crescimento, pobreza, necessidades, ajudas, etc. Dessa forma, esses teóricos buscam abrir espaço para respostas criativas aos atuais desafios que a humanidade está enfrentando, fora do paradigma dominante. Objetivam

⁹ “Nei Paesi del Nord lo sviluppo non consiste in un aiuto esterno capace di salvaguardare l’unicità di ogni pianta, ma in una trasformazione di tutte le piante in un’unica specie, anzi, peggio ancora, in una pianta di plastica ‘duratura’ e redditizia su un mercato mondializzato” (Rahnema 2005, p. 20).

“fazer uma subversão cognitiva, que é preliminar à subversão política, social e cultural e constitui a sua condição.”¹⁰ (Manifesto por uma Rede sobre o Pós-desenvolvimento da ROCADE – *The Network of growth objectors for the post-developpment*, *op. cit.*, tradução nossa). O objetivo principal é, neste contexto, relegar a economia ao seu lugar de meio na vida humana, e não de fim último como o que está tendo no modelo atual. De fato, o “superconsumismo” pregado pelo paradigma ocidental e difundido pelo desenvolvimento no mundo inteiro, não somente levou à degradação ambiental já perceptível em vários níveis, mas também à “miséria psíquica e moral da humanidade contemporânea” (*ibidem*).

Serão agora analisados alguns dos conceitos ligados ao desenvolvimento no seu discurso dominante, sob a luz da crítica do pós-desenvolvimento. Procurar-se-á mostrar como, dentro desta ótica, cada um desses conceitos contribuiu para implementar um sistema centralizador e anti-democrático, cada vez mais complexo e forte (Shiva, 1995, *op. cit.*, 2006, *passim*).

1.2.1 A origem do subdesenvolvimento

Como mencionado anteriormente, a noção de desenvolvimento surge e se difunde dentro de um contexto ideológico de pós-guerra, onde os EUA são considerados os líderes econômicos e morais do mundo. Essa potência saiu do conflito mundial como a mais rica e os seus avanços econômicos, científicos e tecnológicos eram admirados internacionalmente. Em 1946, as prioridades para os norte-americanos eram três: a reconstrução da Europa, a contenção do comunismo e a administração das colônias européias que o Velho Continente não estava mais em condições de manter. Especificamente no que diz respeito a este último ponto, o Presidente Truman, durante o discurso que abre o seu segundo mandato em 1949,

¹⁰ “... fare della sovversione cognitiva, e ciò è preliminare al sovvertimento politico, social e culturale e ne costituisce la condizione” (Manifesto por uma Rede sobre o Pós-desenvolvimento da ROCADE – *The Network of growth objectors for the post-developpment*, *op. cit.*).

refere-se explicitamente, frisando naquela ocasião o papel de destaque que tem o seu país em termos de avanços científicos e progressos industriais. Para Truman, através da adesão voluntária dos outros países industrializados, sob a égide da ONU e outros mecanismos internacionais, os progressos norte-americanos poderiam ser transferidos para mais da metade da humanidade, que vive num estágio que “chega perto da miséria”, com uma economia “primitiva e estagnante”, e cuja pobreza constitui uma ameaça para eles como também para os países mais ricos (Rostow *apud* Gélinas, 1994, *op. cit.*, p. 24). Truman salienta, ainda, que o tempo da exploração colonial é parte do passado, e que a iniciativa está baseada numa concepção democrática, e em um clima de igualdade de relações e de intercâmbios entre os países (*ibidem*).

Nasce, então, nesta data o desenvolvimento, e junto com ele o subdesenvolvimento. Esta palavra, para Esteva (1993, *op. cit.*), pressupõe uma comparação com os desenvolvidos, onde a referência é o modelo consumista do povo norte-americano. Em outras palavras, a partir deste dia, dois terços da humanidade recebem uma nova classificação: em desconsideração das suas diferentes identidades e especificidades locais, eles vêm a ser o grupo dos “outros”; a situação pesada de “subdesenvolvimento” os coloca em uma vida de segunda classe, sem auto-confiança e de total dependência, mas com a possibilidade de melhorar, desde que imitassem os modelos da civilização ocidental (Almeida, 1998, p. 36). A mesma palavra “desenvolvimento”, para Esteva (1993, *op. cit.*, p. 10, tradução nossa) reforça esta concepção, uma vez que

sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. A palavra indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável.¹¹

¹¹ “The word always implies a favourable change, a step from the simple to the complex, from the inferior to the superior, from worse to better. The word indicates that one is doing well because one is advancing in the sense of a necessary, ineluctable, universal law and toward a desirable goal” (Esteva, 1993, p. 10).

A rigor, a mesma idéia de progresso subjacente à visão do mundo da época está presente em toda a ordem internacional, como ela foi forjada depois da segunda Guerra Mundial. W. Sachs (1993c, p. 103) destaca como a própria Carta das Nações Unidas gira em torno da confiança no progresso, o que é visto como premissa fundamental para uma vida futura de paz entre os povos. Já no preâmbulo da carta resulta claramente a visão de que o aumento da qualidade de vida e o uso dos mecanismos internacionais para promover o avanço social e econômico de todos os povos é almejado como fim internacional para a melhoria do mundo. As noções de progresso, avanço social e econômico, qualidade de vida, entre outras, são, nesse contexto, colocadas como objetivas, isentas de valor e universalmente aplicáveis.

Na realidade, porém, trata-se de uma visão estritamente ocidental, que tem sua origem no Iluminismo europeu. A partir de Voltaire, surge no Velho Continente o conceito de humanidade como conceito que une todos os seres humanos, a prescindir das suas origens, comunidades, sexo ou identidades tradicionais, que sejam autônomos e sigam exclusivamente sua razão. O poder, nesse contexto, é incorporado pela máxima “Mercado, Ciência e Estado”. Nessa visão, todas as histórias da espécie humana confluiriam para uma só, ao longo do caminho do progresso.

O autor ilustra também (*ibidem*) como no Iluminismo existia a noção do “bom selvagem”, que era o outro, distante não em termos de espaço, mas em termos temporais, ou melhor, atrasado cronologicamente. O “não-iluminado” se encontraria em um estado infantil da espécie humana e, para crescer, precisaria da guia de um pai forte. Esta mesma idéia perdura na chamada “Era do Desenvolvimento”: os subdesenvolvidos substituíram os selvagens, mas como estes, eles precisam de ajuda em diferentes níveis para alcançar, econômica e moralmente, o estado dos mais avançados, ou seja, dos ocidentais. Esta visão, paternalista, violenta e agressiva, ignora a riqueza das tradições culturais presentes no mundo. Africanos, assim como asiáticos, nativos das Américas e aborígenes australianos são

considerados igualmente homens e mulheres “primitivos”, inferiores, que, para se emanciparem, deveriam aderir ao modelo ocidental difundido através do desenvolvimento.

1.2.2 A “cruzada” para a industrialização

O fim aqui ilustrado deveria ser alcançado através da industrialização. Como explicado anteriormente, a primeira fase da era desenvolvimentista durante os anos 1950 e 1960, gira em torno da industrialização e da institucionalização do desenvolvimento. Na visão dos autores do pós-desenvolvimento, tem início durante esta década um movimento centralizado de difusão do modelo ocidental e, especificamente, norte-americano, pelo planeta todo. Sob o objetivo declarado de eliminação da pobreza, começa uma cruzada sem igual dos países industrializados ocidentais até os países mais atrasados economicamente (Gélinas, 1994, *op. cit.*, p. 25).

Essa cruzada era considerada imprescindível para a onda generalizada de industrialização, além da conseguinte arrancada (*take off*) almejada pelos países atrasados economicamente, que se daria através da transferência de capital e de tecnologias dos países mais avançados. Institutos de crédito do mundo inteiro começaram então, na década de 1950, a outorgar auxílios financeiros sob condições favoráveis para o Terceiro Mundo. Os principais aspectos e as conseqüências deste financiamento do desenvolvimento serão tratados no tópico sobre a crise da dívida que se encontra neste capítulo.

Como exposto na primeira sessão, a industrialização era considerada fundamental para se atingir o crescimento econômico, por sua vez visto como receita milagrosa para tirar “mais da metade dos povos da terra das suas condições que confinam na miséria¹²” (Truman em Rostow *apud idem*, p. 24, tradução nossa). Em realidade, a destruição das tradições e

¹² « Plus de la moitié des peuples de l'aterrre vivent dans des conditions qui confinent à misère » (Truman em Rostow *apud* Gélinas, 1994, p. 24)

economias de subsistência locais que havia começado durante a colonização ainda continua, agora de forma unificada e organizada. (Shiva, 1995, *op. cit.*, 2006, *op. cit.*, *passim*).

De fato, a ideologia do discurso dominante, que contrapõe as máximas: “industrialização / crescimento / progresso / modernidade”, *versus* “subsistência / estagnação / atrasado / tradicional”, espalha-se com uma força esmagadora pelos países do Terceiro Mundo, que estão destruindo seus próprios fundamentos, oriundos da existência de culturas tradicionais.

Sobre o sucesso que obteve o modelo ocidental na sua difusão pelo mundo, opina W. Sachs (1993c, *op. cit.*, p. 109-112) que o universalismo ocidental, regido pelo trinômio “Mercado, Ciência e Estado” não se liga a nenhuma cultura e a nenhum lugar em especial. De fato, onde outras culturas estão ligadas a uma identidade específica que se origina na profundidade de um lugar específico, o Ocidentalismo trabalha no espaço, em linha horizontal. Um exemplo disso é a cartografia: o mundo é plano, um conjunto estéril de pontos de encontro de diferentes linhas de longitude e de latitude. Assim, o colonialismo europeu se empenhou, por onde esteve, a acabar com as culturas ligadas ao lugar, para impor valores centrados no espaço. A mesma tendência continua na Era do Desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial.

Os três aspectos que regem o modelo ocidental são, como mencionado acima, Ciência, Mercado e Estado. Juntos, eles têm a vocação de, antes, reduzir a riqueza das culturas humanas para estéreis esquemas de avaliação do que tem valor ou não, para, depois, implementar a sua fria lógica de produtividade. Um exemplo esclarecedor a este respeito é ilustrado por Shiva (1995, *op. cit.*, p. 26-34). A autora explica como a lógica ocidental de apropriação da natureza na Índia acabou com muitas comunidades tradicionais, subtraindo delas o seu próprio fundamento de subsistência.

Tradicionalmente, muitas comunidades locais na Índia têm nas florestas a sua fonte de subsistência. Elas fornecem alimentação, vestiário e refúgio, além de *inputs*

imprescindíveis para a pequena agricultura, como fertilizante orgânico, forragem para o gado e conservação do solo e da água. Na concepção ocidental, contudo, as florestas tropicais são consideradas “anormais”, “caóticas”, que devem ser substituídas, através da silvicultura “científica” por um modelo mais uniforme, que possa trazer lucro comercial. Em nome do crescimento industrial, então, as florestas tropicais distinguidas pela sua riquíssima biodiversidade são destruídas, para deixar lugar a grandes extensões de árvores de crescimento rápido e que forneçam as matérias primas para as indústrias, tão vitais para a riqueza do país. As populações que tinham na diversidade o seu fundamento de subsistência, são obrigadas a ceder o espaço, a desistir das suas tradicionais formas de viver. Ao mesmo tempo, as novas monoculturas têm graves repercussões sobre os ecossistemas onde são implantadas, alterando o delicado equilíbrio dos recursos renováveis.

Este é somente um exemplo de como as estratégias do desenvolvimento contribuíram para criar o mundo em que estamos vivendo atualmente, com bilhões de pessoas tiradas das suas subsistências, e com a perspectiva de ficarem em posições muito piores no que se refere à situação de pobreza. Ao mesmo tempo, tem-se um meio ambiente superexplorado, que cada vez mais mostra as conseqüências dos abusos do desenvolvimento.

De fato, muitas das culturas tradicionais de subsistência tinham na sustentabilidade um dos seus fatores principais. A natureza era considerada sagrada, cheia de magia, a generosa “Mãe Terra” que deveria ser reverenciada e respeitada. Já na visão científica ocidental, com uma significativa contribuição de Francis Bacon (Shiva, 1993, p. 209), a natureza virou meio ambiente, o conceito de mãe não servia mais, pois uma mãe não pode ser explorada e mutilada para servir os interesses econômicos dos seus filhos. Agora, portanto, a magia da natureza é transformada na fria lógica de fornecedora de recursos naturais, que, para dar frutos precisam da ação humana. Em outras palavras, a natureza precisa ser desenvolvida por humanos, por isto, os mesmos humanos devem se desenvolver para sair das suas condições primitivas e servir a produção.

No item sobre desenvolvimento sustentável, que se encontra neste capítulo, será aprofundada a questão da sustentabilidade no modelo ocidental. A questão da ligação entre agricultura e indústria será aprofundada nos capítulos a seguir.

Considerando que os lucros imediatos produzidos com a difusão do modelo ocidental beneficiam muito poucas pessoas, mas principalmente os países mais avançados (Gélinas, 1994, *op. cit.*; Shiva, 1995, *op. cit.*; W. Sachs, 1993a, *op. cit.*), as belas palavras do Presidente Truman no seu discurso inaugural em 1949, onde ele frisa que “quanto ao velho imperialismo fundado na exploração e no lucro, ele não tem seu espaço nos nossos planos¹³” (Rostow *apud* Gélinas 1994, *op. cit.*, p. 24, tradução nossa), deixam então um sabor amargo.

1.2.3 Institucionalização do Desenvolvimento

Nesta primeira fase da Era do Desenvolvimento são feitos esforços internacionais para institucionalizar o desenvolvimento e, assim, organizar as tendências até aqui descritas. Como colocado acima, os principais mecanismos do desenvolvimento já foram criados no imediato pós-guerra e durante a conferência de Bretton Woods.

Como indicado anteriormente, a década de 1960 foi declarada pela ONU a “década do desenvolvimento”. Neste período, a organização utiliza especialistas para o estudo teórico da situação do subdesenvolvimento, e são criadas no seu seio diferentes agências para o desenvolvimento. Assim, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nasce em 1965, como também a sua Organização para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). Na mesma época é criada a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Alto Comissariado para os Refugiados (UNHCR). A ONU lança, portanto, uma verdadeira

¹³ “Quant au viel impérialisme fondé sur l’exploitation et le profit, il n’a pas sa place dans nos plans” (Rostow *apud* Gélinas 1994, p. 24).

“indústria da ajuda” (Gélinas, 1994, *op. cit.*, p. 29). Ao mesmo tempo, os países industrializados se reúnem na OCDE e, seguindo os mesmos objetivos das políticas Norte-Sul, criam as suas agências nacionais de cooperação ao desenvolvimento. Diferentes ONGs destes países também contribuem para implementar a ideologia ocidental, entrando na mesma linha dos seus governos nacionais na “cruzada para o desenvolvimento” (*ibidem*).

Em uma posição diametralmente oposta a esta unanimidade dos países economicamente avançados se encontram, na mesma época, os países do Terceiro Mundo. Ainda nos anos 1950 apareceram no interior destes países vozes que criticavam o desenvolvimento tal como ele estava sendo implementado por mecanismos internacionais e nacionais. Todos os países considerados atrasados pelo discurso dominante, apesar das suas diferenças intrínsecas, estavam enfrentando problemas parecidos com os países ricos no que diz respeito ao comércio internacional, ao uso da ciência e tecnologia, à espoliação dos recursos naturais e às políticas sobre os recursos financeiros (Wolkmer, 1994, *op. cit.*, p. 18). Se por um lado a conferência de Bandung de 1955, onde o Terceiro Mundo tentava traçar uma estratégia de frente comum contra o imperialismo ocidental¹⁴, deu início ao movimento do não-alinhamento, por outro lado, deixou clara a dificuldade de obter um consenso entre estes países tão heterogêneos.

Nos anos seguintes, diferentes teorias sobre o subdesenvolvimento começaram a aparecer dentro dos países subdesenvolvidos. Algumas delas ocuparam-se das suas causas históricas, principalmente do colonialismo. Outras se concentraram nos seus fatores estruturais, internos e externos; como corrupção, falta de democracia ou espírito de empreendimento, os termos de troca injustos, dependência, protecionismo, imperfeições do mercado, etc. (Esteva, 1993, *op. cit.*, p. 11).

Na América Latina, neste âmbito, grande importância é atribuída às contribuições de Raul Prebisch e Celso Furtado.

¹⁴ A conferência realizada na Indonésia em abril de 1955 reuniu vinte e nove países da Ásia de da África e teve como objetivo discutir assuntos de interesse comum e de cooperação entre estes países.

Celso Furtado (1961), em particular, mostra como determinados fatores externos e sócio-políticos internos provocam economias desarticuladas dentro de um país. Isto se dá quando as empresas exportadoras do país, seguindo os ditames dos mercados internacionais, se especializam na produção de bens requeridos no exterior e formam, assim, setores que se isolam da economia nacional. Estas empresas são, geralmente, multinacionais e não se preocupam com o re-investimento dos lucros, ou com aspectos que dizem respeito às populações locais. Toda a sua produção é voltada para o consumo da classe rica, que mantém um forte vínculo com o capital internacional, enquanto a grande maioria da população não tem acesso aos seus bens. A economia é, assim, dividida em dois, existe uma “estrutura dualista” que coloca o país em uma situação de dependência exterior.

Furtado defende que a arrancada (*take off*) é mais difícil para países com estrutura dualista. Ele propõe, então, fortalecer aquela parte da economia nacional que não esteja ligada à oligarquia atrasada, criando uma mudança nas mesmas estruturas sócio-políticas do país. Esta tendência deveria ser apoiada pela substituição das importações, através da dinamização dos setores da economia que agregassem mais valor, e, ao mesmo tempo, fortalecessem a classe média. Esta última estratégia teve uma forte repercussão em muitos países latino-americanos, uma vez que era parte das recomendações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (Barral, 2005).

Se estas teorias foram consideradas revolucionárias desde determinados pontos de vista, e de grande importância para os países em desenvolvimento, Esteva (1993, *op. cit.*, p. 11), entende que elas traziam por consequência o exato contrário do que haviam se pré-fixado. Isto é, no momento em que Furtado e outros autores da abordagem estrutural tomaram (de forma acrítica) como real a premissa para a realidade à qual se opunham, qual seja, o subdesenvolvimento como causa das estratégias de desenvolvimento implementadas pelos norte-americanos e o mundo ocidental, eles acabaram por radicar ainda mais a ideologia do subdesenvolvimento. Em outras palavras, para o autor o conceito de subdesenvolvimento não

passa de uma percepção, mas que dessa forma se tornou fato objetivo: “ninguém parece compreender que [subdesenvolvimento] é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo¹⁵” (*ibidem*, tradução nossa).

1.2.4 A abordagem das necessidades básicas

Quando na segunda fase do desenvolvimento torna-se evidente que o puro e simples crescimento econômico freqüentemente tem repercussões graves no âmbito social, a solução para os técnicos do desenvolvimento parece clara. É preciso aumentar os recursos para os países subdesenvolvidos, mas agora considerando o “fator humano”, as necessidades básicas do ser humano (*basic human needs*).

A abordagem das necessidades básicas parece, à primeira vista, mais do que legítima, até imperativa dentro da perspectiva da solidariedade humana. W. Sachs (1993b, p. 29) chama a atenção, porém, para o fato de que a mesma concepção que agora propõe a solução, foi a que criou o problema: a do desenvolvimento. Ou seja, o autor alerta para a capacidade do sistema do desenvolvimento de expandir-se a cada vez que aparece uma dificuldade: ao mesmo tempo em que é gerador de problemas sociais, funciona como terapia, no caso de buscar a solução dos mesmo problemas sociais que criou, tudo concomitantemente.

Olhando a partir de um outro ponto de vista, então, a abordagem das necessidades básicas se apresenta como mais um passo no caminho da uniformização e da difusão do modelo ocidental pelo planeta. Uma interessante crítica desta abordagem, nesse sentido, é apresentada por Ivan Illich (1993, p. 88). Este autor alerta para as conseqüências desta “benevolência sem escrúpulos” com que determinadas necessidades e exigências sentidas

¹⁵ “They do not realize that it [underdevelopment] is a comparative adjective whose base of support is the assumption, very Western but unacceptable and undemonstrable, of the oneness, homogeneity and linear evolution of the world” (Esteva, 1993, p. 11).

pelas populações ocidentais são imputadas sem discernimento a todas as pessoas do planeta. Illich argumenta que durante a milenar história do ser humano, determinadas necessidades e carências sempre formaram parte integrante da sua mesma existência. A pobreza era, tradicionalmente, uma condição humana de viver dentro de limites específicos, uma forma sustentável de lidar com as necessidades, que teve suas interpretações espirituais dependendo das diferentes culturas (p. ex: a frugalidade dos monges budistas, franciscanos, Ghandi, etc.).

A partir do Iluminismo europeu, as formas tradicionais de aceitar a pobreza se tornaram obsoletas, e foi o desenvolvimento que espalhou esta concepção pelo mundo. Na visão atual do autor, a pobreza era definida como carência de bens e serviços que o dinheiro podia comprar, e virou, assim, universalmente um sinônimo de falta de consumo. As economias de subsistência viraram incompreensíveis em termos econômicos e as pessoas que viviam delas foram classificadas como “sub-humanos” ou até indecentes. De fato, em termos de ciência econômica, quem não tem acesso a um mínimo de recursos econômicos para satisfazer suas necessidades básicas, é visto como incapaz de exercer a sua racionalidade econômica. Essas pessoas, que inegavelmente existem no mundo todo, são, portanto, marginais não somente ao sistema econômico, mas à mesma humanidade moderna, já que desde Mandeville esta foi definida “em termos da habilidade de tomar decisões na suposição da escassez¹⁶” (*idem*, p. 94, tradução nossa).

O desenvolvimento se tornou, então, uma promessa: alguns povos tinham conseguido vencer a pobreza (em termos de economia de mercado) e isto poderia ser estendido, através de ciência, tecnologia e política, às populações do mundo inteiro. Isso implica, porém, em dizer que as carências sentidas pelas populações dos países industrializados são estendidas e atribuídas à espécie humana como um todo. O problema reside no fato de que, na realidade, somente uma minoria tem verdadeiro acesso à satisfação dessas carências. É assim que o *homo sapiens* se transforma em *homo miserabilis*, ou seja, o

¹⁶ “...has been defined in terms of the ability to make choices under the assumption of scarcity” (Illich, 1993, p. 94).

homem sábio e cheio de gosto vira homem dependente de bens e serviços, numa realidade dominada pela escassez. O desenvolvimento, desse modo, transforma a esperança da satisfação de determinados desejos em expectativa e, por conseguinte, as carências em reivindicações e pedidos.

Em 1962, a ONU se apropria do assunto, criando, na visão de Illich, uma divisão da humanidade em dois grupos: os que vivem acima de um nível mensurável de pobreza e os que vivem abaixo desse nível. Toda uma nova burocracia é, então, chamada para definir que nível de pobreza seria aceitável, onde o índice é constituído pelo Produto Nacional Bruto (PNB).

É somente no fim da década de 1970 que se torna evidente que a maioria das pessoas empobrece na medida em que o PNB aumenta. McNamara, na época Presidente do Banco Mundial, indignado com os efeitos colaterais do desenvolvimento econômico dá, então, vida a uma tendência dentro da sua instituição para determinar carências objetivas e específicas que possam ser expressas em termos monetários. Elas devem constituir a referencia para distinguir entre desenvolvimento de verdade e simples crescimento econômico.

Desta forma, o fator humano é incluído nos cálculos do desenvolvimento, ao lado dos recursos naturais e do capital. A capacidade de produzir, intrínseca ao ser humano, é reconhecida como crucial para o seu sucesso. Desenvolvimento social e econômico são agora fundidos em uma só coisa. A partir deste momento, as diferenças no grau de desenvolvimento em países semelhantes, com políticas semelhantes, são atribuídas a investimentos nos seres humanos. A qualificação do fator humano, como educação, saúde pública, informação etc. vira pré-requisito para o desenvolvimento.

Illich explica que nos anos 1970, chamam atenção duas fraquezas fundamentais desta abordagem. Por um lado, não é possível constatar empiricamente um real nexo de causalidade entre o investimento em serviços para a população, e um aumento da força produtiva das pessoas. Por outro lado, ganha evidência a impossibilidade de criar tantos postos de trabalho quantos seriam necessários para garantir a redistribuição da renda para os serviços sociais. Ao

mesmo tempo, o terço menos avantajado das populações sempre fica sem trabalho (chegando em vários países a dois terços). A estratégia desenvolvimentista, então, providencia para “colonizar economicamente” o setor informal para que as pessoas, uma vez conscientes das suas carências, possam se esforçar para satisfazê-las por si sós.

A promessa do desenvolvimento, desta forma, acabou por não se cumprir para muitas pessoas. De fato, ele “pode ser visualizado como processo pelo qual pessoas são tiradas dos seus povos tradicionais culturais¹⁷” (*idem*, p. 96, tradução nossa), onde os laços culturais, familiares e comunitários são profundamente afetados. Dentro das novas estruturas artificiais, as pessoas são obrigadas a ter um nível mínimo de consumo de bens e serviços, onde os pobres não têm chance. Quando eles antes tinham um mínimo de segurança dentro da comunidade, agora, uma vez que caem abaixo da linha de pobreza, praticamente não têm possibilidade de voltar, eles viram vítimas das carências que lhes são atribuídas e que passaram a perceber como tais.

Paradoxalmente, para Illich, “necessidade” não existe na ciência econômica e, por conseguinte, não pode ser objeto de análise. Por outro lado, diferentes economistas críticos em relação à teoria desenvolvimentista tradicional, argumentam que as “necessidades básicas” devem ser incluídas nas análises como fundamento de uma nova ordem econômica. Para eles, de fato, somente quando as necessidades básicas são satisfeitas pela economia, preferências e escolhas econômicas podem ser realmente formuladas. Para incluir as necessidades na ciência econômica, contudo, elas devem antes ser classificadas, e existem várias tentativas de constituir uma hierarquia que possa ser objetivamente elaborada. Para Marianne Gronemeyer, citada pelo autor, uma clara classificação das necessidades humanas e o estudo específico de como satisfazê-las é o único meio de sobrevivência da credibilidade pública de uma nova economia. Ademais, ela permite a redefinição da natureza humana segundo os interesses dos profissionais que trabalham para a satisfação destas necessidades.

¹⁷ “Development can be visualized as a process by which people are lifted out of their traditional cultural commons” (Illich, 1993, p. 96).

Resumindo, para Illich (*idem*, p. 88), a abordagem das necessidades básicas é possivelmente o legado mais insidioso deixado pelo desenvolvimento, uma vez que o seu discurso continuará mesmo quando a era do desenvolvimento terminar.

Ao lado dos problemas sociais desencadeados pelo discurso das necessidades básicas, outros fatores contribuem na década de 1970 para a degradação da situação para os Países do Terceiro mundo. As matérias primas, que na ótica desenvolvimentista deviam, graças a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, aumentar a sua riqueza, são desvalorizadas cada vez mais. Com uma balança de pagamento em constante desequilíbrio, falta moeda estrangeira para pagar as dívidas contraídas para financiar o desenvolvimento.

1.2.5 A crise da dívida

Esta situação estoura nos anos 1980, quando cada vez mais países em desenvolvimento se vêem impossibilitados de pagar a dívida contraída com os países ricos. Para Gélinas (1994, *op. cit.*, p. 64), as explicações oficiais e dadas pela mídia para o superendividamento dos países subdesenvolvidos disfarçam as causas verdadeiras, resultantes das estruturas do mesmo sistema financeiro internacional. De fato, para este autor, a alegada corrupção das elites locais ou sua intrínseca incompetência financeira são explicações superficiais que desviam a atenção da realidade.

Gélinas ilustra como o endividamento começa durante os anos 1960, quando as agências de cooperação internacional difundem e implementam a ideologia do desenvolvimento a crédito. Segundo esta ótica, os países subdesenvolvidos, carentes de recursos e tecnologias para realizar a arrancada (*take off*) e se adequarem aos níveis dos países ricos, deveriam contrair empréstimos sob condições favoráveis, que eles seriam facilmente capazes de pagar uma vez que o desenvolvimento mostraria os seus frutos. Apoiava esta tendência a superliquidez dos bancos, que naquela época contavam com enormes superávits

de dinheiro ocioso. Este superávit, que incluía petrodólares e eurodólares, foi canalizado para os países subdesenvolvidos, sem considerar que muitas vezes superava suas exigências como suas capacidades de gestão (*idem*, p. 65).

Mais tarde, a partir das crises do petróleo, instaura-se definitivamente uma economia do endividamento, onde os fundos a serem emprestados parecem ilimitados. Difunde-se, assim, uma cultura do endividamento da qual é difícil de se subtrair como dirigente.

É em 1982 que o México declara, como primeiro dos países do Terceiro Mundo, a sua insolvência, seguido por outros, pouco tempo depois. Reina então no âmbito financeiro internacional a forte preocupação que todo o sistema poderia ser colocado em cheque. De fato, caso os países insolventes não pagassem suas dívidas, a legitimidade do próprio sistema estaria em risco. A solução proposta e implementada pelas potências econômicas é, então, por um lado, o tratamento caso a caso dos países insolventes para evitar uma possível associação entre eles. Depois, as dívidas são renegociadas, colocando à disposição dos países endividados novos empréstimos para que eles possam cumprir com os seus compromissos assumidos anteriormente. Assim, mais uma vez, o mesmo sistema que causou o mal é chamado para curá-lo. De fato, a causa primária do problema, o sistema de desenvolvimento a crédito, em nenhum momento está em questão.

Para diferentes autores, todo o sistema financeiro pensado e implementado pelos mecanismos de *Bretton Woods*, tem um objetivo que vai além do discurso oficial. Para Gélinas (*idem*, p. 22, tradução nossa), durante a conferência de *Bretton Woods* teve início uma novidade nas relações internacionais: “é institucionalizado um novo conceito de *ajuda*, que comporta uma espécie de crédito preferencial onde *quem ajuda* tem geralmente mais lucro que o próprio *ajudado*¹⁸” (grifo do autor). O autor frisa, ainda, que em nenhum momento as populações interessadas são consultadas sobre esta assistência, nem, em momento algum, a solicitaram.

¹⁸ «...institutionnalise un nouveau concept d'*aide*, que comporte une sorte de crédit préférentiel où l'*aidant* trouve généralement plus de profit que l'*aidé* lui-même » (Gélinas, 1994, p. 22).

O sistema assim criado, baseado no livre mercado e na livre concorrência como proposto pelos EUA, visa, para Henri Rouillé d'Orfeul (*apud idem*, p. 73, tradução nossa) colocar os países do Terceiro Mundo dentro de “uma ordem internacional liberal, bem hierarquizada, na escala de todo o planeta¹⁹”. Apóia esta visão o discurso do Presidente Kennedy ao *Economic Club* de Nova Iorque em 1961 (*idem*, p. 75, tradução nossa):

A ajuda estrangeira é um método pelo qual os Estados Unidos mantêm uma posição de influência e de controle sobre o mundo inteiro e apóiam um grande número de países que desabariam definitivamente, ou passariam ao bloco comunista²⁰.

Quanto a este último ponto, a componente ideológica ligada a Guerra Fria tem um papel fundamental na outorga das ajudas internacionais. Relata o economista do desenvolvimento, Walt Whitman Rostow (*apud idem*, p. 25, tradução nossa), que em 1954, 86% dos 6 bilhões de dólares destinados pelos EUA ao desenvolvimento foram dirigidos para a ajuda militar. Segundo Gélinas (*idem*, p. 75, tradução nossa), portanto, a ajuda estrangeira serve para satisfazer

os interesses econômicos, políticos e militares das potências ‘doadoras’. Ela permite escoar o seu superávit agrícola para os países subdesenvolvidos²¹. Ela serve para abrir as vias do comércio. Ela serve como cavalo de Tróia para a introdução de tecnologias determinadas. Ela serve para financiar as infraestruturas para a afluência de capitais privados. Ela serve, sobretudo, para minimizar a importância da poupança interna, criando, nos beneficiários, uma terrível dependência para com os capitais exteriores fáceis de obter... e de dilapidar²².

¹⁹ «...un ordre international libéral, bien hiérarchisé, à l'échelle de toute la planète » (*idem*, p. 73).

²⁰ « L'aide étrangère est une méthode par laquelle les Etats-Unis maintiennent une position d'influence et de contrôle sur le monde entier et soutiennent un grand nombre de pays qui s'écrouleraient définitivement, ou bien passeraient au bloc communiste » (*idem*, p. 75).

²¹ A ajuda alimentar iniciada pelos EUA nos anos 1950, sob a pressão do importante *lobby* agrícola deste país, destinou o superávit dos alimentos da dinâmica economia norte-americana para os países subdesenvolvidos. Este “superdumping” (*idem*, p. 26) teve como consequência acabar em muitos lugares com as produções de sustentação locais e as pequenas indústrias tradicionais.

²² « ...les intérêts économiques, politiques et militaires des puissances ‘donatrices’. Elle permet d'écouler leurs surplus agricoles vers les pays sous-développés. Elle sert à ouvrir les voies du commerce. Elle sert de cheval de Troie pour l'introduction de technologies déterminées. Elle sert à financer les infrastructures pour l'affluence de capitaux privés. Elle sert surtout à minimiser l'importance de l'épargne intérieur en créant, chez les bénéficiaires, une terrible dépendance envers les capitaux extérieurs faciles à obtenir... et à dilapider » (*idem*, p. 75).

A crise da dívida, nessa visão, constituiu uma oportunidade sem igual de implementar ainda mais esta ordem, colocando os países em desenvolvimento definitivamente em uma situação pesada de dependência. Instrumentos eficazes a este fim, são, segundo a visão descrita, os programas de ajuste estrutural realizados a partir dos anos '80, pelo FMI e o Banco Mundial. Serão agora rapidamente apresentadas as estruturas criadas pelo sistema de *Bretton Woods*.

1.2.5.1 Os pilares do sistema financeiro internacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) originalmente tinha a tarefa de garantir a estabilidade das moedas contra as pressões do mercado no regime dos câmbios fixos. Quando os EUA revogaram, em 1971, a convertibilidade do dólar em ouro, esta instituição, em vez de se extinguir, virou fundamental na gestão das dívidas dos países subdesenvolvidos. Os países industrializados, que contribuem para a maioria dos seus recursos, também controlam o organismo, já que o direito de voto advém da quota de pagamentos.

O Banco Mundial, por sua vez, tinha no começo duas atribuições, reconstruir a Europa e financiar o desenvolvimento. Após o Plano Marshall dos EUA, ele se concentra na segunda tarefa, emprestando dinheiro principalmente para os países mais pobres do mundo, com altas taxas de lucro. Já que o Banco não admite a negociação das dívidas, uma instituição dentro do próprio Banco empresta dinheiro para repagar as dívidas. O Banco é liderado por um impressionante corpo de dirigentes e tem escritórios em muitos países. As mulheres estão praticamente ausentes dos seus quadros de decisão.

A terceira instituição do sistema é o GATT, que na falta da aprovação da Carta de Havana pelos EUA, foi previsto para regular as relações comerciais mundiais. O GATT teve ainda uma evolução com a OMC, em 1994, que desde aquela data implementa o livre comércio global, atendendo aos interesses dos países industrializados.

1.2.5.2 Os programas de ajuste estrutural

O FMI, com o apoio do Banco Mundial, coloca em prática os programas de ajuste estrutural que devem, como descrito anteriormente, por um lado, levar à estabilidade monetária e orçamentária, e por outro, implementar amplas reformas estruturais. Para conseguir empréstimos que possam pagar as suas dívidas, os países subdesenvolvidos são obrigados a ajustar suas economias àquela mundial, o que geralmente pressupõe a liberalização dos preços, dos salários, das taxas de câmbio e de interesse, da legislação quanto aos investimentos estrangeiros e a liberalização do mercado. Como já descrito, muitos dos aspectos positivos esperados acabaram se manifestando somente para um número muito limitado de países, piorando a condição da maior parte do mundo subdesenvolvido.

Gélinas (1994, *op. cit.*, p. 61) demonstra que a dívida do Terceiro Mundo aumentou, segundo dados do Banco Mundial, de 9 bilhões de dólares em 1955 para 1,800 em 1994. Desde 1983 os fluxos financeiros se inverteram, “o Terceiro Mundo financia o super desenvolvimento do mundo desenvolvido²³” (*ibidem*, tradução nossa). Esta dívida, em muitos países ocupa porcentagens consideráveis do PNB, chegando ao 423% do Moçambique, por exemplo. A dívida do Terceiro Mundo constitui somente o 7% das dívidas mundiais, mas sua insolvência, junto a sua dependência dos credores estrangeiros e, sobretudo, a sua descapitalização interna, dão uma dimensão dramática a estes números.

As conseqüências sobre o meio ambiente dos programas de ajuste estrutural em diferentes países serão abordadas no tópico sobre desenvolvimento sustentável, que se encontra neste capítulo.

²³ « Le Tiers Monde finance le surdéveloppement du monde développé » (Gélinas, 1994, p. 61).

1.2.6 A centralidade do mercado

Ainda na década de 1980, junto aos programas de ajuste estrutural, os teorizadores do desenvolvimento conferem um papel de centralidade para o mercado na realização de uma economia e de um desenvolvimento de sucesso.

W. Sachs (1993c, *op. cit.*, p. 103) demonstra que esta evolução é o ápice de um processo que já era evidente na estruturação da ordem mundial do pós-guerra. As cabeças por trás da criação da ONU e da elaboração das políticas internacionais de desenvolvimento tinham a certeza de que a globalização dos mercados pudesse ser um instrumento eficaz para a manutenção da paz no mundo. Isto por duas razões principais. Por um lado, conforme o espírito da época, reinava a convicção de que a prosperidade fosse uma consequência do intercâmbio, este criaria interesses mútuos, o que teria como resultado a diminuição das agressões. A outra razão tem suas origens novamente no Iluminismo europeu. Desde Montesquieu, tinha-se a certeza de que o comércio era um meio para refinar o comportamento: o frio cálculo e a perseguição racional do interesse próprio teriam como consequência a consciência de que a guerra é uma paixão irracional e auto-destrutiva. A dependência criada pelo comércio teria, assim, um efeito domador.

Esta lógica dominante desde o fim da Segunda Guerra Mundial e sem concorrência ideológica depois da implosão do bloco soviético, realmente substituiu em forte medida os conflitos armados. Na opinião do autor (*idem*, p. 105, tradução nossa), contudo, esta substituição é questionável, uma vez que a dominação econômica não parece menos agressiva do que a belicosa: “A conquista de territórios estrangeiros por Estados belicosos deixou lugar para a conquista de mercados estrangeiros por indústrias em busca de lucros.”²⁴

As teorias clássicas sobre o mercado frisam as vantagens e os interesses mútuos de um sistema de forte interdependência comercial, que beneficiariam países ricos e pobres da

²⁴ “The conquest of foreign territories by bellicose states has given way to the conquest of foreign markets by profit-seeking industries” (W. Sachs, 1993c, p. 105).

mesma forma. Contudo, na doutrina das vantagens comparativas, é negada a tendência discriminatória e desigual. De fato, o país que se especializa em produção com alto valor tecnológico agregado, pode interiorizar as vantagens derivantes disso e pode até chegar, um dia, a reproduzir com novas tecnologias os produtos que ele importa de países menos especializados e exportadores de matérias primas.

Outro aspecto que o autor alega como crítica à exaltação do mercado globalizado como meio de solução dos problemas internacionais, é que o mesmo mercado mundial que devia acabar com tiranias e ditadores, virou ele mesmo um ditador temido por todos os países do mundo – ganhadores e perdedores do sistema da mesma forma. De fato, o medo de ficar para trás na competição internacional leva os países pobres a estremecerem ainda mais os seus recursos naturais e as suas populações. Os países ricos, por sua vez, continuam sua corrida destrutiva de superprodução. Praticamente, não existe um país hoje em dia que poderia ser o senhor da sua própria sorte.

Exemplos gritantes dos efeitos desta lógica são os novos Tigres no sudeste asiático. Geralmente apresentados como exemplos de sucesso das estratégias de crescimento neoliberais, eles lidam hoje com graves problemas ambientais, fator que não consta nos índices de riqueza utilizados pelos mecanismos internacionais.

Um exemplo interessante é relevado por Goldsmith (1996). Para ele, apresentar o aumento do comércio como forma mais eficaz de garantir o desenvolvimento, uma vez que cria recursos econômicos que podem ser investidos, é uma atitude altamente contraditória. Este autor está convencido de que o desenvolvimento econômico aumenta o impacto ambiental e a pressão sobre seus recursos, que já estão sendo super-explorados na maioria das partes do mundo.

Relatando o caso de Formosa, Goldsmith descreve como o meio ambiente ficou fortemente prejudicado pelo corte das florestas, a agricultura extensiva, a construção de infraestruturas etc. Em particular, Formosa tem que lidar com o desaparecimento das

florestas, a erosão e acidificação do solo, poluição das águas e do ar, alimentos envenenados etc. Não existem restrições legais que estabeleçam níveis de fertilizantes ou de lixo que podem ser descarregados na natureza, fato agravado pela falta de tratamento dos dejetos humanos. A mesma água assim contaminada é destinada para a criação de camarão, um dos maiores bens de exportação, do que depende o país, e que se depara periodicamente com altas taxas de intoxicação.

Formosa é hoje considerado um país que conseguiu se desenvolver. Pela lógica desenvolvimentista, então, agora maiores recursos deveriam ser destinados para a recuperação ambiental. Se por uma grande parte isso é impossível, já que a destruição na maioria das vezes é irreversível, por outro lado, a competitividade internacional é tão aguerrida que tudo o que aumentaria os custos da produção industrial colocaria em risco a riqueza do país.

A consciência de que o desenvolvimento tem fortes repercussões sobre o meio ambiente levou, em 1987, à introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, até hoje uma das noções mais controvertidas do discurso de desenvolvimento.

1.2.7 Desenvolvimento sustentável

Quanto à sua origem, segundo Sevilla Guzmán (1998, p. 22), “o desenvolvimento sustentável surge para encarar a crise ecológica tornando compatíveis níveis de consumo que satisfazem as necessidades de toda a humanidade, dentro dos limites ecologicamente possíveis”. A exigência de colocar a temática do meio ambiente no âmbito das relações internacionais é sentida pela primeira vez em 1972, quando acontece em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Nos anos anteriores, as sociedades industrialmente avançadas começaram a ter pela primeira vez a percepção de que todos os países estão interligados, e que a ação de um tem irremediavelmente repercussões no

outro, principalmente no que diz respeito à degradação ambiental que não respeita fronteiras (*ibidem*).

Para W. Sachs (1993b, *op. cit.*, p. 26), a Conferência de Estocolmo constitui mais um sinal de que o debate internacional sobre o desenvolvimento segue estritamente as prioridades percebidas pelas sociedades dos países industrializados. De fato, temas ambientais tinham começado a entrar na consciência das pessoas nos países industrializados quando ali apareceram as primeiras evidências de que a ação humana poderia provocar danos ao meio ambiente, que inevitavelmente se repercutiriam sobre as mesmas populações. Exemplos disso eram a chuva ácida ou os resíduos tóxicos em peixes e aves na Europa. Nos Estados Unidos, na mesma época a poluição do ar e os problemas com resíduos de petróleo foram documentados de forma chocante pela mídia daquele país.

Entre 1972 e 1974, o Clube de Roma publica diferentes pesquisas que constituem as primeiras abordagens oficiais a mostrar o impacto ambiental de determinadas práticas humanas. Começa a ganhar força a concepção de que o crescimento infinito num âmbito de recursos finitos é impossível.

É neste contexto que nos EUA se cria uma escola de pensamento, segundo a qual o espaço global é um sistema cuja estabilidade depende do equilíbrio dos seus componentes como população, tecnologia, recursos e meio ambiente (*ibidem*). Em particular o documento “*limits to growth*” (limites ao crescimento) do Clube de Roma (Club of Rome, 1972) defende essa visão. Ao lado desta abordagem do ecossistema global, outras surgiram (principalmente a perspectiva biocêntrica ou humanista); a que foi aceita dentro dos quadros tecnocráticos do desenvolvimento, contudo, foi a primeira. Na visão de W. Sachs, isto se dá porque ela é compatível com as exigências do quadro de decisões do desenvolvimento. Por um lado, a abordagem do ecossistema global ressalta a importância administrativa e contribui assim para a conservação do poder dentro dos centros de decisão. Por outro lado, ela permite colocar o mundo dentro de curvas e dados de análise que não somente dão a impressão de que

estratégias globais elaboradas por gestores podem ser efetivas, como também vende a ilusão de que o mundo não está em uma situação desordenada, mas, pelo contrário, é perfeitamente controlável e pode ser mantido estável através da ação dos tecnocratas. Já uma abordagem como a biocêntrica, que atribui à natureza um valor intrínseco, ou a humanista que defende que os excessos contra a natureza são tão somente mais uma prova do superpoder da expansão tecnológica sobre pessoas e as suas vidas, seriam ambas incompatíveis com as próprias aspirações do desenvolvimento, que têm a exploração da natureza como premissa.

Nesta mesma ótica da abordagem do ecossistema global se insere, alguns anos mais tarde, em 1980, o Relatório Global Anual de 2000 apresentado pelo então Presidente dos EUA, Carter. O relatório faz um diagnóstico sobre a deterioração da biosfera e coloca a questão da ameaça de sobrevivência da vida humana no planeta terra, deixando claro que a extensão do estilo de vida dos países do Norte para todo Mundo é impossível.

É em 1987 que o Relatório Brundtland da Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento (World Commission on Environment and Development, 1987, *op. cit.*) dá a primeira definição oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Segundo o relatório, sustentável é aquele desenvolvimento que supre as necessidades presentes não prejudicando as das futuras gerações.

Ênfase especial é dada, neste Relatório, à pobreza no Terceiro Mundo como causa principal da degradação ambiental. O argumento do Relatório é que uma vez que a pobreza é causa da degradação ambiental pela pressão que as pessoas pobres exercem sobre a natureza, é preciso aumentar o crescimento econômico nos países do Sul como do Norte (para abrir estes mercados aos produtos do Terceiro Mundo). O crescimento econômico diminui a pobreza e, portanto, salva o meio ambiente. Estes argumentos se inserem perfeitamente no discurso desenvolvimentista, que predomina nos principais mecanismos internacionais, como o GATT, o FMI e o Banco Mundial, que tinham a eliminação da pobreza como bandeira principal já há algum tempo (W. Sachs, 1993b, *op. cit.*, p. 29).

Críticos engajados desta visão são Shiva (1995, *op. cit.*, 2006, *passim*), Martinez Alier (1998) e W. Sachs (1993b, *op. cit.*). Martinez Alier argumenta que se em alguns casos a riqueza realmente é benéfica para o meio ambiente, por exemplo, quando uma indústria tem recursos suficientes para reduzir as suas emissões tóxicas através da instalação de um filtro, isto não pode ser estendido sem uma crítica para todas as situações. De fato, a escolha de indicadores é determinante neste contexto.

O autor defende que imputar a degradação ambiental à pobreza não é outra coisa que culpar as vítimas. De fato, ele propõe distinguir a pressão da população sobre o meio ambiente da pressão da produção sobre o meio ambiente. Esta abordagem permite esclarecer que, muitas vezes, justamente as políticas desenvolvimentistas são responsáveis pela degradação ambiental, enquanto as populações pobres (pobreza em termos de economia de mercado) e as suas economias de auto-sustentação são na sua maioria intrinsecamente sustentáveis.

Martínez Alier (*idem*, p. 103), ilustra o exemplo da Costa Rica, que poderia ser qualquer outro entre vários países do Terceiro Mundo. O objetivo declarado dos desenvolvimentistas é aumentar a entrada de divisas através de exportações de produtos que, segundo a teoria das vantagens comparativas, este país é particularmente apto a produzir. São estes café e banana, principalmente, dois cultivos que se plantados de forma extensiva pressupõem desmatamento, erosão do solo e poluição por pesticidas. A isto se soma o aspecto social. As periódicas crises no mercado mundial de superprodução têm repercussões graves sobre a população local. Ademais, as populações tradicionais se vêem relegadas a terras de menor fertilidade, e devem lidar com a diminuição dos cultivos da sua sustentação como as plantas leguminosas típicas do lugar.

Também para Shiva (1995, *op. cit.*, p. 67), existe nos mecanismos internacionais, além de uma visão estritamente ocidental, uma confusão entre as causas primárias e secundárias da destruição da natureza. Somente quando as populações do Terceiro Mundo são

obrigadas a deixar seu espaço devido a monstruosas obras realizadas em nome do desenvolvimento e do crescimento econômico, como, por exemplo, grandes hidroelétricas ou outras infraestruturas, elas são obrigadas a exercer pressão excessiva sobre o novo ambiente para a sua sustentação.

Colocar o modelo das sociedades ricas como mais sustentável constitui, para a autora, um paradoxo. De fato, as sociedades industrialmente avançadas e as de sustentação utilizam a natureza para satisfazer suas necessidades básicas. A diferença é que a primeira precisa de cadeias tecnológicas mais longas e de maiores insumos, que também criam mais poluição. Ademais, a superprodução leva à indução de necessidades artificialmente criadas e o superconsumo tem como consequência a ainda maior exploração e destruição da natureza. Some-se a isto que milhares de pessoas desprovidas de meios ficam excluídas.

Os pós-desenvolvimentistas defendem que juntando ao conceito de desenvolvimento um adjetivo qualquer, como foi feito no passado com o desenvolvimento endógeno, participativo, comunitário, integrado, etc., tem como consequência tão somente de juntar um aspecto social, ecológico ou cultural ao crescimento econômico. Em outras palavras, estas são “inovações conceituais que tendem a fazer entrar uma parte do sonho na dura realidade do crescimento econômico²⁵” (Manifesto para uma Rede sobre o Pós-desenvolvimento, *op. cit.*, tradução nossa). O mesmo acontece com o desenvolvimento sustentável, onde se muda a palavra para não mudar as coisas. Para W. Sachs (1993b, *op. cit.*, p. 29, tradução nossa), esta noção constitui um “teto conceitual para violar e curar o meio ambiente ao mesmo tempo²⁶”. Para os autores, o sucesso deste conceito, porém, mostra a força da ideologia desenvolvimentista.

Dentro de uma visão parecida se insere Goldsmith (1996, *op. cit.*, p. 88). Para este autor, a estratégia dominante de, através do desenvolvimento econômico tornar ricos os países

²⁵ “...innovazioni concettuali tendenti a far entrare una parte del sogno nella dura realtà della crescita economica”.

²⁶ “...conceptual roof for both violating and healing the environment” (W. Sachs, 1993b, p. 29).

para que depois eles possam cuidar do meio ambiente, é altamente cínica. Isto porque, por um lado, o desenvolvimento cria riqueza somente para alguns poucos e, por outro, o mesmo desenvolvimento é o maior destruidor de recursos naturais já que em nome do crescimento são efetivados empreendimentos com impactos nefastos sobre a natureza. Então, uma vez alcançado o status de país rico, que já por si é muito complicado, é duvidoso se o mesmo realmente investe em programas ambientais ou, como a destruição do meio ambiente muitas vezes é irreversível em termos de poluição ou de perda de biodiversidade, as medidas posteriores são ineficazes.

Os pontos aqui colocados justificam a visão de diferentes críticos do desenvolvimento sustentável, de que o mesmo serve mais para sustentar o próprio desenvolvimento.

Esclarece W. Sachs (1993b, *op. cit.*, p. 28) que foi durante os anos 1970 e durante as crises do petróleo que se espalhou a consciência nos governos de que o crescimento contínuo não somente dependia de capital e do fator humano, mas também da disponibilidade progressiva de recursos naturais. A produção futura ficou ameaçada pela possível vingança da natureza, por conseguinte virou imperativa uma administração eficiente dos recursos naturais que garantisse a sua continuação no tempo. Como releva o relatório Brundtland (*apud ibidem*, tradução nossa):

No passado estivemos preocupados com os impactos do crescimento econômico sobre o meio ambiente. Agora somos forçados a preocupar-nos com os impactos da pressão ecológica – degradação dos solos, regimes da água, atmosfera e florestas – sobre as nossas perspectivas econômicas²⁷”.

Para Shiva (1993, *op. cit.*, p. 216), a sustentabilidade, neste contexto, saiu do significado original, em que se refere à capacidade da natureza de apoiar a vida. Pelo contrário, chegou a ser entendida como a segurança para o abastecimento de matérias primas

²⁷ “We have been in the past concerned about the impacts of economic growth upon the environment. We are now forced, to concern ourselves with the impacts of ecological stress – degradation of soils, water regimes, atmosphere, and forests – upon our economic prospects” (idem, p. 28).

para a indústria e a infinita acumulação de capital – a ser obtido colocando limites à natureza. E é exatamente este tipo de atitude de negligência dos limites da natureza que gerou a crise da sustentabilidade.

Foram, nestes parágrafos, apresentadas críticas a diferentes noções ligadas ao discurso predominante sobre o desenvolvimento. Elas permitem ter um olhar diferente sobre o que é difundido como verdade absoluta pelas instituições internacionais e nacionais de desenvolvimento.

É importante reportar também, que os problemas criados ao longo das últimas décadas pelo desenvolvimento, induziram estes mesmos mecanismos a reflexões sobre sua eficácia e os seus efeitos não desejados. Será dado espaço agora às últimas tendências teóricas dentro destes mecanismos e às respostas que eles visam dar aos desafios postos.

1.3 A EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO

Fontes de reflexão sobre a eficácia do desenvolvimento a partir do discurso dominante são, por exemplo, os dados sobre pobreza apresentados pelos próprios mecanismos internacionais.

Foi repetido várias vezes que a eliminação da pobreza é o fim último declarado do desenvolvimento. Pobre, neste contexto, é considerada uma pessoa que vive com menos que um dólar por dia, expressado em paridade de poder de aquisição. Bonaglia e De Luca (2006, *op. cit.*, p. 28 - 30) publicam algumas tabelas sobre as mudanças dos níveis de pobreza mundial desde 1970, a partir de dados da ONU e do Banco Mundial.

Segundo as tabelas, melhoraram algumas condições para as populações, tal como taxa de mortalidade, esperança de vida e alfabetização. Chama a atenção, contudo, que o abismo entre países avançados e pobres aumentou.

Existem diferenças importantes em nível regional e nacional. Assim, na Ásia os pobres diminuíram, sendo isto imputável principalmente ao crescimento desproporcional da economia chinesa (*ibidem*). Na África sub-saariana, na América Latina, no Caribe, na Europa oriental e na Ásia central, por outro lado, os pobres aumentaram. Se fosse considerado como limite de pobreza a disponibilidade de 2 dólares por dia, os pobres no mundo aumentaram em quase 300.000.000.

Essas tabelas são importantes, uma vez que induzem a reflexões a partir dos mesmos conceitos e indicadores de base do discurso sobre desenvolvimento. A partir da posição crítica acima exposta, contudo, poder-se-ia alegar que os próprios índices que medem a pobreza ou riqueza de um determinado país, assim como o mesmo uso destes conceitos como se fossem objetivos e isentos de valores, é uma imposição da concepção ocidental predominante, no caminho da uniformização. Mais uma vez, assistimos a uma atribuição à inteira população mundial das mesmas exigências sentidas pelas sociedades economicamente avançadas.

Na reflexão sobre a eficácia do desenvolvimento, o discurso desenvolvimentista defende a convicção de base de que maiores recursos financeiros podem somente favorecer o crescimento (Bonaglia; De Luca, 2006, *op. cit.*, p. 31). A eventual ineficácia das ajudas internacionais é, então, imputada a efeitos indiretos e não desejados. Isso acontece quando a ajuda é destinada para fins improdutivos. Também podem aparecer efeitos indesejados sobre a taxa de câmbio, que diminui a competitividade das exportações do país receptor. Outra dificuldade pode ser a criação de dependência do país que recebe a ajuda, o que resultaria em uma postura de inércia do mesmo e de falta de esforço para fazer melhor. A complicada burocracia da cooperação, enfim, teria como conseqüência sobrecarregar a frágil burocracia local, favorecendo a corrupção.

Os economistas admitem que a análise empírica sobre a eficácia da cooperação para o desenvolvimento é difícil. Existem vários fatores e é complicado entender qual contribui quanto para um determinado resultado. A saída então estaria na análise estatística, mas muitas

vezes não existem dados comparáveis. Frente a estas dificuldades, o Banco Mundial e *Think Tanks* principalmente nos Estados Unidos promoveram estudos sobre a eficácia e o impacto da ajuda para o desenvolvimento, com resultados divergentes.

Estudos deste tipo do Banco Mundial nos anos 1990 e 2000 revelaram que a ajuda determina o crescimento de um país quando este realiza políticas macroeconômicas virtuosas e tem uma boa governança (*good governance*). Com a diminuição dos interesses geopolíticos da cooperação, depois do fim da Guerra Fria, os EUA iniciaram, em 2004, com base nestes estudos, um programa que beneficia com generosas ajudas àqueles países que mostram esforços concretos no sentido acima ilustrado. Estudos posteriores, contudo, demonstraram que também outros fatores como a vulnerabilidade a conflitos e a calamidades naturais, influem sobre a eficácia das ajudas.

Para pesquisadores do *Center for Global Development* este tipo de considerações é errado, uma vez que diferentes tipos de ajuda têm impactos diferentes, deste modo, medidas que visam à redução da dívida ou ao financiamento de infraestruturas determinam um crescimento mais rápido do que outras que, por exemplo, são voltadas a promover a democracia ou salvaguardar o meio ambiente.

Estas considerações e diferentes condições objetivas fizeram com que desde os anos 1990 estivesse em voga um importante processo de repensar a política dos auxílios ao desenvolvimento. O novo quadro internacional depois do fim da guerra fria, tal como a intensificação do fenômeno da globalização, junto com o permanecer e até o aumento do abismo entre países avançados e pobres, mudaram as prioridades da ação internacional.

1.4 UM NOVO PARADIGMA PARA O DESENVOLVIMENTO?

Em 1996 o *Development Assistance Committee* (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento – DAC) – OCDE, que reúne os 22 principais países doadores e a Comissão da União Europeia – elaboraram um documento com o título *Papel da Cooperação ao Desenvolvimento no Alvorecer do Século 21*. A consciência de um mundo interconectado e dos efeitos globais de fenômenos como o aumento das pessoas pobres no mundo, e a concentração de 4/5 da população mundial nos países menos avançados, levaram esta comissão a definir novos objetivos internacionais para o desenvolvimento. De fato, os fenômenos migratórios, a degradação ambiental, a difusão de doenças endêmicas, a proliferação do crime internacional, coloca a redução da pobreza no centro dos novos objetivos.

Elemento fundamental nesta proposta é a efetiva cooperação entre países ricos e países menos avançados economicamente, onde para cada país as estratégias deveriam ser elaboradas segundo as suas especificidades locais. Uma prioridade é o fortalecimento das instituições públicas. Partindo da experiência dos países que conseguiram se desenvolver principalmente na Ásia, os teorizadores do desenvolvimento querem mostrar que um mercado que funciona é uma condição inevitável do desenvolvimento, mas que um Estado e um sistema institucional eficientes são da mesma forma requisitos fundamentais. Os países em desenvolvimento devem, portanto, adotar políticas macroeconômicas adequadas, garantir o funcionamento da lei e das instituições, criar um clima favorável para as empresas e os investimentos, desenvolver um constante diálogo social para uma abordagem inclusiva nas políticas de desenvolvimento.

Por outro lado, é exigida uma postura diferente também dos países industrializados, que são chamados a aumentar os recursos destinados para os países pobres e, sobretudo, a adequar os objetivos dos auxílios com as necessidades dos países menos avançados

economicamente. De fato, é argumentado que não tem sentido destinar recursos financeiros para desenvolver um determinado setor dentro de um país em desenvolvimento, e ao mesmo tempo fechar o próprio mercado para os produtos deste setor.

Em relação aos fluxos financeiros dos países ricos para os países em desenvolvimento, nos anos 1990, os de origem privada superaram os públicos e se concentraram em poucos países relativamente desenvolvidos. Daí, a renovada chamada para os países ricos de alcançar o 0,7% do PNB na destinação de auxílios ao desenvolvimento.

Também o Banco Mundial inicia, com Joseph Stiglitz, uma série de reflexões críticas nos anos 1990. Stiglitz (1998), vencedor do prêmio Nobel para a Economia e vice-presidente do Banco Mundial, busca um “*Post Washington Consensus*”, e acredita que privatizações e liberalizações, ao invés de fins últimos em si, deveriam ser instrumentos para conseguir o crescimento econômico sustentável, equilibrado e capaz de dar maior força aos processos democráticos. Para ele, o crescimento deve se dar com coesão social.

Em 1998, o Banco publica o relatório *Assessing Aid* (The World Bank, 1998). Partindo das experiências passadas, este relatório identifica as condições de sucesso dos programas de ajuda. São indispensáveis, neste sentido, políticas virtuosas do governo local. Ademais, a ajuda deve ser complemento dos investimentos privados, fortalecer as instituições locais, envolver a sociedade civil local, sendo que ela seria mais eficaz se sustentasse um processo de reformas já em funcionamento. São, portanto, sugeridas algumas inovações na política de ajuda ao desenvolvimento: a ajuda deve ser destinada a países com boa governança econômica, adequada às exigências específicas dos países que a recebem, ter como objetivo a criação e a transferência de conhecimentos e capitais; as agências de cooperação devem procurar alternativas para aqueles países que não têm boa governança. Além disso, o documento frisa a importância de maciços investimentos em educação e saúde.

Esta abordagem se baseia nas avaliações de Amartya Sen (2000, 2003), que concebe a pobreza em sentido multidimensional, ou seja, mais amplo do que estritamente econômico:

inclui a dimensão humana, política, de segurança, de discriminação de gênero e o acesso aos recursos ambientais. A estratégia de desenvolvimento deve, então, favorecer um crescimento “*pro-poor*” onde as populações mais pobres se beneficiem também dos recursos que se produzam graças ao maior crescimento.

Na mesma ótica de redução da pobreza, frente à crítica situação de endividamento crônico dos países pobres, em 1996, o G8 e as instituições financeiras internacionais promovem a iniciativa para o cancelamento das dívidas dos países pobres fortemente endividados (iniciativa *Heavily indebted poor countries – HIPC*). O cancelamento das dívidas se realiza através de quatro fases sob estrito controle do FMI, Banco Mundial e Clube de Paris (que reúne 19 dos maiores países credores). Na primeira fase, o país interessado deve adotar programas de ajuste estrutural concordados com FMI e Banco Mundial, na segunda, caso após 3 anos a avaliação da fase 1 resulte positiva, ele adota um programa de assistência financeira do FMI e Banco Mundial. Em seguida, ele elabora e implementa a estratégia nacional de redução da pobreza com o suporte do FMI, Banco Mundial e do Clube de Paris e, por fim, acontece o cancelamento de 100% da dívida, caso em que, após posteriores três anos, FMI e Banco Mundial declaram o sucesso da estratégia nacional.

A novidade nesse processo consiste no fato de envolver de forma determinante a sociedade civil, o setor privado e as ONGs para obter um fortalecimento da sociedade e dos processos democráticos.

1.4.1 A Declaração do Milênio, a Conferência de Monterrey, e a Declaração de Doha

Em 2000, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração do Milênio como síntese de diferentes conferências e discussões na comunidade internacional, realizadas durante os anos 1990. A resolução (55|2) lista como objetivos prioritários os seguintes: paz, segurança e desarmamento, desenvolvimento, redução da pobreza, proteção do meio

ambiente, promoção dos direitos humanos e democracia no mundo inteiro, a serem alcançados até 2015.

Em 2001 é apresentado o documento sobre os oito objetivos de desenvolvimento do milênio (*Millenium development goals, MDG*)²⁸ assinado pelas Nações Unidas, Banco Mundial, FMI e OCDE.

Em 2002, acontece em Monterrey, no México, a Conferência das Nações Unidas sobre o financiamento do desenvolvimento que leva ao chamado “Consenso de Monterrey”²⁹. Nesta ocasião é afirmada a necessidade de uma nova parceria entre países industrializados e países em desenvolvimento, onde ambos assumem suas próprias responsabilidades no mundo globalizado. Quanto à globalização, prevalece a visão de que ela comporta oportunidades e riscos para os países em desenvolvimento e, para que estes possam aproveitar as oportunidades, é preciso que criem determinadas condições internas que promovam os investimentos produtivos, realizem as infraestruturas de base e qualifiquem os recursos humanos. Os governos devem adotar políticas macroeconômicas virtuosas que favoreçam o crescimento e a redução da pobreza, assim como a canalização de todos os recursos financeiros para o desenvolvimento do setor privado. Mais uma vez é frisado que o bom funcionamento das instituições é prioridade e a luta contra a corrupção tem especial importância. Isto deve ser acompanhado pelo fortalecimento das infraestruturas sociais e das redes de proteção às populações mais pobres para atenuar os custos do processo de ajuste da globalização.

Na visão desenvolvimentista, a Conferência de Monterrey constitui o ápice da afirmação de um novo paradigma na cooperação para o desenvolvimento. De fato, ela clama para uma nova parceria global entre países industrializados, países em desenvolvimento, setor privado e organizações da sociedade civil. Todos em conjunto devem enfrentar os desafios do financiamento do desenvolvimento, do melhoramento da eficácia das ajudas, do aumento da

²⁸ Cf. <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>

²⁹ Cf. www.un.org/esa/ffd/.

coerência das políticas, da redução da vulnerabilidade dos países pobres frente a calamidades naturais e conflitos, e da sensibilização da opinião pública através do investimento na educação para o desenvolvimento.

Esta nova parceria entre países em desenvolvimento e países avançados economicamente é contemplada também pelo oitavo objetivo do milênio. Fundamental para o seu sucesso é considerada uma abertura do sistema comercial internacional com regras transparentes, que possibilite o acesso aos mercados para os países do Terceiro Mundo. Os intercâmbios comerciais devem contribuir para a luta contra a pobreza, uma vez que provocam o crescimento econômico dos países. De fato, prevalece a convicção de que na teoria, as vantagens resultantes de uma abertura comercial internacional poderiam ser superiores ao total da ajuda ao desenvolvimento. Considera-se que os países intermediários se beneficiariam mais por terem estruturas produtivas e instituições mais desenvolvidas.

Portanto, a liberalização dos intercâmbios necessária para que os países pobres, que não dispõem de tecnologias, maquinários e bens intermediários, possam ter acesso e se aproveitar das vantagens comparativas, deve ser acompanhada por programas de desenvolvimento que fortaleçam as estruturas produtivas e institucionais, além de prever medidas complementares que atenuem os efeitos de ajuste sobre as populações mais pobres.

Neste sentido se exprime a declaração conclusiva da quarta Conferência dos Ministros da OMC em Doha em 2001 (Doha Ministerial Declaration, 2001). Esta se pronuncia para colocar no centro das negociações os interesses dos países em desenvolvimento, a fim de integrá-los no sistema mundial de comércio. Especial ênfase é dada aos produtos agrícolas, fortemente protegidos nos países industrializados e maior fonte de renda dos países menos avançados economicamente, por um lado, e por outro, na reticência destes em abrir os seus mercados aos serviços, produtos não agrícolas e à propriedade intelectual. Justamente pelas fortes resistências encontradas por cada parte da mesa de negociações, o processo está atualmente num impasse.

Falou-se anteriormente do sucesso do conceito de desenvolvimento sustentável. A Declaração do Milênio das Nações Unidas contém amplas referências ao mesmo, definido formalmente durante a Conferência do Rio, em 1992, e na Agenda 21 ali adotada. Procurou-se, naquela época, definir um novo quadro jurídico internacional para fazer frente comum contra os desafios globais da mudança climática, da perda da biodiversidade e da desertificação. Neste sentido foi celebrado em Johannesburg, em 2002, um vértice sobre o desenvolvimento sustentável. Ali foram estabelecidos os seguintes objetivos prioritários: a eliminação da pobreza, a mudança dos modelos de consumo e dos sistemas de produção. Foi reconhecido que a globalização e a integração dos mercados comportam novos desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável, onde uma nova parceria entre os povos e os governos vira prioridade primária.

É importante esclarecer que nenhuma das declarações e conferências aqui referidas cria um quadro que vincule os países participantes. De fato, entre os países industrializados permanecem concepções muito contrastantes quanto às prioridades da ajuda ao desenvolvimento.

1.5 A SUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A partir de uma visão crítica do desenvolvimento tal como ela foi apresentada acima, todas as reflexões e abordagens dentro do paradigma dominante aqui expostas visam, antes de qualquer coisa, perpetuar o mesmo sistema.

Para Gélinas (1994, *op. cit.*, p. 119), o aparato da “ajudocracia” está tão pesado e os seus diferentes e múltiplos braços estão tão enraizados no mundo inteiro, que mesmo mostrando inelutavelmente a sua ineficácia não desaparecerá por si só. Assim, os formadores de opinião e os que implementam o desenvolvimento propõem que os países em desenvolvimento se alinhem cada vez mais com os ditados da ciência econômica contemporânea, sendo esta tratada como o remédio geral para todas as doenças contraídas pelos menos avançados economicamente.

Chama a atenção o apelo para os países do Terceiro Mundo, e principalmente suas populações, de participarem diretamente do processo de desenvolvimento, tendo a grande maioria dos projetos de cooperação internacional o pressuposto que os chamados *stakeholders* sejam ativamente envolvidos. É preciso lembrar, contudo, que os índices de avaliação do sucesso ou insucesso de um projeto segue a lógica própria dos mecanismos ocidentais (Altieri; Macera, 1998, p. 92) e fica duvidoso até que ponto uma autêntica contribuição de sociedades tradicionais chega a penetrar os modelos rígidos (como será esclarecido mais amplamente nos próximos capítulos).

O desenvolvimento continua, assim, esticando-se, moldando-se e propondo, como antes, as mesmas medidas que causaram o impasse para resolvê-lo. O caminho a seguir é um só, a grande miríade de outros saberes pertencentes a culturas diferentes da ocidental já foi extinta ou continua sendo desclassificada como “não-científica” ou “primitivas” (Shiva, 1995, *op. cit.*, 2006, *op. cit.*, *passim*). Para Morin (1995, *op. cit.*, p. 81),

assistimos à última fase do aniquilamento das culturas de caçadores-coletores que subsistiam ainda nas florestas tropicais, nas montanhas selvagens, nas extensões desérticas. Os progressos da medicina trazem higiene e cura, mas fazem perder os remédios e práticas dos curandeiros e feiticeiros; a alfabetização traz a cultura escrita, mas destrói as culturas orais portadoras de saberes e sabedorias milenares.

Para Shiva (1995, *op. cit.*, p. 9, tradução nossa) são estes os efeitos da monocultura da mente: “As monoculturas da mente extinguem a percepção da diversidade e junto, a mesma diversidade. O desaparecimento da diversidade faz desaparecer as alternativas e cria a síndrome da ‘falta de alternativas’³⁰”.

Também para W. Sachs (1993a, *op. cit.*, p. 3), este clima de monocultura cultural é um dos legados mais nefastos do desenvolvimento para o mundo, já que diminui de forma substancial a capacidade criativa do ser humano, deixando um clima tedioso e perigoso em termos de variedade de respostas às crises atuais. Legado porque, na visão de Sachs, este peculiar estado mental que é o desenvolvimento, uma vez que ele não alcançou o que tinha se proposto, virou obsoleto.

Para este autor (*ibidem*), as próprias premissas do desenvolvimento foram superadas pela história. Assim, o papel conferido pelo discurso do Presidente Truman aos EUA em 1949, de servir como luz guia para os países atrasados, não poderia hoje restar em pé. É evidente que, principalmente desde o ponto de vista ecológico, as sociedades industrializadas estão se movendo rumo ao abismo, e que se todas as pessoas consumissem como os cidadãos norte-americanos, cinco planetas não seriam suficientes para satisfazê-las. Em segundo lugar, as razões geopolíticas ditadas pela guerra fria perderam força, cedendo a divisão Oeste-Leste o seu lugar para a divisão Rico-Pobre. Como objetivo do desenvolvimento, agora a prevenção substitui o progresso; o que domina agora a agenda mundial é a redistribuição dos riscos, não do bem-estar. De fato, as preocupações maiores dos desenvolvimentistas são atualmente os

³⁰ “Le monoculture della mente cancellano la percezione della diversità e insieme la diversità stessa. La scomparsa della diversità fa scomparire le alternative e crea la sindrome della ‘mancanza di alternative’” (Shiva, 1995, p. 9).

fluxos de migrantes, os conflitos regionais, o comércio ilegal e a limitação de desastres ambientais. Em terceiro lugar, é claro hoje que, mesmo depois de 50 anos de ajuda ao desenvolvimento, os países ricos ainda estão aumentando a sua vantagem sobre os pobres. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento devem lidar com uma crescente desigualdade nas suas sociedades: as formas de vida tradicionais foram destruídas e as vias modernas são impossíveis a serem trilhadas pela maioria da população. Milhares de pessoas ficam assim como refugiados nas suas próprias terras, “são forçados a caminhar na terra de ninguém, entre tradição e modernidade³¹”.

1.5.1 A proposta do pós-desenvolvimento

Do ponto de vista do pós-desenvolvimento, portanto, o radical questionamento do discurso do desenvolvimento e a problematização dos seus conceitos amplamente aceitos deve ser o primeiro passo para superar as dificuldades criadas pelo mesmo modelo. Argumentam os teóricos, que, de fato, o pós-desenvolvimento é uma situação concreta que milhares de pessoas já estão vivendo no Sul do mundo, mas também no Norte, porque ficaram excluídos da sociedade imaginada pelo mito desenvolvimentista. A globalização levou o desenvolvimento ao seu último extremo, mostrando a sua crua realidade e não deixando mais lugar para o mito. Ficou evidente que o desenvolvimento real transforma as relações entre os seres humanos e entre eles e a natureza em mercadorias, constituindo um projeto agressivo para com a natureza e para com os povos. Os “náufragos do desenvolvimento” (Manifesto para uma Rede sobre o Pós-Desenvolvimento, *op. cit.*) tentam, então, encontrar uma espécie de síntese entre a tradição perdida e a modernidade inacessível, criando, assim, modelos de vida diferentes, necessariamente pluralistas pela própria natureza de fecundação recíproca entre as várias situações de vida.

³¹ Tradução nossa: “...they are forced to get by in the no-man’s land between tradition and modernity” (W. Sachs, 1993a, p. 3).

A proposta do pós-desenvolvimento é clara. Em vista da preservação ambiental e da justiça social, o atual modelo de superconsumo deve ser abandonado – no Sul do mundo da mesma forma que no Norte. Não se trata, contudo, de uma volta ao passado, a um imobilismo conservador, e nem da defesa do crescimento negativo. O progresso continua presente nesta abordagem, mas agora relacionado a uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, a ser alcançado também com a ajuda de novas tecnologias sofisticadas. O que se refuta é um crescimento econômico sem sentido crítico, simples motor de lucro infinito, procurado atualmente por quem detém o capital. De fato, o crescimento deve continuar, mas de forma saudável e dentro de limites naturalmente postos, e não com o fim em si mesmo.

A este propósito é interessante a contribuição do chamado *Capitalismo Natural*, que defende a transformação da economia para um uso mais produtivo dos recursos. Segundo os seus autores (Hawken; Lovins *apud* Capra, 2002, p. 251), “os países desenvolvidos podem alcançar uma impressionante *redução de 90%* no uso de energia e materiais [...] com o uso das tecnologias já existentes e sem comprometer em nada o padrão de vida das pessoas” (grifo do autor). Diferentes projetos pelo mundo todo deixam claro que “a transição para um futuro sustentável já não é um problema técnico nem um problema conceitual, mas um problema de valores e de vontade política” (*ibidem*).

Concomitantemente, o pós-desenvolvimento procura difundir a percepção de que o bem e a felicidade podem ser alcançados com custos menores, de que a riqueza pode ser encontrada nas relações sociais de convivência e com mais consciência no consumo material, sem necessidade de produtos inúteis e muitas vezes nocivos, inventados por uma indústria que procura sempre novas formas para aumentar os seus ganhos. De fato, o mito do consumo e da riqueza material que é vendido como porta de entrada para a felicidade tem, na realidade, o efeito contrário. Para Morin (1998, *op. cit.*, p. 85), “a elevação dos níveis de vida pode estar ligada à degradação da qualidade da vida”. Para este autor, o ritmo acelerado fruto do “desenvolvimento” da civilização, não corresponde ao ritmo humano. Ele impede o indivíduo

de seguir as suas inclinações e os seus impulsos naturais, de praticar a reflexão e a meditação, ao mesmo tempo em que alimenta o espírito de competição e de egoísmo. O ser humano, por consequência, vive uma condição de crescente incerteza, perda de controle e solidão. Rahnema (2005, *op. cit.*, p. XI, tradução nossa) lembra que esquecemos que “os objetivos privilegiados da grande parte dos homens e das mulheres são de natureza social e humana, existencial, cultural, bem mais do que material³²”. Nas palavras de David Suzuki (*apud* Capra, 2002, *op. cit.*, p. 271):

A família, os amigos, a comunidade – são essas as maiores fontes de amor e de alegria que temos enquanto seres humanos. Nós visitamos nossos familiares, mantemos contato com nossos professores prediletos, trocamos amabilidades com os amigos. Levamos a cabo projetos árduos para ajudar os outros, salvar uma espécie de rã ou proteger uma área de mata virgem, e nesse processo descobrimos uma extrema satisfação. Encontramos nossa realização espiritual na natureza ou ajudando os outros. Nenhum desses prazeres nos obriga a consumir coisas tiradas da Terra, mas todos eles nos satisfazem profundamente. São prazeres complexos, e nos aproximam muito mais da felicidade verdadeira do que os prazeres simples, como o de tomar uma Coca-Cola ou comprar uma nova camionete.

Campo de atuação de fundamental importância para a construção de uma realidade diferente é, nesta visão, a dimensão local. Para Shiva (1995, *op. cit.*, p. 62), enquanto o modelo dominante de globalização e de universalização é totalmente abstrato e antidemocrático, centralizando o poder e o saber dentro de um âmbito que “exclui o ser humano da sua estrutura”, é na esfera local que existe o concreto e, portanto, o real. Por isto, os saberes locais e tradicionais, desprezados pela Ocidentalização, são saberes verdadeiramente legítimos e devem ser valorizados como tais. Torna-se imperativa, então, uma democratização do saber, uma vez que “o paradigma do passado está em crise, e apesar do seu poder de manipulação é incapaz de garantir a sobrevivência humana e a da natureza³³” (*ibidem*, tradução nossa). Uma abordagem concreta que atua dentro da visão aqui descrita, e a sua ligação com um movimento global, serão descritas no próximo capítulo.

³² “...gli obiettivi privilegiati della gran parte degli uomini e delle donne sono di natura sociale e umana, esistenziale e culturale, ben più che materiale” (Rahnema, 2005, p. XI).

³³ “...il paradigma del passato è in crisi, nonostante il suo potere di manipolazione è incapace di assicurare la sopravvivenza umana e quella della natura” (Shiva, 1995, p. 62).

2. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO: DA REVOLUÇÃO VERDE A ABORDAGEM AGROECOLÓGICA

O primeiro capítulo tratou da evolução do desenvolvimento tal como ele foi implementado mundialmente nas últimas décadas, assim como apresentou algumas críticas a partir do pós-desenvolvimento. Para ilustrar melhor as teorias descritas acima, optou-se por uma análise do setor agrícola, onde os efeitos das estratégias desenvolvimentistas são particularmente evidentes, e onde existem várias tentativas para chegar a um modelo de desenvolvimento diferente. A agricultura, ademais, tem um papel prioritário nas relações entre Norte e Sul, que o desenvolvimento, em última instância, se proporia a equilibrar. Sempre foi um setor estratégico, a alimentação da humanidade e fortes questões sociais são ligadas a ele. Hoje, é um dos pontos chave nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; o atual impasse da OMC, como mencionado anteriormente, tem como uma das causas principais as discordâncias em torno dos produtos agrícolas.

Este capítulo se propõe, portanto, a, num primeiro momento, descrever a abordagem predominante nos mecanismos internacionais e nacionais de desenvolvimento para a agricultura e mostrar a suas conseqüências em termos sócio-ambientais. Em um segundo momento, será apresentado o modelo agroecológico, que visa realizar um modo diferente de produção no campo, dentro dos limites da sustentabilidade sócio-ambiental. Por fim, proceder-se-á a uma reflexão sobre as possíveis conseqüências deste modelo para as Relações Internacionais.

2.1 A REVOLUÇÃO VERDE: FIM DA FOME NO MUNDO?

Se a agricultura hoje é um dos setores mais controvertidos no âmbito das relações entre Norte e Sul, nem sempre foi assim. Depois da criação do GATT em 1948, os produtos agrícolas ficaram de fora do Acordo, enquanto os países industrializados, por motivos de política interna, deram subvenções e proteção a este setor. Para Comba (1995), tal fenômeno foi possível sem suscitar grandes conflitos, até que os mercados dos países socialistas e subdesenvolvidos fossem capazes de absorver o superávit dos desenvolvidos. Como indicado no primeiro capítulo, a médio e longo prazo este “superdumping”, onde grande parte da produção agrícola dos países ricos foi canalizada principalmente para o Terceiro Mundo sob forma de ajuda ao desenvolvimento (Gélinas, 1994, *op. cit.*, p. 26), teve por consequência a destruição em muitos lugares dos tradicionais cultivos de subsistência.

Esta situação muda a partir dos anos 1970. Na década anterior, dentro de um contexto mundial de crise no mercado de grãos alimentícios, crescimento demográfico e a ameaça de uma “catástrofe alimentar” (Almeida, 1998, *op. cit.*, p. 44), implementa-se em um grande número de países do Terceiro Mundo a “Revolução Verde” (RV). Esta estratégia visa aumentar a produtividade agrícola, através da aplicação do chamado “pacote tecnológico” que inclui o uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização. De fato, a prioridade está na produção de uma grande quantidade de alimentos para resolver o problema da fome no Terceiro Mundo. Como modelo serve a abordagem norte-americana de agricultura industrializada de cunho fordista: a produção em larga escala para o consumo de massa (Santin, 2005, p. 34). Para atingir este fim, o cultivo se dá em grandes monoculturas.

Quanto ao Brasil, a Revolução Verde é implementada com todo vigor por mecanismos internacionais e os governos locais a partir dos anos 1960, através de políticas agrícolas de crédito, educação e extensão rural (*idem*; Ehlers, 1999, p. 38). O objetivo é

modernizar a realidade rural brasileira, conforme o espírito da época descrito no primeiro capítulo, onde a industrialização é a promessa que deve levar o país pelo caminho do progresso até o desenvolvimento. A agricultura, considerada, neste contexto, atrasada, deveria se integrar no projeto nacional de modernização e urbanização e se ligar inseparavelmente à indústria (química, em especial), virando fornecedora de matérias primas, força de trabalho barata e, concomitantemente, mercado consumidor (Almeida, 1998, *op. cit.*, p. 39). Ademais, ela deve fornecer, através da exportação, grande parte das divisas necessárias para a industrialização (Paulilo *apud* Mussoi, 2002, p. 30). Para Almeida (1998, *op. cit.*, p. 39, grifo do autor) as quatro grandes noções que distinguem a partir de então a ideologia da modernidade na agricultura são as seguintes:

a) a *noção de crescimento* (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; b) a *noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultura, com o conseqüente aumento da heteronomia; c) a *noção de especialização* (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e d) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Desta forma, a Revolução Verde leva, nos anos 1970 a produção mundial alimentar a superar as necessidades, e começa em nível internacional uma aguerrida concorrência no setor agrícola (Comba, 1995, *op. cit.*, p. 129). Esta tendência é reforçada durante a década de 1980, quando o chamado cultivo intensivo difundido pela RV é pregado pelas instituições internacionais de desenvolvimento, como ponto chave para a superação dos graves problemas ligados à crise da dívida.

2.1.1 Agricultura para exportação – um modelo de desenvolvimento

Portanto, durante a chamada “década perdida” dos anos 80, governos dos países do Terceiro Mundo, e também da América Latina, adotaram com grande vigor o modelo

produtivista baseado na exportação agrícola. Seguindo a ideologia dominante das vantagens comparativas, eles se especializaram em alguns cultivos que prometiam fácil e rápido ganho econômico nos mercados internacionais, para pagar as imensas dívidas contraídas anteriormente.

Altieri e Masera (1998, *op. cit.*, p. 84), baseando-se em um relatório da Comissão da América Latina para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (LACDE) de 1990, relatam que entre 1980 e 1987 entre 20 e 40% das exportações da América Latina foram destinadas para pagar a dívida, transferindo o lucro líquido de US\$ 145 bilhões para os países industrializados. A mesma LACDE estima que a falta de investimentos para a região, disso resultante, totalizava naquela época US\$ 80 bilhões por ano. Esta estratégia fazia parte dos programas de ajustes estruturais implementados pelas instituições internacionais do desenvolvimento e aplicados internamente pelos governos locais. Como mencionado anteriormente, os programas visavam uma completa abertura dos mercados internacionais e uma melhor inserção da América Latina no mercado mundial dentro de um quadro de vantagens comparativas. É defendida a sua utilidade em sanar vícios anteriores, por querer controlar a inflação, o Estado e os subsídios, porém, na grande maioria dos casos, estes programas contribuíram para agravar ainda mais os já complicados problemas sociais e ambientais dos países menos avançados economicamente.

A agricultura, neste contexto, vira setor principal para conseguir moeda estrangeira em curto prazo, prioridade absoluta para os governos e os mecanismos internacionais. Uma alta produtividade e grande potencial de exportação colocaram este setor no centro das estratégias neoliberais. Evidentemente, porém, a alta produtividade somente podia ser atingida com a super-exploração dos recursos naturais, como se verá mais a frente. Estes recursos continuavam sendo considerados ilimitados, e a sua super-exploração não foi incluída nos sistemas de avaliação. Do ponto de vista social, “os impactos desse crescimento se traduziram em um aumento da miséria e atomização social entre os agricultores (Lacroix *apud* Altieri;

Masera, 1998, *op. cit.*, p. 87). Soma-se a tal fenômeno a grande vulnerabilidade e dependência externa de muitos países menos avançados economicamente. De fato, quando um país se especializou em um determinado produto de exportação e este produto passa a ser menos procurado nos mercados internacionais, a recessão conseqüente comporta graves problemas sociais no país em questão.

Em vista do que foi exposto, diferentes autores defendem, como indicado no primeiro capítulo, que tais estratégias, no fundo, continuavam a beneficiar os países industrializados, que tinham fácil acesso a matérias primas baratas para o seu avanço econômico e que contribuíram para colocar ainda mais os países do Terceiro Mundo em uma situação subalterna dentro da ordem mundial (Wolkmer, 1994, *op. cit.*, p. 7; Gélinas, 1994, *op. cit.*, p. 73). Até hoje, de todas as formas, a estratégia de crescer através da exportação agrícola continua em vários países como a que promete mais sucesso, e de fato alguns, como Chile e México, obtiveram com ele um aparente êxito em nível macroeconômico (Altieri; Masera, 1998, *op. cit.*, p. 72). A indignação dos países em desenvolvimento frente à falta de abertura dos mercados agrícolas dos países industrializados faz parte desta ótica. Nessa visão, é a impossibilidade de acesso aos mercados que impossibilita o seu crescimento econômico.

2.1.2 Limites do cultivo extensivo

A agricultura extensiva e produtivista é apresentada hoje, assim como antes, não somente como estratégia de desenvolvimento para os países menos avançados economicamente, mas também como solução aos desafios alimentares do mundo. Uma das maiores críticas a esta abordagem, porém, é que os seus defensores deixam de considerar as problemáticas conseqüências sócio-ambientais que ela tem causado ao longo da sua história. Diferentes autores atribuem a degeneração destas problemáticas ao mesmo desenvolvimento tal como ele foi descrito anteriormente. Já se falou bastante da gravidade da atitude dos países

industrializados de difundir a visão de mundo ocidental pelo planeta, desconsiderando e desprezando outras formas de conhecimento. Particularmente complicada foi a difusão do modelo de agricultura científica ocidental e a sua implementação sem discernimento em contextos ambientais e sociais completamente diferentes.

Explica Altieri (2002, *op. cit.*, p. 326) que se a implementação do modelo norte-americano levou a problemas na agricultura daquele país, ao ser exportado ao Terceiro Mundo ele se tornou catastrófico. Este autor ilustra que o modelo agrícola surgiu nos Estados Unidos para fazer frente ao que ali era a principal limitação da produtividade no campo: a escassez da mão-de-obra. Foi, portanto, desenvolvida uma abordagem fortemente mecanizada, mas que era viável somente em uma realidade de grande monocultura. A grande maioria das pesquisas agrícolas, dali para frente, ocupou-se, portanto, desta particular forma de cultivo. Outra forma para economizar mão-de-obra foi o desenvolvimento de fertilizantes químicos para substituir outras práticas de adubo, intensivas em trabalho humano. A partir deste momento, separou-se a produção agrícola da criação animal, não mais necessária para a obtenção de adubos. Como revelaram diferentes estudos (Perelman, 1977; Buttel, 1990; Carroll *et. al.*, 1990; Goering *et. al.*, 1993; Altieri, 1995 *apud* Altieri, 2002, *op. cit.*, p. 327), monoculturas adubadas com grandes doses de fertilizantes químicos propiciam a explosão de pragas, que, por sua vez, são controladas através de pesticidas sintéticos, igualmente baixas no uso de mão-de-obra. Ressalta Altieri (*ibidem*) que “quando exportado para países com desemprego crônico e escassez de capital, esse padrão tecnológico rapidamente leva ao intenso êxodo rural, causando graves problemas sociais, além de permitir a penetração do capital estrangeiro na agricultura”. Além disso, uma vez que nos trópicos a produção acontece durante o ano todo, as pragas e os efeitos dos agrotóxicos saíram do controle nestas regiões.

Proceder-se-á, agora, a uma breve descrição das maiores críticas feitas a este modelo de agricultura, do ponto de vista ambiental num primeiro momento, e social depois.

2.1.2.1 Monocultura e meio ambiente

Diferentes são os problemas ambientais que nos países em desenvolvimento estão diretamente relacionados com a agricultura convencional há pouco descrita. Falando mais especificamente da América Latina, Altieri e Maser (1998, *op. cit.*, p. 78) listam os seguintes, todos relacionados com a super-exploração dos recursos para o cultivo agrícola: erosão do solo, poluição por pesticidas, desmatamento, e erosão genética. Subsistem, ainda, a dilapidação dos recursos não-renováveis, como os combustíveis fósseis e alguns nutrientes minerais, o consumo excessivo de água e a salinização dos solos irrigados (Ehlers, 1999, *op. cit.*, p. 95).

Estima-se que a perda de solos por erosão chegue anualmente no mundo a seis milhões de hectares (*idem*, p. 90). O Instituto Agrônomo de Campinas calculou que o Brasil sofre uma perda anual de aproximadamente um bilhão de toneladas de solo, o que corresponde a um centímetro da superfície do solo. Os solos cultivados têm geralmente uma profundidade de 50 centímetros. Os cultivos mais atingidos por este fenômeno são os de soja e trigo. Ehlers (*idem*, p. 91) explica que a erosão é consequência da prática do cultivo intensivo:

Nas propriedades convencionais, os solos são manejados intensivamente, seja por arações profundas ou por sucessivas gradagens. Essas práticas são realizadas com máquinas pesadas e o resultado, na grande maioria dos casos, é a degradação da estrutura física e a compactação dos solos. [...] A água das chuvas, ao encontrar uma superfície compactada, não consegue penetrar e escorre levando consigo a camada superficial do solo e uma série de nutrientes.

Esta camada superficial tem uma grande parte da matéria orgânica necessária para o cultivo. O que agrava o problema é a utilização de fertilizantes químicos, cuja necessidade aumenta em solos erodidos. Na maioria das vezes, porém, estes produtos não conseguem abastecer as plantas com os elementos nutritivos de que precisam, e elas ficam com menos capacidade de resistir a pragas e doenças. O passo sucessivo no cultivo intensivo é, então, a aplicação de pesticidas sintéticos que, porém, eliminam também os inimigos naturais das

pragas, constituindo assim um ambiente mais favorável para a proliferação de insetos, ácaros, fungos e bactérias. Ademais, a prática mostrou que nem sempre os agrotóxicos conseguem eliminar a população inteira de pragas, permitindo, deste modo, que os indivíduos que sobrevivem se tornem resistentes.

Outra consequência da compactação dos solos é que o ar não consegue mais circular, impossibilitando, assim, a sobrevivência de organismos vivos nos solos. Ehlers (*idem*, p. 92) lembra que

bactérias, fungos, insetos e minhocas desempenham, dentre outras funções, um papel fundamental na reciclagem de nutrientes para as plantas. O resultado de todos esses fatores é uma sensível diminuição da produtividade agrícola, 'remediada' pelos agricultores com novas aplicações de fertilizantes químicos.

Mais uma causa da erosão do solo é o desmatamento, em função da criação de sempre novos pastos para o gado. As consequências da erosão do solo para os ecossistemas locais têm sido, além da desertificação, aluviões, mudanças no ciclo hidrológico e redução dos nutrientes nas terras cultiváveis (Altieri; Masera, 1998 *op. cit.*, p. 82).

Acrescenta-se a isto que grande parte do material erodido é levado pela água para corpos superficiais e subterrâneos, comportando a sedimentação de rios e lagos. A terra assim levada pela água contém importantes partes de nitrogênio e fósforo, o que pode aumentar os nutrientes na água e levar à proliferação de algas que, por sua vez, pelo seu alto consumo de oxigênio, podem asfixiar outras espécies aquáticas. Outras substâncias que do mesmo modo chegam a poluir as águas são os agrotóxicos.

Os agrotóxicos são um fator importante a ser considerado quando se fala de agricultura convencional. Costabeber (s/d) informa que a média de aplicação de agrotóxicos no Brasil em 2002 era de 2,62 kg por hectare/ano, enquanto os gastos com pesticidas agrícolas neste país superam US\$ 2,7 bilhões por ano. Os problemas relacionados a estes venenos são múltiplos, para o meio ambiente e para a saúde humana. No que diz respeito ao meio ambiente, os pesticidas são responsáveis pela poluição de bacias hidrográficas e o

ressurgimento de doenças como a malária, devido à resistência do inseto (Altieri; Maser, 1998, *op. cit.*, p. 78). Some-se a isto o problema criado pelas embalagens contaminadas que são abandonados no meio ambiente, muitas vezes ainda contendo resíduos tóxicos. Quanto à saúde humana, por muitos anos os cientistas argumentaram que seria impossível que resíduos tóxicos pudessem estar presentes nos alimentos cultivados de forma intensiva, atualmente, porém, não somente é reconhecido que ali estão, como também é reconhecido que os tóxicos têm em muitos casos efeitos cumulativos. Assim, revelam Montoro e Nogueira (*apud* Ehlers, 1999, *op. cit.*, p. 93) que “o uso generalizado de inseticidas clorados-orgânicos, principalmente o DDT, fez com que esse inseticida se armazenasse na gordura e persistisse no sangue de toda a população, em nível proporcional à absorção diária”. Segundo Costabeber (*s/d, op. cit.*), grande parte dos estudos não é publicada, para não prejudicar os agricultores e quem está envolvido na produção agrícola. Um recente estudo da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, citado pelo autor, revela, contudo, de forma preocupante como diferentes alimentos como morangos, alface ou mamão apresentam resíduos de venenos não permitidos para o seu cultivo. O autor ainda fala de evidências da probabilidade de relação entre intoxicação por pesticidas e casos de suicídio ou malformação de fetos humanos. Ele contradiz quem argumenta que o uso adequado de agrotóxicos evitaria maiores problemas, baseando-se em um estudo efetuado na Califórnia segundo o qual “a agricultura é uma das ocupações mais perigosas nos Estados Unidos. A taxa de mortalidade dos trabalhadores agrícolas no país está estimada em 20.9 para cada 100 mil trabalhadores agrícolas”. Da mesma forma, o estudo revela que quem trabalha na lavoura tem em média 60% mais probabilidade de contrair câncer. Outro estudo, realizado em Granada, na Espanha, revela a relação entre o trabalho com agrotóxicos e câncer de mama, a piora da qualidade seminal masculina e malformações do feto humano. Ressalta, contudo, Ehlers (1999, *op. cit.*, p. 94) que “acredita-se que as conseqüências sobre a saúde humana são conhecidas em apenas 10% dos produtos”. O mesmo estudo espanhol citado antes revela que, em 1999, o *business*

dos pesticidas agrícolas movimentou entre 20 e 30 bilhões de dólares, não deixando dúvidas em torno dos importantes interesses econômicos envolvidos nestas discussões.

Outro problema ambiental criado pela agricultura intensiva (mas também por outras obras do desenvolvimento tal como a construção de estradas e infra-estruturas, mineração, extração de petróleo e extração comercial de árvores) é o desmatamento. Os seus impactos nos ecossistemas locais são, entre outros, mudanças no microclima, nos padrões de evapotranspiração, no albedo de superfície e no ciclo de nutrientes (Altieri; Masera, 1998, *op.cit.*, p. 82). Como indicado, ademais, o desmatamento é uma das maiores causas da erosão do solo. Globalmente, a destruição das florestas contribui para o aquecimento global e a perda da biodiversidade.

Quanto ao problema da erosão genética, Vandana Shiva (1995, *op. cit.*, p. 67) alerta sobre as graves conseqüências que as monoculturas em geral têm para a biodiversidade. A autora menciona dois fatores principais. Por um lado, a implementação das monoculturas de poucas espécies de alto valor monetário em termos de mercado, comportou em grande parte do mundo, e principalmente nos países em desenvolvimento, uma diminuição significativa de variedades nativas, cultivadas durante milênios. Altieri (2002, *op. cit.*, p. 106) afirma que atualmente onze espécies de planta respondem por cerca de 80% da alimentação mundial. Por outro lado, as mesmas espécies criadas em laboratório e difundidas pelo planeta através da Revolução Verde, têm por sua vez uma origem genética muito reduzida. Shiva (1995, *op. cit.*, p. 73) traz o exemplo das sementes de arroz hoje cultivadas em grande parte do planeta, obtidas pelo cruzamento entre tão somente duas espécies.

Isto, para a autora, é um grande risco para as reservas alimentares mundiais, uma vez que a limitada variedade genética facilita a destruição de amplas extensões de cultivos por parasitas ou doenças. De fato, em um campo de grande extensão onde a única cultura é uma só espécie, e ainda com uma restrita informação genética, o risco que toda ela seja destruída de uma só vez por um único parasita ou doença é muito grande. Os cultivos tradicionais têm

duas vantagens, nesta perspectiva. Por um lado, elas têm resistência intrínseca às pragas do lugar onde tradicionalmente crescem. Por outro lado, um campo que agrupa uma maior variedade de espécies, torna-se mais resistente por ficar mais equilibrado em termos de elementos nutritivos, mas também porque uma praga ou doença nunca atinge todas as plantas. Já no cultivo intensivo, como se viu, este problema é enfrentado com doses cada vez maiores de pesticidas, com graves conseqüências para o meio ambiente e para a saúde humana.

Altieri e Masera (1998, *op. cit.*, p. 78-83) chamam a atenção para a intrínseca insustentabilidade do modelo agrícola predominante, não somente do ponto de vista ambiental e social (como será demonstrado nos próximos parágrafos), mas também econômico. De fato, os problemas descritos inevitavelmente comportam custos adicionais para a agricultura, em termos de investimentos para recuperação dos ecossistemas destruídos, devido à falta dos benefícios vindos de um ecossistema e florestas saudáveis, ou pela cada vez maior quantidade de agrotóxicos necessários para controlar as pragas que se tornam resistentes, para citar somente alguns exemplos. Estes custos, de todas formas, o atual sistema não está incluindo na avaliação de “rentabilidade”. Eles formam externalidades negativas que, se incluídas no valor dos produtos agrícolas produzidos com o método intensivo, fariam disparar os seus preços, diminuindo de forma considerável o seu lucro.

Ao mesmo tempo, é preciso salientar a grande ineficiência energética da agricultura convencional. Já em 1973 o estudo clássico de Pimentel citado por Hecht (2002, p. 37; Ehlers, 1999, *op. cit.*, p. 95; Almeida, 1998, *op. cit.*, p. 46) revelou que nos Estados Unidos a produção de cada quilocaloria de milho precisava de um enorme custo energético de insumos externos não renováveis como combustíveis fósseis e o fósforo. Almeida (1998, *op. cit.*, p. 46) e Ehlers, (1999, *op. cit.*, p. 96) citam um estudo semelhante no Brasil (de Castanho Filho e Chabaribery) que mostrou a partir de 21 atividades agrícolas que o rendimento energético era de aproximadamente 20%, ou seja, “para cada caloria investida obtinha-se 1,2 calorias de retorno”. Este aspecto ganha especial ênfase a partir das crises do petróleo e do aumento dos

preços do mesmo, desde os anos 1970, e ainda mais atualmente, que os problemas ligados às fontes de energia não-renováveis são mais evidentes do que nunca.

2.1.2.2 Monocultura sem dimensão humana

Também do ponto de vista social, o modelo de agricultura convencional é muito criticado. Argumenta-se que ele está intrinsecamente ligado a um modelo centralizador e excludente de tomada de decisão. Alertam Norgaard e Sikor (2002, p. 65), Shiva (1995, *op. cit.*, 2006, *op. cit.*, *passim*) e Capra (2006, p. 246), que as decisões sobre o que cultivar e como, são tomadas em centros urbanos, distantes da realidade concreta do campo. Estas decisões dependem geralmente de cálculos de fatores, produtos e mercados de capitais e das indústrias, sendo negligenciado não somente o discernimento dos agricultores sobre o cultivo mais adequado, mas também as mesmas necessidades de subsistência da população rural. Segundo Capra (2006, *op. cit.*, p. 247),

a lavoura como um todo converteu-se numa indústria gigantesca, em que decisões-chaves são tomadas por ‘agrocientistas’ e transmitidas a ‘agro-administradores’ ou ‘técnicos agrônômicos’ – os antigos agricultores - através de uma cadeia de agentes e vendedores.

Norgaard e Sikor (2002, *op. cit.*, p. 65) alertam que uma vez que as pesquisas são centralizadas (sem considerar as especificidades locais, como descrito antes), isto comporta que pressões políticas externas possam mais facilmente influenciá-las. Já se aludiu para os importantes interesses econômicos ligados à agricultura convencional que podem procurar exercer este tipo de pressão. Este sistema, segundo os autores, provocou um distanciamento entre produtores e consumidores, planejadores e beneficiários, pesquisadores e extensionistas, sendo que fica comprometida uma positiva interação para a melhoria dos cultivos, dos alimentos, etc.

Ademais, esta abordagem inevitavelmente provoca uma dependência do agricultor em relação às grandes empresas de sementes e fertilizantes e aos institutos de créditos que

financiam o desenvolvimento hegemônico no campo. Como as novas sementes cultivadas em monocultura precisam de uma grande quantidade de *inputs* externos, como fertilizantes, pesticidas e maquinários, os agricultores, para se manterem competitivos, devem realizar importantes investimentos. Como descrito acima, este é um *business* mundial que movimenta consideráveis quantidades de dinheiro a cada ano. Para Capra (2006, *op. cit.*, p. 246), “as grandes companhias petroquímicas manipulavam os agricultores para que usassem cada vez mais produtos químicos”. O aumento imediato da produtividade foi, contudo, na maioria das vezes, acompanhado por um aumento dos preços de insumos, e ao mesmo tempo pela queda dos preços dos produtos agrícolas. Enquanto as grandes empresas de produtos químicos para o campo continuaram aumentando os seus lucros, os agricultores tinham que enfrentar uma renda cada vez menor (Almeida, 1998, *op. cit.*, p. 45).

Costabeber (s/d., *op. cit.*) ainda chama a atenção para o fato de que embora o modelo da “modernização conservadora” continue dominante, ele foi implementado somente parcialmente. Isto é, as tecnologias da modernização e os insumos não chegaram para a produção de subsistência das populações locais. Isto contribui para a diminuição da segurança alimentar, uma vez que as terras mais férteis são destinadas para os cultivos de exportação, enquanto o cultivo de alimentos para as populações locais é relegado para os solos menos favorecidos (Dumont, 1981; Martinez Alier, 1998, *op. cit.*; Shiva, 1995, *op. cit.*; Norgaard; Sikor, 2002, *op. cit.*). Ao mesmo tempo, diferentes formas de acesso à terra e aos recursos foram eliminadas com as imposições feitas pela Revolução Verde, tais como cultivos compartilhados, arrendamento de trabalho, acesso às fontes de água e às pastagens (Hecht, 2002, *op. cit.*, p. 47).

Na concepção desenvolvimentista predominante, de todas as formas, o êxodo rural resultante das medidas listadas “passa então a ser admitido como inexorável – e mesmo necessário – para permitir aos mais ‘dinâmicos’ se desenvolverem em boas condições” (Almeida, 1998, *op. cit.*, p. 41). Quem se beneficia, então, são os grandes empreendedores

agrícolas que dispõem de capital suficiente para arcar com os altos custos de inputs para o cultivo. Para Shiva (1995, *op. cit.*, p. 62, tradução nossa), este modelo é altamente antidemocrático e desigual. “Ele rompe a coesão das comunidades locais e divide as sociedades entre as que têm acesso ao saber e ao poder, e as que não o têm³⁴”. Esta autora alerta, ainda, para a onda de suicídios de pequenos agricultores na Índia nas últimas décadas, imputada ao seu super-endividamento ligado a agricultura extensiva.

2.1.3 Uma segunda Revolução Verde?

Os múltiplos problemas criados pelas estratégias da RV, também não passaram despercebidos pelos estrategistas do desenvolvimento hegemônico. Como mencionado anteriormente, quanto aos problemas sociais, nessa ideologia o crescimento econômico que um país realiza através do aumento das exportações agrícolas leva a uma riqueza difusa que beneficia a população como um todo. Nesta concepção é inevitável que alguns se beneficiam mais do que outros, o que, então deve ser compensado por medidas complementares (Winters, 2002). Já os problemas ambientais podem ser enfrentados, nesta perspectiva, com uma evolução da Revolução Verde, ou seja, através de novas inovações tecnológicas no campo, isto é, segundo muitos, com a difusão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) (Capra, 2002, p. 194).

Os OGM, criados em laboratórios, seriam resistentes às secas, aos parasitas e às ervas daninhas, e o seu cultivo não dependeria, portanto, nem da irrigação maciça, nem de produtos químicos como pesticidas ou herbicidas. Seria, desta forma, salvaguardado o meio ambiente e, ao mesmo tempo, eliminada a fome no mundo (*ibidem*). Segundo Capra (*idem*, p. 196), isto não passa de uma estratégia das grandes multinacionais da alimentação para ganhar ainda mais dinheiro. De fato, o autor relata como 85% do mercado mundial de alimentos é

³⁴ “Esso rompe la coesione delle comunità locali e divide le società tra quelle che hanno accesso al sapere e al potere, e quelle che non ce l’hanno” (Shiva, 1995, p. 62).

atualmente controlado por dez grandes empresas agroquímicas. Um claro indício para esta prática é a empresa Monsanto que, modificando geneticamente uma semente de soja para que resista ao seu próprio produto herbicida *Roundup*, aumentou significativamente as vendas deste produto. A isto se soma a tendência das multinacionais de impor direitos de propriedade intelectual, patenteando as suas sementes de forma que o agricultor que dependa delas deva pagar *royalties* para usá-las no seu cultivo. A expressão mais perversa desta estratégia é a criação de sementes com “tecnologia terminal”, impossibilitadas de se reproduzirem, obrigando, assim, o agricultor a comprar a cada ano sementes novas das grandes empresas, em vez de usar aquelas obtidas por safras anteriores.

O argumento de que a fome no mundo somente pode ser controlada através deste tipo de cultivos é altamente cínica na visão de Capra, e autores na mesma linha de argumentação. De fato, o estudo *World Hunger: Twelve Myths*, do Instituto de Política Alimentar e de Desenvolvimento mostraram que, na realidade, não existe escassez de alimentos no mundo. De fato, as verdadeiras causas da fome, segundo este relatório citado por Capra (*idem*, p.198),

não têm relação alguma com a produção dos alimentos. São a pobreza, a desigualdade e a falta de acesso aos alimentos e à terra. As pessoas ficam com fome porque os meios de produção e distribuição de alimentos são controlados pelos ricos e poderosos. A fome no mundo não é um problema técnico, mas político.

Já para Vandana Shiva (1995, *op. cit.*, 2006, *op. cit.*, *passim*), as estratégias produtivistas no campo colocam em risco a segurança alimentar no mundo e podem, aliás, causar a maior fome no mundo já vivenciada, por sua intrínseca insustentabilidade ambiental e social.

2.2 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Os problemas ligados ao cultivo convencional aqui descrito inspiram, em meados dos anos 1980, um forte movimento de resistência em diferentes partes do mundo. Surge, então, um grande número de estudos e pesquisas que se propõe à profunda reflexão sobre os seus fundamentos. Ganha força o conceito de agricultura sustentável, em contraposição ao modelo agrícola dominante, apoiado por um número importante de pesquisadores, produtores e pela opinião pública. Esta, em especial, aumenta suas pressões sobre os governos para conseguir a salubridade dos alimentos e a proteção do meio ambiente (Ehlers, 1999, *op. cit.*, p. 97). Tem início, então, uma discussão que até hoje gerou mais polêmicas do que soluções dentro do âmbito agrícola: a discussão em torno do conceito de sustentabilidade. Surgiu, de fato, uma multiplicidade de definições diferentes. Ehlers (*idem*, p. 103) relata que Michael Brklaich cita dezoito autores e instituições que se referem ao conceito de sustentabilidade na agricultura, e que o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) apresenta catorze definições distintas. O Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos (NCR, 1991 *apud* Ehlers, *op. cit.*, p. 103), lista alguns itens que a maioria das definições de sustentabilidade têm em comum:

- Manutenção, a longo prazo, dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- O mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- Retornos adequados aos produtores;
- Otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos;
- Satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda;
- Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Contudo, existe divergência também sobre se o cultivo intensivo descrito acima é realmente insustentável. Ehlers, de fato, chega à conclusão de que, apesar de todas as problemáticas ambientais expostas, o cultivo intensivo não é insustentável, apresentando tão

somente um alto grau de fragilidade. De qualquer forma, o autor reconhece que o surgimento do conceito de sustentabilidade “indica o desejo de um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo, portanto, para explicar uma insatisfação com o *status quo*” (*idem*, p. 86).

Pioneiros na adoção desse conceito foram os EUA. Eles reconheceram “a necessidade urgente de conciliar a produção, a conservação ambiental e a viabilidade econômica da agricultura” (*idem*, p. 98) como uma prioridade. Houve, dessa forma, naquele país, uma ruptura com a tradicional postura de desprezo para as formas alternativas de cultivo, consideradas atrasadas, primitivas, improdutivas e não-científicas. Surgiram estudos e até leis que visavam reduzir os impactos negativos da agricultura. Após a criação e a afirmação do conceito do desenvolvimento sustentável com o Relatório Brundtland em 1987, esta tendência se fortificou.

Outra discussão importante em torno do conceito da sustentabilidade é se ele deve incluir aspectos sociais, ou tão somente ambientais. Diferentes abordagens defendem que os dois aspectos não podem ser separados em uma prática agrícola sustentável. Outras, pelo contrário, nem tomam em consideração os fatores sociais. Exemplo disto é a controvérsia relatada por Ehlers (*ibidem*) dentro do Congresso Americano na hora de votar sobre a “Food, Agriculture, Conservation and Trade Act of 1990” (FACTA-90), que deveria disciplinar a pesquisa, educação e extensão relacionadas com agricultura sustentável. A discussão verteu tão somente sobre o fator químico que, embora considerado importantíssimo em termos de impactos ambientais na agricultura intensiva, não é o único a estar em discussão no atual modelo agrícola. Um grupo de congressistas se pronunciou sobre uma versão da lei que impusesse uma sensível redução de fertilizantes e pesticidas sintéticos no campo. No final, porém, devido a pressões dos *lobbies* das empresas produtoras destes insumos, foi adotada uma versão bastante leve, que nem sequer se pronunciava a respeito destes produtos. A tese

defendida naquela ocasião foi que os agroquímicos são benéficos à agricultura, se empregados de forma correta.

Um grande desafio nas discussões em torno da sustentabilidade é a sua inevitável interdisciplinariedade, quer sejam incluídos aspectos sociais ou não. Isto requer, para um tratamento eficaz e exaustivo, uma metodologia complexa ainda pouco desenvolvida na ciência contemporânea. Os problemas, portanto, são múltiplos e o número de visões diferentes em torno do conceito provavelmente corresponda àquele de religiões, ideologias e visões de mundo existentes no planeta. Acrescenta-se a isso o fato de que não podem ser negligenciados os interesses econômicos envolvidos neste contexto, que nada mais querem além sustentar os atuais padrões produtivos da agricultura convencional.

2.2.1 Substituição de Insumos

Um grande número de abordagens sobre a agricultura sustentável gira em torno da substituição dos insumos. Esta é uma estratégia bastante difundida para conseguir uma forma de cultivo com menos impactos sobre o meio ambiente. Uma vez relevada a alta toxicidade dos pesticidas comumente utilizadas, muito dinheiro foi investido na pesquisa de insumos com menos impactos nocivos sobre o meio ambiente e a saúde das pessoas. Foram, desse modo, desenvolvidos os chamados biopesticidas, a base microbiana (Altieri, 2002, *op. cit.*, p. 329), para substituir os insumos altamente venenosos.

Para muitos profissionais e pesquisadores agrícolas, porém, esta abordagem é reducionista demais e, na realidade, não contribui para mudar o atual modelo de cultivo problemático. Entre estes críticos estão também os representantes da abordagem agroecológica que será aprofundada no próximo tópico. Para eles, na base da substituição de insumos está a concepção ideológica predominante, constituída pelo modelo científico ocidental, reducionista na sua concepção de mundo. Norgaard e Sikor (2002, *op. cit.*, p. 57)

explicam que este modelo, de tradição cartesiana, é regido pelos seguintes princípios: 1) Atomismo, que significa que as partes de um fenômeno são estudadas singularmente, isoladas do contexto em que se inserem; 2) Mecanicismo, que postula que as relações entre estas partes são imutáveis e funcionam como o mecanismo de uma máquina; 3) Universalismo, segundo o qual os fenômenos são todos relegáveis a princípios universais subjacentes, também imutáveis no tempo e no espaço; 4) Objetivismo, que vê o pesquisador como alheio ao processo por ele estudado; 5) Monismo, segundo o qual todas as partes estudadas singularmente se juntam em um todo coerente. Estes princípios, segundo os autores (*idem*, p. 55), contribuem para que “os cientistas agrícolas convencionais tenham apenas resultados moderados na superação dos problemas tecnológicos, pois precisam compreender que seus problemas são inerentes às premissas filosóficas de seus próprios métodos e práticas”.

Altieri (2002, *op. cit.*, p. 329) explica que, na visão deste modelo científico, existe o que ele chama de “dogma do fator limitante”. Isto é, os cientistas se concentram num aspecto do sistema de cultivo que limita a produção, e intervêm sobre este aspecto com um insumo externo, produzido a partir de experimentos em laboratório, até aumentar a produtividade. Uma vez que eles se baseiam nas premissas rígidas acima descritas, porém, não consideram que esta intervenção externa aplicada à realidade no campo pode desencadear processos imprevistos e provocar reações indesejadas. Tais reações podem ser um novo fator limitante para a produção, que os cientistas, novamente, procuram eliminar através de uma intervenção externa. Altieri ilustra o exemplo da falta de nitrogênio no solo e a subsequente estratégia dos agrônomos de aplicar uréia como insumo adequado. Como consequência, o agricultor

terá que enfrentar, muito provavelmente, o desenvolvimento de pragas sugadoras, cuja população aumentará enormemente em função da disponibilidade de nitrogênio livre na seiva das plantas, que constitui um atrativo para alimentação de insetos fitófagos (McGuinness, 1993, *apud ibidem*, p. 330).

O passo seguinte é, então, a aplicação de agrotóxicos para enfrentar estas pragas, com novos efeitos indesejados e imprevistos.

Este exemplo deixa evidentes as limitações desse enfoque, uma vez que não passa de um tratamento dos sintomas de um problema mais profundo. No caso do exemplo da falta de nitrogênio, Altieri (*idem*, p. 330) defende que o verdadeiro problema é “geralmente o solo morto, estéril, quimicamente envenenado com pouca matéria orgânica”, consequência de vários anos de cultivo convencional. O problema não aparece, de fato, em um ecossistema com o solo saudável e rico biologicamente, onde bactérias presentes na matéria orgânica se encarregam da fixação do nitrogênio. O modelo científico predominante, porém, não toma em consideração as interligações de diferentes fatores de um ecossistema, todos eles necessários para a sua saúde e produtividade.

No caso da substituição dos insumos, que foi exposta agora, demonstra-se claramente que a simples aplicação de substâncias menos tóxicas no cultivo intensivo continua perpetuando os problemas de fundo. De fato, a maioria dos problemas ambientais ligados à monocultura continua. Isto é, o caso da erosão do solo, do uso excessivo de maquinários e a grande dependência de combustíveis fósseis, por exemplo. Da mesma forma, os problemas sociais de endividamento, acesso às tecnologias, concentração fundiária e de renda e a alta necessidade de capital continuam. Um fator muito importante a se considerar nesse contexto é justamente o alto custo destes novos biopesticidas. Altieri (*idem*, p. 334) revela que um litro destes produtos custa entre US\$ 150 e US\$ 400. Novamente, o benefício maior é das grandes empresas que “compreenderam que poderiam lucrar muito mais com as práticas alternativas do que com a agricultura convencional e ainda manter os agricultores dependentes das tecnologias industrializadas” (*idem*, p. 332). Ao mesmo tempo, elas se aproveitam da oportunidade de divulgar a sua preocupação com o meio ambiente e a saúde das pessoas. O lucro com os biopesticidas ainda é mais interessante uma vez que as suas patentes são novas e o monopólio pode assim ser garantido por um bom tempo.

2.2.2 Desenvolvimento rural sustentável na América Latina

Consideradas as influências agora expostas da discussão sobre agricultura sustentável, também na América Latina ganharam força estudos que procuram uma abordagem própria ao tema, que está, nesta região, fortemente ligado ao desenvolvimento sustentável. Segundo Gallopín e LACDE (*apud* Altieri; Masera, 1998, *op. cit.*, p. 73), todas as abordagens de desenvolvimento rural sustentável na América Latina deveriam ter as seguintes prioridades: redução da miséria, abastecimento adequado de alimentos e auto-suficiência, conservação dos recursos naturais, autonomia das comunidades locais e participação efetiva dos pobres das áreas rurais no processo de desenvolvimento. Altieri e Masera alertam, contudo, que existe na região uma forte divergência entre o discurso oficial de desenvolvimento e a realidade. Prescindindo dos problemas quanto à definição de desenvolvimento sustentável aludidos anteriormente, observa-se que principalmente no setor rural, ele é de difícil implementação. Ao lado dos fortes interesses econômicos descritos acima, mantêm-se preconceitos contra práticas alternativas dentro das instituições e nos centros de conhecimento que influenciam as políticas e as pesquisas na área. Sobre a origem e a natureza de tais preconceitos falar-se-á mais amplamente no tópico sobre agroecologia. Os autores ressaltam, ainda, que, de todas as formas, existem fatores macro de grande peso que limitam a difusão e a implementação de medidas para o desenvolvimento rural sustentável. São estes problemas como a dívida externa, a miséria, a má distribuição de recursos, a falta de tecnologias adequadas e forças internacionais.

2.3 A ABORDAGEM DA AGROECOLOGIA

Uma abordagem que se propõe à implementação efetiva dos princípios de desenvolvimento sustentável acima listados é a agroecologia. Não é objeto desta pesquisa apresentar um trabalho exaustivo sobre esta disciplina, e não serão tratadas questões técnicas do cultivo sustentável, que vão além da competência da autora. Para fins do trabalho serão dadas tão somente algumas noções básicas que ajudam entender a proposta desta abordagem.

A intuição fundamental desta abordagem é que a maioria dos atuais problemas ambientais e sociais relacionados à agricultura são consequência do entendimento reducionista da realidade, como descrito anteriormente. Para os pesquisadores da agroecologia, então, uma eventual alternativa de desenvolvimento rural sustentável deve necessariamente levar em consideração a complexidade da realidade, que é constituída por um conjunto de interligações entre diferentes fatores que se influenciam mutuamente. De fato, os pensadores desta abordagem se colocam premissas filosóficas completamente diferentes das da abordagem dominante e reducionista descrita acima. Eles entendem que as plantações constituem um particular tipo de ecossistemas, os agroecossistemas, e têm como base a teoria geral dos sistemas (Hecht, 2002, *op. cit.*, p. 27).

Essa teoria entende que um sistema é composto por diferentes partes, que não podem ser compreendidas separadamente do todo e o todo é sempre mais do que a simples soma das suas partes. Também existe um equilíbrio dinâmico, onde as partes podem desenvolver novas características ou podem surgir partes completamente novas. É importante a sua interligação.

Aplicado à agricultura, isso significa, concretamente, que todo projeto de desenvolvimento rural deve tomar em consideração não somente os aspectos ambientais e biológicos de um agroecossistema, mas também os aspectos sociais que envolvem os agricultores do mesmo. Em outras palavras, para os agroecologistas existem vários fatores endógenos, biológicos e ambientais, assim como fatores exógenos, sociais e econômicos

presentes em um agroecossistema, e são as suas múltiplas interligações que o caracterizam e o determinam. Isto é, “fatores sócio-econômicos como a queda dos preços de mercado ou mudanças na posse da terra podem desestruturar os sistemas agrícolas da mesma forma que a seca, a explosão de pragas ou o declínio da fertilidade do solo” (*idem*, p. 28). Uma vez reconhecida a importância de cada um na multiplicidade dos fatores existentes em um agroecossistema, a agroecologia se propõe fortalecê-los para chegar a um sistema de cultivo verdadeiramente sustentável, em um clima de harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente. Fundamental para alcançar este objetivo é a preservação dos recursos naturais, assim como também a garantia de níveis de vida e de interação dos trabalhadores rurais. Com as palavras de Altieri (2002, *op. cit.* p. 15), a agroecologia é “uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e conservadores dos recursos naturais e que também sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis”.

A agroecologia é intrinsecamente complexa e transdisciplinar³⁵. Ela incorpora concepções e métodos de várias outras áreas de conhecimento. É funcional, a fim de um maior entendimento desta abordagem, mostrar brevemente a sua evolução e suas principais influências.

2.3.1 Influências da agroecologia

Diferentes são as influências que contribuem para a agroecologia. Evidentemente, ela não prescinde dos conhecimentos das ciências agrícolas. Explica Hecht (2002, *op. cit.*, p. 32)

³⁵ No entendimento de Edgar Morin (Boeira, s/d), é preciso distinguir entre multidisciplinariedade, interdisciplinariedade e transdisciplinariedade. A multidisciplinariedade é caracterizada por diferentes disciplinas que simplesmente convivem no mesmo espaço, cada uma com o seu próprio objetivo de saber específico, e sem interação significativa, tal como acontece na maioria das Universidades. Na interdisciplinariedade, existe um diálogo e um elo de conexões entre as disciplinas, mas cada uma mantém sua especificidade. Já na transdisciplinariedade, a compreensão do funcionamento de uma disciplina redefine o contexto de outros saberes. Exemplo disto são as consequências das descobertas da física quântica. Este é também o caso da agroecologia, aqui tratada.

como, a partir dessa disciplina, estudos sobre a agricultura ecológica começaram a aparecer desde os anos 1960, aumentando consideravelmente durante a década de 1970 e interagindo cada vez mais com outras áreas de conhecimento, como as ciências sociais. É principalmente durante os anos 1980 que a literatura agrônômica aborda questões do desenvolvimento rural a partir das críticas feitas ao modelo norte-americano. O que mais liga a agroecologia às ciências agrícolas até hoje são as metodologias usadas em comum. O movimento ambientalista deu outra forte influência para estes estudos, que alertaram com grande incisão sobre os problemas ambientais provocados pelo cultivo intensivo em monoculturas. Uma certa organização destas diferentes abordagens foi possível a partir dos avanços na teoria ecológica, cujos fundamentos estão incorporados hoje na agroecologia em termos conceituais e de linguagem. Foram também as descobertas no seio da ciência ecológica que permitiram estudar mais a fundo os sistemas de cultivo nos trópicos, negligenciados pela abordagem dominante, por serem considerados “anormais” (Shiva, 1995, *op. cit.*, p. 26). Imensurável importância é atribuída, neste contexto, para os sistemas de produção desenvolvidos durante séculos pelas populações nativas, estudados por equipes transdisciplinares, com uma perspectiva holística. A agroecologia se beneficia, ainda, dos estudos de desenvolvimento realizados principalmente sobre a Revolução Verde, que mostraram, pela primeira vez, a importância das relações entre fatores sócio-econômicos e a estrutura e a organização social da agricultura, tal como ela forma parte de complexos processos históricos e políticos. Estes estudos constituíram a primeira abordagem verdadeiramente transdisciplinar.

2.3.2 Agroecologia e desenvolvimento

É objeto deste trabalho estudar a agroecologia como uma alternativa para o desenvolvimento no campo. Como exposto até aqui, as estratégias de desenvolvimento pensadas e implementadas tanto internacionalmente como nacionalmente ao longo das

últimas décadas tiveram conseqüências desastrosas do ponto de vista ambiental e social, proporcionando um “crescimento com miséria” (Altieri; Masera, 1998, *op. cit.*, p. 72). Dar-se-á espaço agora para considerar a natureza e os propósitos da agroecologia à luz da sua potencial eficácia para o desenvolvimento rural sustentável. Frente à dificuldade com o termo “desenvolvimento sustentável” indicado no primeiro capítulo, opta-se pela definição desse conceito dada por Miguel Altieri e Osmar Masera (*idem*, p. 73, nota) segundo a qual

o desenvolvimento sustentável [é] um processo que leva à satisfação das necessidades humanas atuais (e futuras), começando com a satisfação das necessidades dos mais carentes, harmoniza com o meio ambiente e promove a autoconfiança dos países.

2.3.2.1 O social e o ambiental

Quanto ao compromisso de, antes de tudo, suprir as necessidades dos mais carentes, uma importante e interessante contribuição da agroecologia é o valor que ela atribui ao conhecimento tradicional dos agricultores. Isso é duplamente importante, por um lado, para conferir dignidade e emancipação aos pequenos produtores rurais, e por outro, para o fortalecimento e a proteção dos ecossistemas locais.

Em muitos países do Terceiro Mundo, as camadas mais pobres são formadas pela população rural tradicional nativa, que sofreu as conseqüências sociais da modernização descritas no parágrafo 2.1. As duas principais conseqüências da modernização para estas populações são, por um lado, o abandono das tradicionais práticas de cultivo, e por outro, a impossibilidade de participar do sistema centralizado e de alto *input* tecnológico difundido com o desenvolvimento. A saída para muitas dessas pessoas continua sendo, então, o êxodo rural acrescentando problemas para as megalópoles no Terceiro Mundo, ou a migração para terras marginais e frágeis, como encostas e terrenos íngremes (de Janrvy; Garcia, 1988; FAO, 1988 *apud* Norgaard; Sikor, 2002, *op. cit.*, p. 67). Shiva (2006, *op. cit.*, p. 43) ainda alerta para a onda de suicídios entre pequenos agricultores, que aumentou de forma trágica nas últimas décadas. As terras marginais que geralmente sobram para a pobre população rural,

apresentam altos limites ambientais e baixa produtividade, ainda mais se cultivadas com as técnicas convencionais (Norgaard; Sikor, 2002, *op. cit.*, p. 67). A pressão sobre o meio ambiente, por conseguinte, aumenta, uma vez que os pequenos agricultores são forçados a super-explorar esses recursos, limitados à sua disposição (Shiva, 1995, *op. cit.*; Martinez Alier, 1998, *op. cit.*).

Diferentes estudos de caso (Altieri; Hecht, 1989; Browder, 1989; Gliessman, 1990, *apud* Norgaard; Sikor *op. cit.* p. 68) revelaram, porém, a extraordinária capacidade de muitas comunidades nativas “em planejar suas estratégias sustentáveis de sobrevivência em ambientes inóspitos através de processos seculares de tentativa e erro”. Este fato é ainda mais importante no momento em que os ecossistemas diferentes das zonas temperadas apresentam características muito variadas, onde as estratégias pensadas em distantes centros experimentais têm efeitos nefastos. Além disso, existem “eco-regiões” completamente heterogêneas e é impossível estabelecer regras gerais que funcionem para cada uma uniformemente, como tenta fazer o desenvolvimento ocidental.

Um exemplo de grande força demonstrativa e bem conhecido é dado por Shiva (1995, *op. cit.*, p. 30-42) : o do eucalipto, considerado pelos teorizadores do desenvolvimento rural convencional como “árvore milagre”. No primeiro capítulo já foi descrito como a ideologia predominante considera as florestas tropicais “anormais” e “caóticas” por não se encaixarem na concepção ocidental de floresta. Em nome da modernização e industrialização, portanto, virou imperativo substituir tais florestas, cheias de “ervas daninhas” com grandes, limpas e ordenadas extensões de uma espécie de rápido crescimento e de “elevado rendimento” em vista da sua capacidade de fornecer a matéria prima necessária para a indústria do papel: o eucalipto. As plantas nativas, tradicionais fontes de subsistência para as populações locais, são então destruídas em nome do progresso, sem considerar a sua importância vital para as pessoas:

o reflorestamento é imposto em nível internacional por *experts* cuja filosofia pertence ao paradigma reducionista de produzir madeira para o mercado, não biomassa para a estabilidade dos ciclos ecológicos ou a satisfação das necessidades locais de alimento, forragem e fertilizante³⁶ (*idem*, p. 32, tradução nossa).

Uma vez que os tecnocratas do desenvolvimento se apóiam na infalibilidade da ciência, as sementes e os saberes tradicionais locais são considerados inferiores, “não-científicos” e, portanto, descartáveis. As conseqüências problemáticas desta atitude são diferentes, segundo a autora. Por um lado, “o modelo agro-florestal invisível e descentrado tinha um sentido porque a mais modesta das espécies e o mais ínfimo entre os homens podia participar³⁷” (*ibidem*). O paradigma dominante, pelo contrário, prevê uma estrutura de poder e de tomada de decisões centralizada, onde quem decide não conhece o valor e as especificidades das espécies locais. De fato, a autora demonstra como não somente algumas espécies nativas da Índia têm crescimento mais rápido do que o eucalipto e fornecem matéria prima até mais adequada para a produção de papel do que esta árvore, mas que também são aptas a garantir a estabilidade dos ecossistemas onde se integra (*idem*, p. 37-38) e a suprir as exigências de sustentação das populações.

O eucalipto, pelo contrário, é, por um lado, ecologicamente problemático já que tem um consumo de água e de elementos nutritivos do solo tão elevado que contribuiu de forma significativa para a desertificação e erosão do solo em diferentes zonas áridas do planeta. Por outro lado, o seu suporte para a vida rural é muito limitado, uma vez que não fornece matéria prima para a agricultura, nem comida ou outras utilidades para as comunidades locais (*idem*, p. 40-41).

Este exemplo ilustra de forma clara como o conhecimento das populações locais pode contribuir para a preservação do meio ambiente, no mesmo momento em que garante a

³⁶ “la riforestazione è impostata a livello internazionale da esperti la cui filosofia appartiene al paradigma riduzionista di produrre legname per il mercato, non biomassa per la stabilità dei cicli ecologici o la soddisfazione dei bisogni locali di cibo, foraggio e fertilizzante” (Shiva, 1995, p. 32).

³⁷ “Il modello agroforestale invisibile e decentrato aveva un senso perché la più modesta delle specie e il più infimo tra gli uomini poteva parteciparvi” (*ibidem*).

continuação das suas identidades culturais e mesmo a sua sobrevivência física. De fato, como explica Hecht, (2002, *op. cit.*, p. 21) muitas populações rurais tradicionais

incorporam em suas práticas rotinas e mecanismos para a adaptação das culturas às variações ambientais e proteção das mesmas contra predadores e competidores. Estes mecanismos lançam mão de recursos renováveis disponíveis na região e de características ecológicas e estruturais do meio agrícola, como as terras em pousio e a vegetação circundante.

São, portanto, sistemas de cultivo intrinsecamente sustentáveis e que dizem respeito, não necessariamente às exigências de produtividade em termos de mercado, mas sim, às exigências do meio ambiente e das pessoas que dele dependem.

Shiva (1995, *op. cit.*, p. 43, tradução nossa) ainda acusa a ideologia dominante de vender as suas variedades criadas em laboratório como “de alto rendimento” e “sementes milagrosas”, discriminando as sementes tradicionalmente desenvolvidas pelo conhecimento tradicional dos agricultores locais. Para a autora não existe nenhuma prova objetiva que aquelas sementes realmente têm um melhor rendimento. De fato, uma vez que a estratégia do modelo predominante

visa a aumentar a produção de uma só componente agrícola, ao custo de reduzir todas as outras, fazendo ao mesmo tempo aumentar os *inputs* externos, a comparação entre rendimentos é por definição falsificada e faz parecer ‘de alto rendimento’ as novas variedades, embora elas não necessariamente o sejam, se consideradas no âmbito do inteiro sistema de produção³⁸.

Ou seja, contrariamente ao sugerido, o “alto rendimento” não é uma característica intrínseca das sementes, mas depende dos insumos externos aplicados às sementes, como fertilizantes químicos, pesticidas e irrigação intensiva, por sua vez problemáticos em termos ambientais. O modelo, contudo, exclui fatores que não dizem explicitamente respeito à produtividade em termos de valor de mercado, e externaliza da avaliação de rendimento o impacto que ela tem sobre outros aspectos do ecossistema, e sobre a mesma possibilidade da

³⁸ “...punta ad aumentare la produzione di una sola componente agricola, a costo di ridurre tutte le altre, facendo nel contempo aumentare gli *inputs* esterni, il confronto tra rese è per definizione falsato e fa apparire ‘ad alta resa’ le nuove varietà, nonostante che esse non necessariamente lo siano se considerate a livello dell’intero sistema di produzione” (Shiva, 1995, p. 43).

produção futura. Para Shiva (*idem*, p. 47, tradução nossa), “o aumento do rendimento em grãos para o mercado é obtido ao custo de reduzir a biomassa para os animais e o solo, além da produtividade do ecossistema, para o uso excessivo dos recursos”.³⁹

A agroecologia, pelo contrário, dá grande valor a sistemas de produção comumente negligenciados e esquecidos pelas ciências agrícolas convencionais. Este esquecimento, segundo Hecht (2002, *op. cit.*, p.22), é devido a um preconceito ligado a diferentes processos históricos cujas origens remontam à época colonial. Por um lado, os cultos e símbolos intimamente ligados às atividades agrícolas em muitas culturas indígenas eram considerados pagãos e feiticeiros pelos colonizadores espanhóis e portugueses, influenciados pela Inquisição Católica, e que se consideravam em missão evangelizadora. A destruição destas tradições místicas ligadas ao cultivo comprometeu a transmissão do conhecimento agrícola. Da mesma forma, a dizimação dos povos indígenas, devida à escravidão e a doenças importadas do Velho Mundo, terminaram com inteiros sistemas de conhecimento nos novos continentes. Por outro lado, o advento e o triunfo da ciência positivista não deixou lugar para visões mais holísticas do mundo, espalhando o modelo mecanicista pelo planeta todo. A razão teve que dominar sobre a superstição, ao mesmo tempo em que os povos colonizados eram vistos como selvagens e inferiores, que deviam ser ajudados para alcançar a luz da razão. A satisfação das necessidades e desejos das metrópoles, por fim, deu mais uma contribuição para a destruição dos tradicionais sistemas de cultivos.

A discriminação dos saberes tradicionais continua até hoje, como descrito no primeiro capítulo. A agroecologia, no entanto, incorporando as importantes contribuições de outras áreas de conhecimento como a antropologia, a economia ou a ecologia, tenta resgatar os ensinamentos destas abordagens marginais. Como afirma Kuhn, (*apud idem*, p. 26) em muitos casos o mérito dos cientistas é de “meramente validar e explicar, não em melhorar as técnicas desenvolvidas anteriormente”. Os pesquisadores da agroecologia, então, estudam as

³⁹ “L’aumento della resa in grani per il mercato è ottenuto al costo di ridurre la biomassa per gli animali e il suolo, oltretché la produttività dell’ecosistema, per l’uso eccessivo di risorse”.

contribuições das populações nativas e dão, por sua vez, apoio em novas tecnologias. Para Altieri (2002, *op. cit.*, p. 236), é este o desafio dessa abordagem: desenvolver “modelos de agricultura sustentável que combinem elementos tanto do conhecimento tradicional como do conhecimento científico moderno”. De fato, é importante ressaltar que a agroecologia não prega nenhuma volta para trás, mas sim, uma síntese entre o tradicional e consolidado e os avanços da ciência.

Premissa filosófica para esta síntese é a perspectiva co-evolucionista do desenvolvimento (Norgaard; Sikor, 2002, *op. cit.*, p. 59). Esta perspectiva, que é parte da visão sistêmica da realidade, defende que num agroecossistema o sistema ambiental e o sistema social se influenciam reciprocamente, desenvolvendo-se juntos em uma dinâmica de co-evolução. Exemplos disso são diferentes tradições de cultivo que se desenvolveram ao longo de séculos, onde “a manutenção e a continuidade da transformação ambiental foram sustentadas por complexas organizações sociais para o controle da água, posse da terra e trocas de trabalho; os sistemas sociais e ambientais evoluíram em conjunto, cada um refletindo o outro” (*idem*, p. 60). Mas também os modernos sistemas de cultivo intensivo podem ser entendidos a partir da perspectiva co-evolucionista. Segundo os autores, é esta perspectiva que permite superar os rígidos ditames da ciência dominante e conferir uma verdadeira legitimidade ao saber tradicional dos agricultores que geralmente não se enquadra nos esquemas científicos convencionais. Da mesma forma, uma vez que a perspectiva co-evolucionista leva em consideração as complexas inter-relações da realidade, ela dá a base para elaborar tecnologias agrícolas mais eficientes, porque respeita as múltiplas interdependências dos diferentes fatores. Os cientistas, neste contexto, de controladores na agricultura convencional, tornam-se “agentes que podem influenciar e acelerar o processo co-evolucionário, introduzindo múltiplas mutações das quais somente algumas serão aprovadas” (*idem*, p. 61). Eles devem ter consciência que são parte do processo, mas que não têm o poder de determiná-lo. Tanto é que, o mesmo sistema social é, por sua vez, um sistema complexo

que incorpora diferentes sistemas de conhecimento, valores, tecnologias e organizações. A incorporação de novos conhecimentos dentro de um sistema social depende, portanto, “de influências seletivas, valores, organizações, tecnologias e do ambiente” (*idem*, p. 59).

As tecnologias elaboradas dessa forma são relativamente simples e funcionais aos objetivos da agroecologia, no que diz respeito à melhoria das condições de vida dos agricultores e na preservação dos ecossistemas. Elas podem ser aplicadas a todos os tipos de cultivos e a todas as áreas que na abordagem predominante muitas vezes são negligenciadas, porque não servem para o cultivo das espécies consideradas de lucro. Os pesquisadores se empenham em considerar as especificidades locais para traduzir de forma eficaz as diretrizes gerais da agroecologia para cada circunstância particular. É importante ressaltar que a suposição de base da agroecologia é que a presença de doenças, pragas, degradação de solo etc. é atribuível a um desequilíbrio do ecossistema. Explica Altieri (2002, *op. cit.*, p. 16) que

o rendimento sustentável dos agroecossistemas provém do equilíbrio ótimo de cultivos, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é são e produtivo quando prevalece esta condição de equilíbrio e bom crescimento e quando as plantas cultivadas são capazes de tolerar situações extremas e adversidades. As perturbações ocasionais podem ser superadas por um agroecossistema vigoroso, que é suficiente diverso e adaptável para recuperar-se uma vez que o agente desestabilizador tenha passado.

A agroecologia procura, portanto, fortalecer ao máximo o equilíbrio de um agroecossistema, através do incremento e a manutenção da biodiversidade, considerado “a técnica principal para restaurar a auto-regulação e a sustentabilidade” (*ibidem*). A agroecologia trabalha, por isso, com policulturas geneticamente heterogêneas e com alta confiança nos recursos locais. Os *inputs* dominantes são a fixação de nitrogênio, o controle biológico das pragas e os reparos orgânicos. Isso comporta que os custos sejam relativamente baixos, uma vez que a maioria dos *inputs* necessários se encontra no local. Além disso, as variedades e as tecnologias estão sob o controle do agricultor, que fica, deste modo, independente de ditames externos e pode manejar o agroecossistema segundo o que ele

considera ser mais adequado. O fator de participação e integração cultural é alto, como exposto acima, uma vez que não somente os conhecimentos locais são fundamentais, mas também são fomentadas formas locais de organização. Ademais, os impactos ambientais e os riscos para a saúde dos trabalhadores são baixos. Quanto ao retorno financeiro, é importante especificar que ele é menos imediato que no cultivo intensivo, já que o alcance do maior rendimento demora no tempo. Também a produtividade é geralmente mais baixa, mas Hecht (2002, *op. cit.* p. 22) explica que as comunidades podem preferir não correr riscos ambientais e econômicos e manter a base produtiva da agricultura através do tempo. Isto é ainda mais importante numa realidade onde os pequenos e pobres agricultores não têm acesso ao sistema de seguro desenvolvido para os grandes do agrobusiness (Noorgard; Sikor, 2002, *op. cit.*, p. 79).

As características descritas há pouco contribuem para realizar mais um objetivo da agroecologia: o “empoderamento” do agricultor (*idem*, p. 81):

De modo geral, tecnologias agroecológicas ‘empoderam’ os agricultores, organizando seus conhecimentos agrícolas, melhorando suas habilidades técnicas e fortalecendo suas capacidades de adaptarem-se às novas tecnologias.

A partir de diferentes estudos de caso é possível constatar que o simples fato de valorizar os seus conhecimentos confere à população rural um status diferente. De meros receptores passivos de técnicas e pacotes tecnológicos eles se transformam, dessa forma, em sujeitos ativos e imprescindíveis no processo de desenvolvimento rural (Santin, 2005, *op. cit.*). Isto rompe com décadas de preconceitos para com a população rural, que sofre, na abordagem dominante, uma discriminação econômica, política e cultural além de ecológica como descrito acima. Norgaard e Sikor (2002, *op. cit.*, p. 72) mostram como desde a difusão do modelo desenvolvimentista baseado na modernização urbana, houve uma tendência de marginalização da população rural. A política de produzir alimentos a baixo custo para população urbana para que esta pudesse aumentar o seu consumo de outros bens, enquanto favorecia o desenvolvimento urbano, colocava os trabalhadores no campo em uma posição de

reserva de mão-de-obra barata e desvalorizada. Como ressalta a FAO (*apud idem*, p. 71), “as instituições legais nacionais têm sido um mecanismo de marginalização extremamente eficaz ao reforçar o predomínio das normas e interesses urbanos”. A isto se soma a discriminação cultural imposta à população rural, diferente da predominante, cujo símbolo mais visível é a língua.

De fato, muitos teorizadores do desenvolvimento rural suspeitam que as falhas dos modelos dominantes em atingir a população mais pobre, deve-se principalmente a esta discriminação. O saber dominante e centralizado é de difícil acesso e entendimento para eles e, por outro lado, nenhum valor é dado às suas contribuições. Do ponto de vista co-evolutivo, ademais, Norgaard e Sikor (*idem*, p. 72) frisam que no sistema de cultivo convencional

as forças distantes e externas têm um forte impacto e deformam a co-evolução entre o ecossistema e o sistema social, já que os agricultores estão excluídos de uma verdadeira participação nos processos econômicos, sociais e culturais que os afetam.

2.3.3 O papel das ONGs na difusão da agroecologia

Frente às dificuldades das abordagens oficiais de desenvolvimento rural sustentável de realmente atingir os mais pobres da população rural, um crescente número de Organizações Não Governamentais (ONGs) que apóiam a agroecologia surgiu na América Latina, para tentar uma estratégia diferente (Altieri; Masera, 1998, *op cit.*, p. 74; Norgaard; Sikor, 2002, *op. cit.*, p. 73). De importância fundamental é, nesta perspectiva, a inversão da lógica das políticas desenvolvimentistas de “cima para baixo” para um movimento “de baixo para cima”. As ONGs, neste contexto, atuam diretamente no local, junto com os agricultores, tendo assim uma noção concreta da realidade do campo e das exigências da população rural. Graças às metodologias desenvolvidas baseadas nas premissas filosóficas da agroecologia, expostas anteriormente, eles conseguem estabelecer um diálogo real com os trabalhadores rurais e incorporar, assim, nas suas estratégias, o seu conhecimento. As vantagens desta

abordagem já foram mostradas, em termos de emancipação e valorização das diferentes culturas dos pequenos produtores rurais, como em termos de preservação do meio ambiente. O que é importante ressaltar aqui, contudo, é a sua contribuição para a eficácia dessas medidas de desenvolvimento, uma vez que foram elaboradas em conjunto com a população diretamente envolvida. Mostramos no primeiro capítulo, como este envolvimento dos chamados *stakeholders* ganhou importância também para os mecanismos de financiamento do desenvolvimento internacionais, mas indicamos também as limitações que a mesma ideologia científica predominante coloca ao seu efetivo funcionamento. De toda forma, em diferentes casos, as ONGs obtiveram um notável sucesso em formar um elo entre os agricultores com quem trabalham e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento. Algumas se tornaram influentes para intervir no processo de elaboração de políticas públicas governamentais, ou na captação de recursos de entidades financeiras internacionais para a agroecologia. Uma ferramenta de grande peso, neste contexto, é a formação de redes nacionais, regionais e internacionais.

Outra importante contribuição das ONGs para o desenvolvimento rural sustentável é que em muitos casos elas conseguem dar as condições para a síntese entre o conhecimento local e o avanço da ciência moderna, considerada fundamental para agroecologia. As Organizações, muitas vezes, fomentam essa interação contratando profissionais universitários que contribuem com suas pesquisas para elaborar as tecnologias mais adequadas ao ambiente. Os objetivos das ONGs que promovem a agroecologia são assim listados por Norgaard e Sikor (2002, *op. cit.*, p. 74): melhoria da produção de alimentos básicos; o uso eficiente de recursos locais e redução dos insumos externos; o resgate e a reavaliação de sistemas agrícolas autóctones; o aumento da diversidade de plantas e animais; a melhoria das condições dos recursos naturais.

Para a realização desses objetivos elas trabalham com diferentes instrumentos, tal como o fornecimento de créditos, a exploração das oportunidades de mercado, os serviços de

saúde preventiva, ou o fortalecimento da capacidade organizacional dos agricultores, para enunciar somente alguns (*ibidem*). Este último ponto, em especial, ganha particular importância na abordagem agroecológica, e na sua perspectiva de “empoderamento” do agricultor. A intuição de fundo disso é, entre outras coisas, que a comunidade deve ser envolvida no processo de decisão. Por outro lado, principalmente no que diz respeito à elaboração e difusão de novas tecnologias, os modelos de extensão de agricultor a agricultor mostraram-se de grande eficácia. O poder assim adquirido pela população rural fortalece, nessa visão, a sua capacidade de influir positivamente sobre a co-evolução local no tempo, como sujeitos conscientes e auto-confiantes. Desta forma, as ONGs têm conseguido conectar novamente o sistema ambiental e social, permitindo esta co-evolução local.

2.3.4 Dificuldades na implementação da agroecologia

Diferentes estudos de caso mostram a contribuição das ONGs na melhoria de qualidade de vida dos pequenos agricultores. Ressaltam Norgaard e Sikor (*idem*, p. 73) que “projetos agroecológicos têm aumentado a segurança alimentar dos agricultores, fortalecido a produção de subsistência, gerado fontes de recursos e melhorado as condições dos recursos naturais”. Contudo, um problema para esta abordagem é a falta de indicadores adequados para avaliar o impacto concreto das atuações das ONGs no desenvolvimento rural sustentável. De fato, Norgaard e Sikor lembram que as respostas da ciência dependem das suas perguntas, e as perguntas da ciência convencional são demasiadamente reducionistas para conseguir respostas adequadas em relação ao impacto da agroecologia, sendo esta uma abordagem altamente complexa. Shiva (1995, 2006, *passim*) e Altieri e Masera (1998, *op. cit.*, p. 92) advertem que os indicadores atuais dão total ênfase aos aspectos econômicos: “o que não pode ser atribuído a um equivalente monetário é simplesmente abandonado na análise, e os benefícios e custos futuros são ‘descontados’, tornando menos ‘valiosas’ as abordagens de longo prazo”. Altieri

propõe, portanto, a elaboração de indicadores socioeconômicos, ecológicos e culturais diferentes que permitam avaliar de forma abrangente o sucesso de um determinado projeto.

Ademais, estes indicadores

devem também permitir que os projetos em desenvolvimento sejam comparados em termos de capacidade produtiva adquirida, melhoramento na qualidade dos recursos locais, preservação ambiental, satisfação das necessidades humanas, distribuição dos benefícios e aumento da autoconfiança regional ou local (*ibidem*).

Altieri e Masera expõem dois métodos de avaliação alternativos, a avaliação rural participativa (ARP) e a contabilização de recursos naturais (CNR)⁴⁰ e ilustram também os seus limites. Alertam que “na prática, somente uma integração holística das diferentes áreas permitirá um processo de avaliação eficaz”.

A falta de indicadores adequados para avaliar concretamente os impactos do desenvolvimento rural sustentável é, na realidade, sintoma da persistência de um clima de falta de confiança ou até hostilidade no que diz respeito às abordagens alternativas. Isto se insere dentro de um contexto internacional e nacional dominado por tecnologias, estratégias econômicas e sócio-políticas, baseadas no modelo hegemônico criticado no primeiro capítulo. Altieri e Masera (*idem*, p. 99) alertam que sem mudanças nessas estruturas, os projetos de desenvolvimento rural sustentável terão vida muito difícil. Ainda, eles frisam, que

o processo em direção ao desenvolvimento rural sustentável será viável somente na medida em que aconteçam mudanças similares nos países industrializados e em suas relações com a América Latina. Nenhum objetivo permanente de desenvolvimento ambiental será atingido se não houver um relacionamento mais justo entre América Latina e os países industrializados.

É importante ressaltar que a agroecologia ainda se encontra em um estágio embrionário que tem “levantado mais problemas que soluções” (Hecht, 2002, *op. cit.*, p. 51). Ela tem contribuído, porém, para ampliar o discurso da agricultura, o que num clima de “monocultura da mente” é de fundamental importância. Da mesma forma, como se viu, ela

⁴⁰ Mais informações sobre estes métodos em Hufschmidt, 1983; Dixon, 1990; Faeth, 1991; Conway e McCracken, 1990 (*apud* Altieri; Masera, 1998, p. 92-97).

alcançou importantes sucessos, por enquanto em pequenos projetos bastante isolados, mas que não deixam dúvidas quanto ao seu potencial para contribuir para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Lembramos mais uma vez que sustentável, neste trabalho, é considerado aquele desenvolvimento que visa “a satisfação das necessidades humanas atuais (e futuras), começando com a satisfação das necessidades dos mais carentes, harmoniza com o meio ambiente e promove a autoconfiança dos países” (Altieri; Masera, 1998, *op. cit.*, p. 73, nota).

2.3.5 A agroecologia no mundo globalizado

É principalmente em relação a este último ponto, que cabe uma reflexão sobre a questão do potencial da agroecologia em ter alguma influência nas relações internacionais, atualmente fortemente assimétricas entre Norte e Sul.

Wolkmer (1995, *op. cit.*, p. 34) defende que o Terceiro Mundo deve deixar para trás o seu complexo de inferioridade para com o Norte e dialogar com ele numa posição de mais igualdade, no respeito das suas próprias identidades e na consciência da sua grande riqueza em termos de recursos naturais. Isso é compatível com a proposta pós-desenvolvimentista descrita no primeiro capítulo que quer, de fato, uma ruptura com a visão atualmente difundida pelo desenvolvimento hegemônico. Essa visão desvaloriza tudo o que foge dos padrões industriais ocidentais e o que não é mensurável em termos econômicos. É também compatível com a agroecologia, que não somente se insere nesta visão, como trabalha concretamente para a sua realização. Descreveu-se há pouco o seu potencial de promover um desenvolvimento alternativo ao hegemônico, também, e principalmente, no que diz respeito à autoconfiança dos pequenos agricultores. O objetivo é que eles sejam valorizados e aprendam, assim, a se valorizar. Além disso, os agricultores como sujeitos conscientes e participativos dos processos agroecológicos, têm a oportunidade de se tornarem mais conscientes dos ciclos naturais que

influenciam e pelos quais eles, por sua vez, são influenciados. O conhecimento desta interligação e interdependência dificilmente admite a destruição do seu meio natural, e, pelo contrário, promove a preservação e o aumento da sua riqueza biológica.

Da mesma forma, os agricultores são estimulados a resgatar as suas culturas, por muito tempo menosprezadas, para colocá-las em pé de igualdade com o pensamento ocidental, e a partir daí, pensar soluções diferentes. Morin (1995, *op. cit.*, p. 105) enfatiza, a este respeito, que as culturas não devem ser idealizadas, pois “elas são imperfeitas nelas mesmas, como nós também somos imperfeitos”. Da mesma forma,

é preciso saber que toda evolução comporta abandono, toda criação comporta destruição, que todo ganho histórico é pago por uma perda. É preciso compreender que, mortal como tudo o que vive, cada cultura é digna de viver e deve saber morrer.

Mas o autor (*idem*, p. 82) se pergunta: “será que não se pode extrair de cada uma e generalizar o que ela produziu de mais rico?”. Esta questão ganha especial importância no atual clima de monocultura da mente descrito anteriormente.

Outro aspecto significativo é que, uma vez que as comunidades locais são envolvidas concretamente nos projetos agroecológicos, pode existir uma difusão “de baixo para cima” da nova consciência e autoconfiança criadas através desta abordagem. Isto faz parte dos objetivos da agroecologia. Como explica Laci Santin (2005, *op. cit.*, p.61):

a agroecologia como ação de mudança social, busca não somente gerar mudanças nos padrões tecnológicos da agricultura convencional, o que seria algo apenas marginal, mas, sobretudo transformar a sociedade como um todo, a partir da agricultura, como fonte produtora de alimentos e base de sustentação da vida humana.

De fato, a abordagem agroecológica não somente se preocupa com os métodos de produção agrícola no campo, mas também com o processamento dos produtos e a sua distribuição. Os princípios da economia solidária estão intimamente ligados a esta concepção e devem levar a um sistema a medida do homem e da natureza, buscando a harmonia entre os produtores, consumidores e o meio ambiente.

Ao mesmo tempo, dentro da visão agroecológica, as comunidades locais se transformam em verdadeiros guardiões da biodiversidade. Como mostrado nesta abordagem, a biodiversidade é fundamental para o fortalecimento dos ecossistemas e para garantir a produtividade do mesmo ao longo do tempo. Em muitos casos, ela está intimamente ligada às culturas tradicionais das comunidades locais. É inegável a importância da biodiversidade para a continuação da vida no nosso planeta. Quem entendeu isso muito bem, e logo descobriu como transformar este fato em lucro, foram as grandes empresas multinacionais do Norte. A maior biodiversidade encontra-se no Sul do mundo, o que induz estas empresas a realizar biopirataria para ter acesso ao importante germoplasma (Shiva, 1995, *op. cit.*, 2006, *op. cit.*, *passim*). Em um momento sucessivo, elas inventam patentes para estas espécies ou os seus princípios ativos, para cobrar caro o seu uso. Quem tem que pagar são inclusive os povos nativos dos quais as plantas foram subtraídas e que, em muitos casos, compartilharam as informações relativas às suas propriedades, utilizadas por gerações para a cura ou outras funções. Que esta drenagem de recursos naturais do Terceiro Mundo para os países desenvolvidos continua como antes, é mais um sinal da assimetria das relações internacionais.

A tomada de consciência da riqueza dos seus recursos naturais, onde a biodiversidade é tão somente uma, ao lado da água, cada vez mais importante no estado atual, e outros, pode contribuir para colocar os países economicamente menos avançados em um *status* diferente no quadro mundial. O grande desafio é, porém, que isso aconteça não na lógica da monocultura da mente, que prioriza aspectos de lucro antes de qualquer coisa, mas em uma perspectiva mais holística. Isso significa, no reconhecimento da importância das diferentes interligações, que tradicionalmente é um fator importantíssimo nas culturas nativas do mundo. Isso, de certa forma, coincide com a exigência colocada por Wolkmer, para quem (1994, *op. cit.*, p. 31) “impõe-se uma revolução cultural sedimentada na reformulação de princípios e de valores, materializando um novo sujeito histórico e uma nova postura ética na ação dos atores integrantes do sistema global”.

Cabe uma reflexão sobre que tipo de “nova ética” seria essa, e em que base outros valores, mais amplos do que o estritamente econômico, poderiam ser estabelecidos. Capra (2002, *op. cit.*, p. 223) lembra que “a ética diz respeito a um padrão de conduta humana que deriva de uma inserção num grupo. Quando pertencemos a uma comunidade, comportamo-nos de acordo com ela”. No contexto do mundo globalizado, segundo este autor, existem duas grandes comunidades, das quais todos fazemos parte: “todos nós somos membros da raça humana e todos fazemos parte da biosfera global”. Com respeito a esta última, Capra, em uma clara tentativa de superação do modelo epistemológico atual e de transcendência da visão antropocêntrica do mundo, argumenta que a nossa moradia é o planeta terra que dividimos com outros moradores: as plantas, os animais e os microorganismos. Todos eles formam um conjunto mais ou menos harmonioso que continua no tempo, em uma dinâmica intrínseca de sustentação da vida. Por conseguinte, os seres humanos, parte dessa comunidade global, devem adotar um padrão de conduta - uma ética - que diz respeito a este grupo, ou seja, que contribua com a sustentação da vida. A atual conduta humana, como se viu, não é muito compatível com esse fim. Dentro da nova ética, portanto, os seres humanos devem comportar-se “de tal forma que seus modos de vida, seus negócios, sua economia, suas estruturas físicas e suas tecnologias não se oponham à capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida” (*idem*, p. 224)⁴¹. Quanto diz respeito à outra comunidade, a da raça humana, para o autor, “a sustentabilidade é perfeitamente compatível com o respeito à integridade cultural, à diversidade cultural e ao direito básico das comunidades à autodeterminação e à auto-organização”.

⁴¹ De uma maneira mais específica, na atual sociedade, para Portanova (Palestra de abertura do XII encontro do Instituto Por um Planeta Verde. São Paulo, 31/05/2007) “a corrupção é a poluição da política, e a poluição é a corrupção da natureza. Seus agentes muitas vezes estão ligados sistemicamente, comprometendo tanto a democracia, quanto o equilíbrio da biodiversidade e o patrimônio das futuras gerações. Eles são os verdadeiros ladrões do sonho e da esperança de um mundo mais justo e mais equilibrado”.

Para que isto se torne realidade, Capra propõe a chamada alfabetização ecológica⁴² para os seres humanos, principalmente para políticos, líderes e profissionais. Para o autor, uma vez que somos parte da comunidade dos moradores da Terra, para construir nossas comunidades sustentáveis é preciso observar e seguir os princípios da Ecologia. Estes princípios regem todas as redes vivas do planeta e deveriam reger também os seres humanos. Eles são: a organização em redes, o respeito dos ciclos, a utilização da energia solar, a formação de alianças (parcerias), a manutenção da diversidade e o equilíbrio dinâmico. O passo seguinte é o projeto ecológico, constituído por “um processo no qual nossos objetivos humanos são cuidadosamente inseridos na grande rede de padrões e fluxos do mundo natural” (*idem*, p. 241). Segundo Janine Benyuys (*apud ibidem*), este projeto “dá início a uma era baseada não no que podemos *extrair* da natureza, mas no que podemos *aprender* com ela”.

Importantes iniciativas neste sentido já estão sendo realizadas como bastante sucesso. Capra (*idem*, p. 242) ilustra o exemplo da “Zero Emissions Research and Initiatives (ZERI)⁴³”, uma organização que implementa o agrupamento ecológico de indústrias. Contestando a economia do desperdício atualmente hegemônica, a ZERI procura aproveitar ao máximo os recursos disponíveis, criando redes de indústria, onde os resíduos de uma são as matérias primas da outra. Este é um princípio básico não somente dos ecossistemas, mas também das tradicionais sociedades de subsistência, que, em harmonia com o meio ambiente, procuram aproveitar ao máximo a biomassa disponível. Capra explica que “segundo a teoria econômica clássica, a produtividade resulta da combinação eficaz de três fontes de riqueza: recursos naturais, capital e trabalho”. Para aumentar a produtividade, neste contexto, a concentração é voltada para o capital e o trabalho, “criando economias de escala com

⁴² Para o autor, a alfabetização ecológica é o aprofundamento da educação ambiental que supera os aspectos meramente formais do aprendizado sobre o meio ambiente. Ela introduz dinâmicas que resultam do aprendizado concreto a partir da observação da natureza, e constitui o exemplo da emergência de um novo cidadão, parte consciente do meio em que vive.

⁴³ www.zeri.org.br

desastrosas conseqüências sociais e ambientais”. A maior parte dos recursos, neste modelo, é jogada fora. Como observa o iniciador desta experiência Pauli (*apud ibidem*):

Quando extraímos celulose da madeira para fazer papel, por exemplo, derrubamos florestas inteiras mas só usamos de 20 a 25 % das árvores, descartando os 75 a 80 % restantes. As cervejarias só usam 8% dos nutrientes da cevada ou do arroz para a fermentação; o óleo de babaçu só corresponde a 4% da biomassa da palmeira de babaçu; e os grãos de café não somam mais do que 3,7% do pé de café.

Dentro do projeto ecológico, “aumenta extraordinariamente a produtividade e melhora a qualidade dos produtos, ao mesmo tempo que gera empregos e diminui a poluição”.

A ZERI iniciou uns 50 projetos pelo mundo, um interessante exemplo são as fazendas de café na Colômbia:

Os resíduos ou dejetos produzidos pelos componentes do sistema proporcionam recurso para outros componentes. De maneira simplificada, podemos dizer que, quando os grãos de café são colhidos, as folhas e galhos que se desprenderam são usados no cultivo de cogumelos shitake (uma iguaria de alto preço); os restos dos cogumelos (ricos em proteínas) são usados para alimentar minhocas, porcos e gado bovino; as minhocas alimentam as galinhas; os dejetos do gado e dos porcos são usados para a produção de biogás e lodo; esse lodo fertiliza a plantação de café e as hortas que a circundam, enquanto a energia do biogás é usada no processo de cultivo dos cogumelos (*ibidem*).

Este sistema não somente beneficia o meio ambiente, como também cria empregos locais e contribui para manter a população no local. Ademais, gera fontes de renda alternativas ao café. Por fim, estas indústrias têm se demonstrado altamente competitivas no mercado local, proporcionando à população produtos locais em detrimento das empresas estrangeiras, reduzindo assim todos os problemas ligados ao transporte. Outro fator importantíssimo: “como nos ecossistemas, a diversidade aumenta a resistência dos desequilíbrios. Quanto mais diversificados tornam-se os agrupamentos ZERI, tanto mais tornam-se fortes e competitivos” (*idem*, p. 243).

Eis um exemplo muito esclarecedor de como o conhecimento moderno (a tecnologia industrial) pode ser combinado com o tradicional (o funcionamento dos ecossistemas), para formar uma síntese sustentável e compatível com o mundo atual. Como repetido várias vezes

durante este trabalho, não é pregada uma volta para trás, mas sim uma atitude para aproveitar o melhor que as diferentes experiências humanas têm produzido ao longo da história. A agroecologia, através da sua metodologia e o seu compromisso de honrar os conhecimentos tradicionais, dá uma importante contribuição. As culturas agrícolas nativas, de certa forma, podem constituir um elo entre a natureza e o homem “civilizado”, que atualmente se encontra muito distante dela.

O contexto da globalização, considerado bastante problemático sob diferentes pontos de vista, fornece, paradoxalmente, as oportunidades para uma real e positiva síntese no sentido agora descrito. Nunca antes existiu tamanha oportunidade de romper as barreiras entre indivíduos e povos, para instituir uma comunicação e troca entre as diferentes experiências humanas. Em grande parte do planeta, atualmente, ganham força os extremismos e o fanatismo, que busca uma nova segurança na exaltação do fechamento nas antigas tradições locais. Ao mesmo tempo, porém, existe o movimento contrário, que, justamente, procura uma maior interação no respeito de cada cultura específica (Morin, 1995, *op. cit.*).

Quem trabalha com grande força nesta perspectiva são as ONGs, de todas as partes do mundo e dos mais diferentes campos de atuação. Segundo Capra (2002, *op. cit.*, p. 228), está surgindo uma nova sociedade civil, global. Tradicionalmente, a sociedade civil é definida como o elo entre a população e os governantes. O novo, para este autor, apoiando-se no sociólogo Manuel Castells, é que

na sociedade em rede, as mudanças sociais não se originam dentro das instituições tradicionais da sociedade civil, mas desenvolvem-se a partir de identidades baseadas na rejeição dos valores predominantes na sociedade – o patriarcado, o domínio e o controle da natureza, o crescimento econômico e o consumo material ilimitados, etc. (*ibidem*).

As ONGs têm nisso um processo fundamental. Elas atuam perto das pessoas, conseguem traduzir as suas necessidades e os seus sentimentos, colocando-os no nível global, e fazem o mesmo no sentido contrário, traduzindo as questões globais para uma linguagem que as pessoas entendam. Elas são, assim, importantes na concretização do abstrato,

trabalhando com símbolos que tenham um significado para as pessoas; aspecto fundamental na tentativa de criar um mundo que coloque novamente o ser humano no centro, e que incentive a participação e a democratização. Esta rede internacional das ONGs é apoiada por redes de pesquisadores e grupos de discussão, que formam, assim, um novo movimento político que não poderia existir senão na Era da Informação, onde a Internet permite a transmissão de dados pelo planeta inteiro em termos de poucos segundos. Desse modo, paralelamente aos tradicionais mecanismos de poder, formados pelo Estado-Nação e as suas instituições, e pelos organismos internacionais que são a projeção dos Estados para o nível internacional, começa a existir uma outra realidade. Ela pode ser imaginada como conjunto de milhares de pequenas ilhas, aumentando o seu tamanho à medida em que as comunidades locais são mais e mais envolvidas, e ligadas entre si através das mais modernas técnicas de comunicação, formando assim uma rede, flexível, mas estável. As fronteiras, nesta rede não existem, a realidade de uma ilha pode servir de experiência para a outra.

Esse movimento planetário, porém, é difícil de ver e muitas vezes negado. Parece que a impressão de que o conhecido é obsoleto ganha sempre mais força, mas ao mesmo tempo o Novo ainda não nasceu. De fato, é impossível ignorar que as evidências das atuais dinâmicas no mundo apontam para uma outra direção. A destruição do meio ambiente, embora já percebida por cada indivíduo, continua aparentemente sem limites. Da mesma forma, os problemas sociais que geram violência e mal-estar pelo planeta todo preocupam, mas a importância do lucro fala mais alto que qualquer tentativa de construir um mundo mais justo. Também nas relações internacionais, as diferenças entre ricos e pobres são mais gritantes do que nunca. Como ressaltam Altieri e Masera (1998, *op. cit.*, p. 99), o desenvolvimento verdadeiramente sustentável somente pode acontecer com fortes mudanças globais, principalmente também no interno dos países desenvolvidos.

Se vista objetivamente, a realidade atual parece sem saída. A este respeito, porém, é de grande valor a contribuição de Morin (1995, *op. cit.*, p.123-128). Este autor alerta para a

fragilidade das realidades, que dependem das suas formas de interpretação. De fato, elas podem estar escondendo outras realidades, invisíveis a partir de um determinado modelo de compreender o mundo. Morin (*idem*, p. 126), citando Bernard Groethuysen defende “ser realista, que utopia!”. Ele ilustra diferentes exemplos históricos, onde, a partir de um diálogo entre as idéias e a realidade, esta última acaba sucumbindo, gerando conseqüências imprevisíveis. Isso aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha de Hitler parecia invencível, ou ainda poucos anos antes da queda do muro de Berlim, quando era impensável que a bipartição do mundo ia acabar. “Há, sob a crosta da realidade visível, uma realidade subterrânea, oculta, que emergirá mais tarde, mas é totalmente invisível ao realista” (*idem*, p. 124). E ainda,

a interpretação economicista da história esquece a incidência das estruturas e fenômenos não econômicos, ignora os acidentes, os indivíduos, as paixões, a loucura humana. Ela julga perceber a natureza profunda da realidade numa concepção que a torna cega à natureza complexa dessa realidade (*ibidem*).

Olhando bem, e lembrando das palavras de Morin, segundo as quais o paradigma da complexidade não produz certeza, mas nos ajuda tão somente a revelar incertezas, há fortes indícios que uma realidade diferente, ainda subterrânea, já está sendo construída. Para Rahnema (2005, *op. cit.*, p. XXII, tradução nossa) “contrariamente às aparências, assiste-se hoje ao nascimento de um mundo subterrâneo muito mais disposto de quanto não se possa pensar a procurar alternativas nunca imaginadas até agora”⁴⁴.

Concluindo, a agroecologia, valorizando a diversidade em sua expressão de culturas humanas, e de espécies da natureza, pode ser uma contribuição importante para uma forma alternativa de viver. A auto-confiança que ela ajuda criar nos pequenos agricultores, e por extensão, nas comunidades tradicionais, pode dar coragem a estes povos para sair da condição (auto) imposta de subdesenvolvidos e inferiores, para dar mais peso aos seus valores e contribuições. Da mesma forma está atuando uma grande variedade de abordagens em outras

⁴⁴ “... contrariamente alle apparenze, si assiste oggi alla nascita di un mondo sotterraneo molto più disposto di quanto non si pensi a cercare alternative mai finora immaginate”.

áreas de conhecimento que, por enquanto, são marginais e quase invisíveis, mas que têm a tendência de atuar em conjunto e formar uma realidade diferente. De certa forma, existe um movimento “de baixo para cima” na escala global. A história humana nos trouxe a importantíssima contribuição de Albert Einstein, que nunca rompeu com os ensinamentos de Newton. Ele simplesmente mostrou que existe uma realidade que vai muito além das descobertas do importante físico.

3. O GLOBAL E O LOCAL: DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ilustraram-se nos capítulos anteriores a ideologia do desenvolvimento atualmente hegemônica e as suas estratégias aplicadas à agricultura. Mostrou-se também, através do exemplo da agroecologia, como alternativas ao modelo predominante estão surgindo e provando o seu potencial inovador na ação concreta. Opta-se, agora, pela descrição, à luz do que foi elaborado até o momento, de um caso concreto, o do Estado de Santa Catarina. Este Estado é considerado um dos mais dinâmicos em termos de produção agrícola de um importante país em desenvolvimento como o Brasil, e vive a expressão concreta em nível local das tendências globais descritas no primeiro e no segundo capítulo. Ao mesmo tempo, no território catarinense estão sendo construídos pólos de cultivo agroecológico, que constituem experiências de grande valor para a pesquisa aqui realizada.

Proceder-se-á, neste capítulo, num primeiro momento, a uma breve descrição das principais características sócio-ambientais do Estado, e das grandes tendências de política desenvolvimentista das últimas décadas. Posteriormente dar-se-á espaço para a descrição de uma importante experiência de agroecologia no Estado.

3.1 CARACTERÍSTICAS DE SANTA CATARINA: A PEQUENA AGRICULTURA FAMILIAR

O Estado de Santa Catarina constitui uma realidade peculiar dentro da Federação Brasileira. Devido às suas características topográficas e uma peculiar dinâmica de imigração, fala-se comumente do *modelo catarinense de desenvolvimento* (Viera, 2002; Mussoi, 2002,

op. cit.; Schmidt *et ali*, 2002). Contudo, Santa Catarina não se subtrai às grandes tendências desenvolvimentistas implementadas pelo Brasil nas últimas décadas, que correspondem ao modelo hegemônico descrito nos capítulos anteriores.

O estudo do Estado de Santa Catarina é particularmente interessante para fins deste trabalho, uma vez que não somente a sua realidade é em grande parte rural, mas também existe uma importante prevalência da pequena agricultura familiar. Este modo de cultivo que constitui, na realidade, muito mais uma “forma de vida” (Mussoi, 2002, *op. cit.*, p. 26) dos colonos no Estado, pode ser incluído nas tradições peculiares de cultivo, desprezados e discriminados pelo modelo convencional. A agroecologia, por suas características descritas no segundo capítulo, é particularmente apta para resgatar, valorizar e potencializar estas tradições.

O Estado tem um território de 95.346.181 quilômetros quadrados e uma população de 5.866.568 habitantes. Como resulta dos dados do Anuário Estatístico de Santa Catarina de 1999-2000 da Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda de Santa Catarina e do Censo Demográfico 2000 do IBGE, 76,45% dos 293 municípios do Estado têm menos de 15.000 habitantes, e abrigam, no seu conjunto, 69,09% dos estabelecimentos agropecuários do Estado (Schmidt *et ali*, *op. cit.*, p. 62). Consta que 50,12% da população catarinense reside em municípios com menos de 50.000 habitantes, ultrapassando somente dez municípios os 100.000 habitantes. Para Schmidt *et ali* (*idem*, p. 63) “tais tendências conferem ao Estado uma configuração própria, em que o rural e o urbano interagem social, política e economicamente na quase totalidade das regiões”. Mostram os dados elaborados em 2000 pelo DESER com apoio em informações do PNAD-IBGE (*apud* Santin, *op. cit.*, p. 32), que o setor agropecuário em Santa Catarina ocupa 27,4% da população ativa ao longo de 10 anos, contra os 19,2% da indústria de transformação e 14,9% de serviços.

3.1.2 A pequena agricultura familiar

Como indicado, analisando mais de perto a realidade agrícola do Estado, chama a atenção a grande prevalência de pequenos estabelecimentos agropecuários de cunho familiar. A dimensão média dos lotes não ultrapassa os trinta hectares e predominam solos com baixa fertilidade, muitas vezes situados em grande altitude (até 1800m). Segundo Santin (*ibidem*), estes estabelecimentos representam 94,3% do total no Estado, chegando ao 60% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Esta característica se deve ao peculiar processo de ocupação do território de Santa Catarina que favoreceu

a formação de comunidades relativamente homogêneas do ponto de vista da organização sociocultural, compartilhando uma história e uma ética do trabalho marcadas pela valorização da autonomia local e da coesão comunitária, pelo envolvimento familiar e pelas relações de ajuda mútua (Viera; Cunha, 2002, p. 291).

O ambiente heterogêneo, pelas suas especificidades climáticas e topográficas, ainda, comportou o desenvolvimento de uma grande diferenciação produtiva.

Ilustra Mussoi (2002, *op. cit.*, p. 28), como o “modelo” catarinense se desenvolveu ao longo da história em três fases. A primeira fase, do século XVII a 1850, vê a caracterização do planalto catarinense como zona de passagem, e depois de criação, de gado do Sul para o suporte da extração de ouro em Minas Gerais. É na segunda fase, de 1850 a 1914, que tem origem a pequena agricultura familiar em Santa Catarina. De fato, este período se distingue pela imigração principalmente de italianos e alemães que trazem para o território as suas experiências da realidade dos seus países originais. Tanto a Alemanha, como a Itália estavam inseridos, naquela época, num contexto de crescente industrialização e de superação das relações pré-capitalistas/feudalistas no campo. Ademais, prevaleceu ali a chamada “economia policultura familiar”, que geralmente está integrada com a produção artesanal familiar. Os imigrantes, portanto, implementaram e evoluíram em Santa Catarina esta peculiar forma de

produção que é, aliás, muito mais uma forma de vida (Mussoi, 2002, *op. cit.*, p. 26). Afirma Mussoi (*idem* p. 29) que

historicamente, a ‘policultura familiar’ é apontada, ao lado do artesanato, como fator de resistência às crises cíclicas da economia monocultora, e isto confere, desde então, características diferenciadas a Santa Catarina em relação aos demais Estados da Federação.

A terceira fase de evolução do desenvolvimento catarinense, de 1914 até 1960, é caracterizada pela inserção no mercado nacional e seu final dá lugar ao início da “indústria dinâmica” (CEAG/SC *apud idem*, p. 28). Foi entre 1930 e 1970 que se deu, no Brasil, a interligação dos setores agrícola e industrial, onde o primeiro possibilitou o ritmo do segundo. Como descrito nos capítulos anteriores, dentro da estratégia desenvolvimentista, o setor agrícola virou fornecedor de matérias primas, força de trabalho barata e, ao mesmo tempo, tornou-se consumidor da indústria. Dessa forma, ele se torna uma espécie de “sub-setor”, funcional ao primeiro, que começa a ditar as suas condições: o que deve ser produzido, quanto, e com quais tecnologias. Tecnologias mecânicas e agroquímicas são incorporadas, principalmente no âmbito da chamada agricultura dinâmica, ou seja, aquela destinada para a exportação e para a indústria. De fato, o Brasil, naquela época, incorpora a ideologia difundida internacionalmente pelo desenvolvimento, e procura empreender a todo custo a industrialização e a modernização da agricultura.

Paulilo (*apud* Mussoi, 2002, *op. cit.*, p. 30) aponta que o setor industrial adquiriu o controle após a crise de 1929-30, embora a sua renda venha a superar a agrícola somente em 1956. A autora argumenta que o Estado sempre esteve presente na agricultura do Brasil, e somente agora, após preparar as estruturas durante longos anos de intervenções, ele se retira da cena para deixar lugar ao mercado neoliberal. Para a autora, a agricultura, antes da modernização, nunca foi ‘atrasada’, servindo este discurso tão somente para implementar um modelo excludente. A autora (*ibidem*) cita uma análise de Francisco de Oliveira de 1975, segundo a qual

o Estado alterou as regras do jogo que fazia funcionar a economia agro-exportadora, confiscando lucros, como fez com o café, e baixando o custo do dinheiro emprestado para as indústrias, o que fez com que o dinheiro emprestado para a agricultura ficasse relativamente mais caro.

Da mesma forma, as leis trabalhistas eram somente para a cidade e não para o campo, isso até a Constituição de 1988.

Durante essa terceira fase, surgem em Santa Catarina as primeiras empresas de processamento de derivados de suínos. Pelo seu modo de produção baseado na especialização produtiva e tecnológica, rapidamente se destacam no nível nacional. Mais tarde, ao lado da suinocultura, dinamizam-se também a vitivinicultura e os setores do milho e do fumo; a exploração dos quatro se liga intimamente com o setor de equipamentos agrícolas e metal-mecânico. Não existe, contudo, em Santa Catarina um único produto que se imponha frente aos outros, mantendo e até aumentando para o Estado, assim, a sua “feição policultora”. Nesta época, porém, começam profundas mudanças na produção agrícola do Estado de Santa Catarina. Muda a base técnica, e concomitantemente, as relações sociais da produção, no momento em que a agricultura se integra no complexo agro-industrial.

Evidentemente, essas dinâmicas não são muito compatíveis com a agricultura familiar e as suas características. Para Mussoi (*idem*, p. 34) que se apóia em Lamarche, “a exploração familiar [é] uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família”. Estas interligações comportam uma certa complexidade que, por sua vez, cria outras características, tais como: a organização da produção e as necessidades de consumo estão inter-relacionadas; existe uma tendência para priorizar a produção para o uso em vez de para a troca; existe uma relativa autonomia frente à sociedade; o grupo doméstico é fundamental. Contudo, é importante ressaltar que o conceito de agricultura familiar alberga uma multiplicidade de realidades diferentes, condicionadas por questões histórico-culturais. Para Lamarche, (*idem*, p. 35) o que as distingue é a sua projeção para o futuro. Segundo este autor, existem três “tipos-ideais”: o que procura a reprodução

familiar (modelo familiar); o que procura a subsistência da família (modelo de subsistência); e o que procura o ganho máximo (modelo de empreendimento agrícola). Em outras palavras: “a ‘exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade’”.

Falando especificamente de Santa Catarina, as seguintes características das unidades rurais familiares do Estado foram caracterizadas da seguinte forma por FAO/INCRA em 1994 (*apud Schmidt et al. 2002, op. cit, p. 64*):

(1) a preeminência da força de trabalho familiar; (2) a unidade, interação e interdependência existentes entre a família e a unidade de produção, isto é, a não separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; (3) a não especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre atividade administrativa e executiva, isto é, entre trabalhadores diretos e indiretos; (4) uma participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização e no funcionamento do conjunto do sistema família-unidade de produção; (5) um projeto (objetivos e finalidades) orientado, prioritariamente, para a reprodução de condições e da força de trabalho familiar; e (6) uma estratégia voltada para a garantia de segurança alimentar da família, para a redução dos riscos, para o aumento da renda total da família por unidade de trabalho para a garantia do emprego da mão-de-obra familiar a para a melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção.

Para os autores, esta agricultura de base familiar “serviu, ao longo da história, como um freio ao processo de concentração da terra e das riquezas geradas no Estado” (*idem, p. 63*). Ela não pôde impedir, contudo, que o Estado seguisse a mesma tendência geral de concentração de terras e o aumento da população rural sem terra, existente no resto do Brasil.

Começam, ainda na terceira fase acima descrita, os graves problemas sociais ligados ao modelo produtivista de cultivo agrícola. Aponta Mussoi (2002, *op. cit.*) que ele prega a urbanização como estratégia de desenvolvimento, desvalorizando o agrário com todas as conseqüências que isto comporta em termos de população, produção, etc. A pequena agricultura familiar foi usada para conseguir a modernização, mas ao mesmo tempo foi excluída do modelo, diretamente ou relativamente. Diretamente no momento em que os membros são obrigados a abandonar suas atividades, caindo na marginalidade; e relativamente quando devem, para se encaixar no modelo, deixar para trás as suas tradições.

Com base no Censo Agropecuário IBGE 1995/1996, Schmidt et al. (2002, *op. cit.*, p. 65) apontam que entre 1980 e 1995, o número de estabelecimentos com menos de 10 hectares diminuiu em 3.262 unidades (4,3%). Os estabelecimentos com entre 10 e menos de 100 hectares diminuiram no mesmo período em 8.752 unidades (6,7 %). Mussoi (2002, *op. cit.*, p. 38) mostra, a partir do censo IBGE de 1997, que a maioria dos estabelecimentos familiares de Santa Catarina são hoje marginais. O autor aponta que somente 9,7 % dos estabelecimentos agrícolas familiares no Estado são “consolidados”. Um estabelecimento é considerado consolidado neste contexto, quando o valor agregado para cada membro economicamente ativo da família é superior a três salários mínimos por mês. Em cerca de 51,9% dos estabelecimentos familiares, porém, o valor agregado por mão-de-obra familiar é inferior a um salário mínimo. Mais da metade dos estabelecimentos vive, portanto, uma pesada situação de exclusão sócio-econômica. O resto dos estabelecimentos, cerca de 32,76%, encontra-se atualmente em fase de “transição”. Isto é, o valor agregado está entre um ou dois salários mínimos por mês (para 23,45%), ou entre dois ou três salários mínimos (9,32%). Estes estabelecimentos podem, portanto, se consolidar, ou virar também periféricos.

As conseqüências sociais destas tendências são evidentes dentro do modelo hegemônico. Os trabalhadores rurais viram mão-de-obra barata para os grandes estabelecimentos agroindustriais ou vão acrescentar à massa dos pobres nos centros urbanos, com todos os problemas bem conhecidos que isso comporta. Ao mesmo tempo, assiste-se a uma inevitável “erosão cultural”, de uma forma de viver construída coletivamente ao longo do tempo a partir das condições específicas do lugar onde ela se insere. No capítulo anterior se falou bastante sobre a discriminação sócio-econômica e cultural da população rural. Santa Catarina não é nenhuma exceção neste contexto. De fato, como em outros lugares, uma vez que se instaura o discurso da agricultura moderna, as peculiaridades características são negadas, e o que conta é a produção para o mercado. Nesse discurso é preciso “reconverter” a agricultura familiar, para que se torne “empresarial” e “profissional”. Mussoi (*idem*, p. 28)

argumenta que, pelo contrário, “o certo seria tentar *reconverter* a mentalidade monetarista e consumista que permeia um significativo conjunto de processos de tomada de decisão na atualidade” (grifo do autor).

A exclusão e o desaparecimento da pequena agricultura familiar comporta também um problema político. As populações rurais são cada vez mais excluídas dos processos de tomada de decisão, na hora de definir políticas públicas e até mesmo a matriz tecnológica a ser implantada. Não por último, essa tendência aumenta também os problemas ambientais. De fato, para Mussoi (*idem*, p. 27), a pequena agricultura familiar “possibilita a resolução organizada e coletiva de problemas e utilização adequada do potencial de recursos naturais disponível e dos instrumentos de produção”. Muito se discutiu sobre a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar. Wilkinson (*apud* de Mello; Schmidt, 2003, p. 74) alerta que

quando se afirma que a agricultura familiar lança mão da diversificação das atividades como estratégia de sobrevivência, não se quer dizer que ela tenha algum tipo de predisposição intrínseca, necessariamente favorável a uma produção ambientalmente correta. Pode-se considerar, no entanto, que a diversificação das atividades é uma prática agrícola em geral mais favorável ao meio ambiente do que é a monocultura, e que a produção familiar, mesmo sendo uma estrutura altamente flexível no que diz respeito às suas formas de produção e renda, exhibe uma ‘vocação’ para a policultura.

Ao lado das questões ligadas ao desaparecimento da pequena agricultura familiar em Santa Catarina, o Estado enfrenta também os graves problemas ambientais que geralmente resultam da agricultura industrial. Um ponto importante é o desmatamento. Relata a *Avalia o e a oes prioritárias para a conserva o da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal em 2000 (*apud* Mussoi, 2002, *op. cit.*, p. 39), que na época da coloniza o cerca de 80% do território do Estado estava coberto por Mata Atlântica. Atualmente continua existindo 18% deste total, tendo sido as florestas sacrificadas para atender as demandas de suprimento energético (lenha e carvão vegetal) e industrial (papel, celulose, móveis). Há também o problema da erosão do solo, principalmente tendo em vista que o território do

Estado tem muitas áreas em declive, particularmente expostas a este fenômeno, que é intensificado pelo cultivo convencional “irregular e descontrolado do solo” (Viera; Cunha 2002, *op. cit.*, p. 296). O processo é agravado pelo uso de insumos químicos de alto risco, que contaminam a qualidade biológica dos recursos hídricos, do solo e dos alimentos, por sua aplicação nas lavouras e o seu armazenamento. A criação de suínos no Oeste do Estado gerou, por sua vez, preocupante contaminação por dejetos. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves (EMBRAPA/CNPSA) (Miranda *apud* V. Schmidt, 2002, p. 268), “90% das fontes de abastecimento de água (humana e animal) no meio rural do Oeste catarinense estão contaminadas por coliformes fecais e os índices de nitrato começam a adquirir contornos preocupantes”.

Concomitantemente com as tendências globais descritas no capítulo anterior, de repensar os fundamentos do cultivo intensivo para chegar a uma agricultura sustentável, diferentes setores da sociedade catarinense começam, a partir dos anos 80, uma reflexão sobre a oportunidade do modelo de desenvolvimento rural adotado. As peculiares características do Estado fariam dele, na visão de vários autores, um ambiente fértil para a transição a um modelo alternativo. Como apontam Paulilo e Schmidt (2003, p. 9)

Santa Catarina, pela existência de uma estrutura de pequenas e médias ‘cidades’, de uma agricultura familiar que tem demonstrado capacidade de resistir e de inovar na busca de alternativas de produção e organização e de movimentos sociais fortes que incorporam às suas lutas questões de gênero e de geração, parece apresentar trunfos para a descoberta de novas oportunidades de desenvolvimento e para a formação de uma dinâmica construtiva nas relações cidade-campo em escala local e microrregional.

Eles alertam, porém, que “de outro lado, há no ambiente institucional bloqueios importantes para essas mudanças” (*ibidem*). É interessante, a esse respeito, fazer uma breve ilustração das tendências institucionais do Estado no que diz respeito às diretrizes e políticas de desenvolvimento rural, durante as décadas passadas.

3.2 DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mussoi (2002, *op. cit.*, p. 43-51) faz uma interessante análise dos planos e das intenções governamentais em Santa Catarina, desde o fim da década de 1950. O autor mostra como o Estado de Santa Catarina se insere em um quadro de perfeita coerência com o âmbito nacional, quando se trata de traduzir a ideologia desenvolvimentista em ação. Esta ideologia é implementada em um rígido movimento hierárquico de cima para baixo. O autor aponta como a unidirecionalidade dos processos decisórios tem sido uma constante tanto em nível de políticas macro, quanto na elaboração de políticas de ciência e tecnologia para apoiar este tipo de desenvolvimento em nível estadual. Assim, criou-se um sistema tipo “correia de transmissão” que “garantiria a *transferência* das políticas ‘públicas’ e sua *adoção* pela população rural (ou por parte dela)” (*idem*, p. 41, grifo do autor). As instituições oficiais de desenvolvimento agrícola, nessa dinâmica, constituem um elo fundamental. Elas implementam as diretrizes de concepção, coordenação, supervisão e execução, elaboradas anteriormente de forma centralizada e conforme a ideologia desenvolvimentista. Mussoi (*ibidem*) explica que

a definição de planos e políticas, e a conseqüente definição de recursos, são conduzidas de forma centralizada no âmbito governamental e, mais especificamente, nas várias Secretarias de Estado. As diretrizes e os recursos são repassados aos setores-chave das ‘instituições de desenvolvimento’ (no caso da presente abordagem, especialmente a pesquisa, a extensão e o crédito rural) que transformam *intenções* em atividades metas. Estas, por sua vez, são transferidas aos níveis intermediários, geralmente de âmbito regional voltadas à ‘supervisão’ e ao ‘controle’ das atividades de implementação desenvolvidas no nível municipal (grifo do autor).

O autor esclarece, ainda, que

as poucas iniciativas voltadas à abertura de espaços para a ‘participação’ podem ser consideradas como manobra de *legitimação* de idéias hegemônicas, utilizando-se a categoria ‘participação’ apenas para criar uma ilusão de envolvimento dos cidadãos no processo (*ibidem*).

Assim, todo projeto apresentado no âmbito do desenvolvimento rural não somente era elaborado dentro das próprias instituições, como inevitavelmente era submetido à aprovação de comissões cuja função era avaliar a compatibilidade com a “prioridade institucional pragmática”.

No fim da correia de transmissão aqui descrita estão os agricultores. Como indicado no capítulo anterior, nesta abordagem, eles são tratados com superioridade. De fato, a ciência é neutra e está acima de tudo e deve levar a modernidade para a população rural, atrasada e incapaz de entender o que é melhor para ela. O Estado e os seus mecanismos de desenvolvimento devem, portanto, ajudar os agricultores e levar o que é melhor para eles (*ibidem*).

Dessa forma, o saber se torna excludente porque caro. Para Gonzáles Garcia et al. (*apud* Mussoi, *idem*, p. 42) a tecnologia vira um bem, e os agricultores são seus consumidores. Trata-se da perpetuação de um modelo de crença onde poucos sabem muito e isso lhes confere legitimidade para governar e decidir sobre a vida do povo que não sabe nada. O modelo descrito se insere perfeitamente na tradição tecnocrata e oligárquica, anti-democrática de fato. O modelo hegemônico permite manter o poder dos poucos que sabem, excluindo cada vez mais a população da tomada de decisão (tal como foi descrito nos capítulos anteriores).

Para corresponder à ideologia desenvolvimentista predominante nos anos 1960, tanto internacionalmente como no Brasil, o Estado de Santa Catarina empreende naquela época importantes transformações, seja no aparelho estadual, seja na estrutura produtiva rural. O objetivo é declaradamente modernizar a agricultura para que possa se ligar e sustentar a industrialização, considerada naquela época, como indicado repetidamente durante o trabalho, condição *sine qua non* para o *take off* dos países em desenvolvimento. Mussoi faz uma análise detalhada das instituições estaduais criadas naquele período e dos planos de desenvolvimento por elas elaborados.

Os primeiros passos no sentido da modernização agrícola foram dados pelo Governo Celso Ramos de 1961-65. Ainda no seu tempo de presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), o futuro Governador promoveu a elaboração do Plano de Metas do Governo (PLAMEG 1). Este plano visava à ampliação agrícola e industrial, a serem conseguidos através da criação de instituições de apóio. Assim, são criados o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que começaram a dar apoio financeiro para as indústrias privadas e para a modernização da agricultura. Em 1963, foi ainda criado do Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC) que outorgava concessões fiscais e fundos fiscais com recursos do orçamento estadual. De grande impacto para a agricultura foi o Serviço de Extensão Rural (ACARESC) que, junto com o BDE, apoiava a sua transformação para dar sustentação à indústria. Premissa para tal eram consideradas as “modernas técnicas” difundidas pela Revolução Verde. Mussoi (*idem*, p. 45) cita o Plano Diretor da ACARESC para 1963, onde se faz referência explícita ao objetivo do “aumento da produtividade”. Ela deve ser obtida através da concessão de créditos, mais especificamente: “cada escritório deverá trabalhar com quarenta agricultores selecionados para receber crédito [...] que devem ter mentalidade progressista, ser honestos, trabalhadores e gozar de boa saúde”. As decisões dentro da ACARESC eram tomadas por sua Junta, o órgão mais alto, que agrupava

representantes de entidades que a mantêm – Governo do Estado / Secretaria da Agricultura e Plano de Metas do Governo (PLAMEG); Governo Federal – Ministério da Agricultura e Educação; Prefeituras Municipais; e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Estes representantes, portanto, tinham o poder absoluto de tomar as decisões sobre a agricultura do Estado, desde a elaboração das políticas até sua implementação. Os agricultores em nenhum momento foram consultados.

Nos sucessivos planos diretores da ACARESC, tal como no Plano Quinquenal (1961-65), foi reiterado o objetivo de “melhorar a tecnologia de produção agrícola, tendo em

vista o aumento da produtividade para iniciativas agrícolas mais significativas no conjunto da economia agropecuária catarinense”. A este fim, foi empreendida uma ampla reforma na estrutura do Estado, que se tornou mais especializada e hierarquizada não somente na elaboração das metas, mas também no controle da sua implementação. A extensão rural, neste contexto, começou a ter um papel prioritário na difusão das tecnologias e na colaboração com os agricultores que se mostraram prontos para aplicar as mudanças. Neste sentido argumenta o Plano Diretor da ACARESC, de 1970, que visa:

transformar a agricultura tradicional mediante mudanças de métodos de produção e da utilização intensiva de insumos modernos [...] com expansão das facilidades de crédito e fortalecimento do poder de compra da população rural (*apud* Mussoi, 2002, *op. cit.*, p. 46).

Frisa ainda que “[...] as mudanças que desejamos introduzir nas técnicas de trabalho, produção e comercialização devem corresponder aos últimos avanços tecnológicos, devidamente testados nos estabelecimentos de pesquisa e experimentação” (*ibidem*).

Nessa época, em conformidade com as metas agora esclarecidas, assiste-se no Estado de Santa Catarina a uma ampliação das estruturas de execução e supervisão das políticas agrícolas. Para Mussoi, isso tem dois objetivos específicos, por um lado, a difusão mais eficaz das metas da modernização a todo o território estadual, e por outro, para facilitar o controle da coerência das ações com as metas estabelecidas pelo governo central.

Ainda em 1970, foi criado o Fundo de Estímulo a Produtividade (FEPRO) cujo objetivo é

subsidiar os produtores na compra dos principais insumos modernos. O subsídio consiste no pagamento dos custos de transporte de corretivos e fertilizantes e dos juros que incidem nos financiamentos de compra de máquinas agrícolas, mudas de árvores frutíferas e reprodutores suínos e bovinos (ACARESC *apud idem*, p. 48).

O que é interessante ressaltar a este respeito é que

a partir de meados dos anos 70 do século passado, os próprios industriais do setor agroalimentar passam a exercer com intensidade crescentes funções executivas diretas no governo estadual, seja como Secretários de Estado (Fazenda, Agricultura, Vice-Governança, Secretaria do Oeste, etc.), seja como Diretores de Empresas Públicas\Bancos Públicos (*ibidem*).

Também as pesquisas agropecuárias se inserem dentro do quadro agora descrito, e isso se intensifica ainda mais com a criação, em 1975, da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC). Esta empresa continua a tradição da tomada de decisão hierarquizada, como ela ressalta em diferentes documentos quando afirma que para a sua atuação ela seguirá estritamente as prioridades estabelecidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelas políticas estaduais.

Nos anos 80, as tendências aqui descritas continuam. Ademais, quando o Brasil enfrenta os problemas no setor financeiro no começo desta década, o Estado de Santa Catarina inova, criando uma estratégia que consegue apoiar a continuação da modernização. Utilizando recursos do próprio Estado, é criado o chamado sistema “Troca-Troca”, onde o agricultor, para pagar suas dívidas contraídas com compras para a modernização, podia recorrer aos seus próprios produtos:

O programa ‘Troca-Troca’ serviu na época para ‘dar apoio e tornar viável a aquisição de sementes, máquinas e equipamentos, reprodutores, corretivos, fertilizantes, terra (crédito fundiário) e instrumentos de pesca e construção de armazéns’ (*idem*, p. 50).

Esse sistema, para usar as palavras do mesmo Governo de Santa Catarina (*apud* Mussoi, *ibidem*), foi fundamental para dinamizar a economia catarinense. Contudo, como se viu antes, a “economia catarinense” é, neste âmbito, caracterizada pelo setor industrial, oportunamente representado no governo. Ou seja, “o discurso de ‘apoio aos pequenos’ serviu assim, de forma exemplar, para sustentar uma prática de crescimento dos grandes”. De fato, enquanto para os agricultores começou naquela época o círculo vicioso do endividamento, quem realmente se aproveitou do programa foi não somente a indústria agroalimentar, mas

também os institutos de crédito e as empresas de equipamentos e insumos da Revolução Verde.

Essas dinâmicas centralizadoras e anti-democráticas, na visão do autor, recebem impulsos diferentes a partir do fim da década dos 80, quando são aprovadas a Constituição Federal de 1988 e a Constituição Estadual de 1989. De fato, os movimentos sociais começam a reivindicar mais participação da sociedade, e o discurso no Estado muda na direção de maior participação dos agricultores na tomada de decisões. Para Mussoi, porém, “esta ‘alternativa’ revela-se insuficiente, na medida em que o ideário tecnocrático-centralizador continua a predominar na cultura político-institucional brasileira”.

Como ficou claro diante do exposto até aqui, o Estado de Santa Catarina não constitui nenhuma exceção quanto às problemáticas conseqüências sócio-ambientais do modelo de desenvolvimento hegemônico. Para Mussoi (*idem*, p. 25),

o modelo foi (e é) concentracionista (de riquezas e poder político), socialmente excludente e agressivo em termos ambientais. Desconsiderando a satisfação de necessidades básicas da grande maioria da população, contribui para aumentar assim a fome, a desnutrição, o desemprego e o sub-emprego em favor da produção para exportação e da produção industrial, subordinando a agricultura à indústria.

3.3 O GLOBAL E O LOCAL: IMPULSOS PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA

Como mencionado há pouco, a partir dos anos 1980 cresce na sociedade catarinense a resistência contra as tendências centralizadoras, discriminadoras e prejudiciais para o meio ambiente, difundidas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico. Este movimento se insere na dinâmica global descrita no último tópico do segundo capítulo; diferentes organizações começam a surgir no Estado, interagindo ativamente com a rede mundial empenhada na construção de um mundo mais vivível para todos.

Falando especificamente da realidade do desenvolvimento rural em Santa Catarina, um ator de fundamental importância na busca e construção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo foi, desde a sua fundação em 1990, o CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo)⁴⁵. O CEPAGRO é uma ONG que agrupa diferentes organizações de pequenos agricultores em Santa Catarina e se insere, por sua vez, na rede global Via Campesina⁴⁶.

Cabe abrir um parêntese para esclarecer que para os setores catarinenses envolvidos na busca de um modelo rural mais sustentável, a agricultura familiar, como descrito, predominante em Santa Catarina, era e é considerada o grande potencial de mudança (Veiga *apud* Schmidt *et. al.*, 2003, p. 289). Contrariamente ao que defende o modelo urbano / industrial, de fato, diferentes estudos mostram a surpreendente capacidade de inovação e dinamização do meio rural a partir da pequena agricultura familiar (Abramovay, 2002; Schmidt *et. al.*, 2003, *op. cit.*). O grande número de pessoas no campo, esquecidas pela abordagem dominante, pode, nesta perspectiva, virar o motor de mudança no Estado, em um movimento de mão dupla: melhoram as suas condições de vida, ao mesmo tempo em que melhoram a preservação do meio ambiente e a qualidade dos produtos agrícolas para o consumidor. A esperança é chegar, assim, a uma sociedade mais justa e harmoniosa. A agroecologia, por suas características acima descritas, é vista por muitos como a prática que pode realizar este propósito.

Voltando a falar do CEPAGRO, o seu exemplo é particularmente apto para ilustrar no nível concreto as tendências em rede, descritas no final do segundo capítulo. Para ter maior abrangência do tema, foi realizada uma entrevista com Dr. Fábio Búrigo, secretário executivo do CEPAGRO entre 1999 e 2002, cujo conteúdo será aqui transcrito.

⁴⁵ www.cepagro.org.br

⁴⁶ www.viacampesina.org, é uma organização que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais, comunidades indígenas e negras da Ásia, África, das Américas e da Europa.

Afirma o entrevistado que, desde a sua fundação, o Centro operava dentro de um contexto fértil de trocas internacionais, graças a um intenso movimento de intercâmbio, principalmente com a França. Quem iniciou o Centro, segundo Búrigo, foi um funcionário da ACARESC que teve contato direto, durante um período de estudo na França, com a experiência de uma ONG que naquele país trabalhava com a Agricultura de Grupo. Retornando ao Brasil, ele chamou as forças sociais que batalhavam para uma mudança no meio rural de Santa Catarina, para que se juntassem e trabalhassem em grupo. A inserção internacional do Centro se institucionalizou pouco depois, quando ele foi incorporado no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde até hoje está inserido. O contexto da Universidade favoreceu a efervescência das idéias inovadoras no seio do Centro, e, principalmente, o diálogo intenso entre a teoria e a prática. Ele reuniu, naquele estágio, alguns professores e estudantes marginalizados, por terem convicções alternativas à abordagem hegemônica no campo, junto com diferentes técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), e os pequenos agricultores. Relata Búrigo que muitos programas que o Centro iniciou estavam diretamente inspirados por exemplos da França, graças ao contato direto de acadêmicos, de ONGs, e também de agricultores com os seus homólogos deste país, durante períodos de intercâmbios mais ou menos extensos. Dessa forma, esses catarinenses tiveram contato direto com diferentes experiências, também institucionais, e viviam o clima dos processos de mudança social. Ao mesmo tempo, tinham acesso a uma ampla literatura, considerada, naquela época, de vanguarda no Brasil. De volta no país de origem, procuravam formas para adaptar o aprendido à realidade específica de Santa Catarina. Os projetos assim elaborados, foram financiados, em forte medida, por ONGs e instituições dos países avançados economicamente, que compartilhavam as convicções do CEPAGRO. Recursos vieram, desse modo, da Alemanha, da Bélgica, da Holanda, mas também dos Estados Unidos e do Canadá.

Afirma Búrigo que, num primeiro momento, o CEPAGRO trabalhava com idéias muito novas, e várias delas, nos anos posteriores, foram incorporadas pelo poder público. Desse modo, o Centro iniciou a profissionalização do agricultor através da chamada “casa família rural” e a pedagogia alternada; trabalhava com micro-crédito e com pequenas agroindústrias. A agroecologia, no começo, não fazia parte dos objetivos do CEPAGRO. Isso foi mudando durante os anos sucessivos, segundo o entrevistado, graças aos impulsos da Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas (Rede PTA) que reunia diferentes ONGs com o intuito de difundir a agroecologia no Brasil. Em Santa Catarina já existiam experiências isoladas com agroecologia, mas foi naquela época que começou a atuar a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), que constitui, hoje, provavelmente o exemplo mais conhecido de agroecologia no Estado. A AGRECO, que é objeto de estudo do próximo tópico foi, segundo o professor Armando Lisboa, “incubada pelo CEPAGRO”, e se beneficiou, em larga escala, dos diferentes impulsos, nacionais e internacionais do Centro.

3.4 A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL (AGRECO). UMA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA

A experiência da AGRECO⁴⁷ está amplamente documentada. Diferentes autores trabalharam a sua história (Müller, 2001; Luzzi, 2001; Schmidt, *et. al.*, 2002, *op. cit.*; Schmidt *et. al.*, 2003, *op. cit.*; Cabral, 2004; Cardoso, 2005; Vandresen, 2005), contudo, julga-se funcional ao trabalho ilustrar brevemente a sua origem, evolução e características.

⁴⁷ www.agreco.com.br

3.4.1 Características das Encostas da Serra Geral

As Encostas da Serra Geral, região de atuação da AGRECO, situa-se no Sudeste de Santa Catarina, entre o Planalto e o Litoral, a uma distância de menos de 150 km de Florianópolis, capital do Estado. Os municípios ali situados, e que estão ligados a atividades de iniciativa da AGRECO são Anitápolis, Armazém, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, São Martinho e Santa Rosa de Lima. Eles totalizam cerca de 1.900 quilômetros quadrados e são considerados “pequenos” e rurais, com população entre dois mil e menos de onze mil habitantes. A região conta com relevo acidentado, cuja altitude varia entre 400 e 1800 metros acima do nível do mar, dando lugar a micro-climas variados e a vastas extensões de florestas virgens praticamente inacessíveis. A região foi colonizada entre o fim do século XIX e início do século XX, por imigrantes alemães antes, e italianos e açorianos depois. Os índios ali residentes foram caçados e exterminados. Os colonos desmataram a maior parte do território, e implantaram tafonas, pilões de arroz, serrarias pica-pau tocadas a água, olarias, ferrarias, engenhos de farinha ou de açúcar e alambiques. A agricultura se distinguia pela diversidade dos cultivos, que visava principalmente à subsistência familiar.

Para Müller (2001, *op. cit.*, p. 60), o desmatamento que possibilitou o cultivo não se deu de forma leviana e arbitrária. Ela cita Silvestro (*apud ibidem*), que argumenta que a derrubada da floresta dependia “da necessidade de plantar e cultivar para sobreviver. Mesmo neste contexto existiu a preocupação de preservar algumas espécies, as chamadas madeiras de lei, por sua utilidade ou até mesmo por sua beleza”. A atividade agrícola dos colonos se deu segundo um sistema de cultivo a “coivara”, ou rotação de terras, adotado pelos índios antes do seu extermínio. Depois da seqüência de cultivos, a área era deixada em pousio durante um determinado tempo, não somente para aumentar a produtividade da terra, mas também, para deixá-la “descansar” (*idem*, p. 61). A autora mostra a conotação simbólica desta prática: “a terra não é concebida como um simples fator de produção já que ela é que garante o sustento

da família. Assim, após ter cumprido esta ‘tarefa’, a terra precisa também repousar, se recuperar para não enfraquecer...“. Baseando-se em Lamarche, Müller (*idem*, p. 62) constata que

a representação que os agricultores fazem sobre este ‘descanso’, perpassa a existência de um ‘saber’, de um conhecimento prático, construído através da observação e experimentação, fazendo parte de seu patrimônio sociocultural.

O seguinte depoimento de um agricultor de 75 anos dado à autora apóia esta afirmação:

Se não deixar a terra descansar ela esfraquece (*sic*) de um ano pro outro, já diminui. Você pode plantar esse ano. Eu planto o milho, ele ta (*sic*) bom, o ano que vem se eu plantar na mesma terra ele já não dá mais tão bom como ele dava. Eu tenho que mudar com outra planta (...) Mas também se você voltar no ano seguinte e plantar milho naquela mesma terra, ela já não dá mais a metade. Porque esfraquece (*sic*), porque você tem que deixar umidecer a terra, pra ela se agüentar. Ela tem que ter uma árvore, qualquer coisa, ela tem que ter pra ela se proteger. Senão resseca muito a terra e isso que esfraquece (*sic*) a terra. Por isso quando o cara faz a roça e queima a roça, ele não atropela muitos anos porque esfraquece (*sic*) muito a terra, cansa, cansa...

Até hoje, o lugar é caracterizado pela presença de pequenas propriedades familiares. O Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE (*apud* Schmidt *et al.*, 2003, *op. cit.*, p. 296), mostra que mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários que ocupam 45% da área total dos quatro principais municípios da Serra Geral, têm menos de cinquenta hectares. Entre os responsáveis pelos estabelecimentos, 88% são proprietários. Quanto aos produtos, predomina a lavoura temporária, principalmente o fumo de estufa, a cana de açúcar e cereais (arroz e milho). Há, ainda, a criação de bovinos e suínos. A região é, até hoje, relativamente isolada. Não está conectada com algum dos eixos viários importantes e conta com estradas precárias e infraestruturas deficientes.

3.4.2 A chegada da modernidade

A partir de 1960, devido à crescente pressão de sempre novos habitantes, a terra começou a ficar escassa, dando lugar a uma onda de migração rural-rural antes, e rural-urbana depois. Na mesma época, começaram a ser percebidos os primeiros impactos da modernização da agricultura. A criação do porco “componente responsável pela dinâmica econômica e organizativa dos sistemas de produção” (Schmidt *et. al.*, 2002, *op. cit.*, p. 83) foi, para realizar a integração agroindustrial, substituída pelo cultivo do fumo, produto de alto consumo de insumos modernos. Este produto tornou-se a principal fonte de renda da grande parte das famílias do município. Estava se realizando uma profunda transformação da sociedade, coerente com a ideologia desenvolvimentista descrita nos capítulos anteriores. Todo mundo podia, nessa perspectiva, virar consumidor e fazer parte de um estilo de vida “moderno”. Uma agricultora descreve a opção por plantar fumo da seguinte forma (Müller, 2001, *op. cit.*, p. 85):

Porque a gente pensou que iria ser melhor assim, porque a lavoura não estava dando nada... A gente não pode pensar que tem que trabalhar só para comer, precisa ter dinheiro e aquilo não dava [...] Precisava de dinheiro para a casa que era muito ruim, precisava construir outra... Depois a gente conseguiu construir, compramos uma moto, bem velha, depois deu para comprar uma melhor, a gente conseguiu um carro também...

As empresas que processavam o tabaco fizeram, naquela época, uma importante campanha de “convencimento” dos agricultores, para mudarem o seu cultivo tradicional para o cultivo de fumo. Um ex-instrutor de fumageira relata (*idem*, p. 88):

Na verdade, o produtor de fumo é bastante enganado. Eu fui orientador e nós éramos preparados para enganar o coitado... Nós tínhamos preparação lá, botava nós(*sic*) lá em sala fechada, eles mandavam os palestrantes e eles faziam a nossa cabeça, era só o fumo que era uma coisa boa! (...) O cara fazia nós sentar(*sic*) e dizia: ‘não, a melhor coisa do mundo é o fumo!’ E tu ficava convencido, saía lá de dentro daquela sala e não! Tem que fazer plantar fumo! Eu tu vinha com aquela missão assim, chegava e fazia o produtor plantar! Eu sempre gostava de outras atividades, mas enquanto eu estava lá dentro, de orientador, parecia que o fumo era o interesse principal!

A transição foi oportunamente financiada por órgãos governamentais, sendo o principal instrumento para isto, naquela época, o crédito de investimento e custeio agrícola subsidiado, institucionalizado pelo governo federal em 1965.

Os problemas ambientais e de saúde ligados ao cultivo convencional de fumo, mas também à suinocultura intensiva aumentaram na região durante os últimos anos. Na visão de um agricultor tradicional, com 75 anos na época da entrevista (*idem*, p. 77):

Não adianta, a gente tem que voltar no estilo antigo, porque se você continuá(*sic*) como tava indo(*sic*) de uns anos prá cá como essa gente, com esse veneno, acaba com a natureza das pessoa(*sic*)... Tudo vão morrê(*sic*), tudo novo! É, porque estraga a saúde! Por que que o fumo tá dando tanto câncer nas pessoas? É, porque antigamente o fumo, que era de corda, que os colono fazia(*sic*), eles fumava(*sic*) que tinha gente que ficava velhinho, velhinho e nunca dava problema. Mas hoje em dia quando eles vão semeá(*sic*) o fumo, isso eu tô cansado de vê, eles já botam veneno na terra pro mato não vim, né(*sic*)? Depois eles botam o outro veneno pro pulgão não mexê(*sic*). Aí, depois quando eles mudam ele(*sic*), vai outro tanto de veneno outra vez e assim de vez em quando eles pulveriza com veneno... E esses veneno(*sic*) tem gente que até fica caído na roça de fumo da coisa que dá neles, de forte que é! Então, você tá fumando este cigarro que é feito desses fumo, só tem que fazer mal pro pulmão, só tem que dar câncer no pulmão!

Também o manejo e a conservação inadequados do solo, sobretudo nos cultivos de fumo, da mandioca e da batata, levaram a um preocupante processo de erosão e o conseqüente assoreamento de rios e riachos. Ao mesmo tempo, a inadequada política de saneamento básico contribuiu para agravar as dificuldades ambientais. A região, ainda, lida com fortes problemas de infraestrutura. Na educação, há uma preocupante deficiência de qualidade no ensino básico, pois faltam capacitação e atualização dos professores, e os seus salários são muito baixos. Apesar da obrigatoriedade do ensino fundamental, nem todas as crianças vão para a escola. Isto é ainda mais evidente no ensino pré-escolar, onde menos de 20% das crianças são atendidas. Ademais, para os jovens e os anciãos faltam oportunidades de lazer e existem problemas de comunicação e informação, além de um serviço de energia elétrica deficiente.

3.4.3 Início e evolução da AGRECO

Foi nesse espaço que, em uma iniciativa para reavivar o contato entre os que foram para a “cidade” e os que ficaram no “campo”, organizou-se no município de Santa Rosa de Lima uma festa, a chamada *Gemüse Fest*⁴⁸. A festa foi oportunidade de encontro que deu início a uma série de reuniões, durante as quais se fortaleceram laços e se formaram parcerias, com a intuição de discutir alternativas para a dinamização sócio-econômica. Em 1996, um supermercadista lançou o desafio para um grupo de agricultores de produzir hortifrutigranjeiros de forma ecológica. É interessante o depoimento dado a este respeito a Cardoso (*apud* Vandresen, 2005, p. 55):

[A produção orgânica] seria uma forma de nós, com uma pequena propriedade, com um pequeno espaço, conseguirmos que a população, os filhos daqui, fiquem por aqui. [...] Eu disse [...] se conseguir organizar... O grande problema via ser nós retornarmos à cultura dos orgânicos que era a dos nossos pais. [...] Eles tinham uma alimentação, que eles produziam para eles, sem químicos, sem agrotóxicos, sem nada. [...] Daí foi onde começou. O Wilson [Schmidt, Presidente da Agreco] começou a organizar os produtores. Nós fizemos cursos com várias pessoas. Com alguns produtores, com alguns técnicos que tinham interesse e que acreditavam nisso. Lá em Florianópolis, a gente patrocinou esses cursos. Trouxe professores de fora, do Paraná, onde isso já estava mais evoluído. [...] Então [eu disse] o que vocês produzirem, eu dou jeito de vender. O grande problema é o agricultor produzir e não ter onde vender; ou colocar o produto na mão de atravessador. E vende o produto *in natura* e não com valor agregado. Então foi onde começou todo esse processo de agroindústrias [...] por causa das quebras, por causa da distância, etc. [...] Então, a base da Agreco foi essa aí. A base foi onde o produtor possa colocar seu produto num ponto de venda. E ele sozinho não consegue. Só em grupo. Dessa forma é que consegue, abrindo espaço para ele. [...] É um pensamento muito maior, porque nós temos aqui uma associação para desenvolver um plano regional já bem maior. Mas, tudo vinculado a esse processo de dar dignidade aos indivíduos que moram na região. De renda e dignidade de vida... E os talentos ficarem aqui. A base é isso.

Os agricultores aceitaram e começaram a se organizar. Fundamental neste processo foi, como mencionado anteriormente, o apoio do CEPAGRO, da UFSC, e também da EPAGRI. A ONG e as duas instituições levaram as suas importantes contribuições, frutos de

⁴⁸ Explica Müller (2001, op. cit., p. 126) que o ‘gemüse’ é um prato típico dos colonos alemães “preparado a partir de um cozido de batatas e repolho, podendo-se também acrescentar a carne de porco. Ao lado do pão de milho e da rosca de polvilho, são alimentos muito apreciados e que ainda fazem parte da rotina alimentar de grande parte dos moradores de Santa Rosa de Lima”.

experiências internacionais e baseadas em um aprofundado conhecimento teórico, para a realidade local dos agricultores familiares. Como descrito no capítulo anterior, esse tipo de síntese é considerado fundamental no âmbito da agroecologia. O apoio da EPAGRI, ainda, como Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, constitui um importante passo na direção de uma atitude diferente para com o desenvolvimento rural alternativo, dentro da administração do Estado⁴⁹.

Alguns meses mais tarde, o grupo se formalizou, criando a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) que, neste primeiro momento, reuniu 12 famílias de agricultores. Estas, além de definir princípios, técnicas e procedimentos agroecológicos, decidiram que a organização deveria se dar através de “núcleos de produção”, onde

os agricultores se organizam, com estrutura administrativa própria, em torno de atividades de produção, de transporte e de comercialização, nas modalidades de condomínios rurais, cooperativas, empresas comunitárias ou microempresas. [...] Assim organizados, os pequenos agricultores vão estabelecendo parcerias, expandindo-se, inovando seu trabalho, transformando sua vida e seus próprios hábitos (Schmidt *et al.*, 2003, *op. cit.*, p. 299).

As 12 famílias iniciais aumentaram para 20 em 1997, chegando a associação assim a cerca de 50 associados. Também se formaram outros núcleos, ampliando não somente a área geográfica atingida, mas também a variedade dos produtos oferecidos no mercado. Um grande impulso para a AGRECO foi a existência no Estado de diferentes redes de supermercados, que, atendendo a demanda de uma importante camada da sociedade para produtos orgânicos, viraram importantes canais de escoamento da produção. Isso foi compatível com a proposta da AGRECO de estender sua alternativa produtiva e de organização para o maior número de agricultores possível. Schmidt *et al.* (*idem*, p. 305) relatam desta forma o papel fundamental da associação, tal como definido pelos associados:

⁴⁹ Mais informações no site www.epagri.rct-sc.br.

melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício da sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo ecológico no meio rural.

Os associados, nesta altura, confirmaram o seu propósito e sua disposição para a inovação no sentido dos princípios e das práticas da agroecologia, além de resgatar antigas formas coloniais de cultivo com tradição ecológica. Ao mesmo tempo, porém, reconheceram sua dificuldade de mudar hábitos, mesmo no momento da tomada de consciência que são prejudiciais à sua saúde e ao meio ambiente. Diferentes agricultores relatam (Müller, 2001, *op. cit.*, p. 131) que o principal motivo de fazer parte da AGRECO foi, naquela época, a possibilidade de ganhos maiores. Outro motivo de grande importância era a possibilidade de conciliar os ganhos econômicos com as especificidades da pequena produção familiar, como alternativa de trabalhar a terra e ficar no lugar dos antepassados. Um ex-fumicultor, e o filho de ex-fumicultores, com 19 anos na data da entrevista, deixaram os seguintes depoimentos:

Havia muito tempo que eu estava só pensando se um dia pudesse largar dessa fumarada, entrar num outro serviço, menos o fumo, mas continuar trabalhando na terra! Mas nunca tinha assim um meio de ter os mercado garantido, né (*sic*). E esse negócio vendia isso ali, aí a gente plantou. Por causa disso... A gente, antes disso, não tinha outra opção melhor!

[...] na época eu era recém formado [técnico agrícola], desempregado e não tem muito que fazer, aí surgiu esta oportunidade... É um negócio, que olhando para o futuro, tem tudo para dar certo [...]. Eu recebi umas propostas de emprego, mas aí eu já tinha começado e não quis largar...

Um ano mais tarde, em 1998, a AGRECO já envolvia cerca de 50 famílias e contava com uns 200 associados. O sistema agroecológico de produção foi se consolidando, novamente com os impulsos fundamentais de CEPAGRO, EPAGRI e UFSC. Também profissionais do poder público municipal foram envolvidos e foi criada uma eficaz equipe técnica. Conforme os princípios da agroecologia, explicados no capítulo anterior, trabalhou-se

para o fortalecimento dos ecossistemas locais. Schmidt *et al.* (2002, *op. cit.*, p. 86) explicam que

em todos os grupos produtores de hortaliças, o sistema de rodízio, associado ao de diversificação de culturas e à produção de mudas centralizadas, se consolidou como forma de garantir o planejamento da produção e de diminuir a incidência de pragas e doenças. A diversidade de produtos continuou a se expandir, tanto pela inclusão de novos tipos de olerícolas, quanto pela produção de grãos. Tudo isso consorciado com a produção animal, gerando assim esterco para compostagem e produção de húmus.

Em 1999 houve uma expansão de associados e áreas geográficas consideráveis, graças ao Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, financiado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF, regulamentado pelo Decreto n. 3.991 de 30 de outubro de 2001, constituiu um passo importante do Governo Federal na direção de considerar o papel da pequena agricultura familiar. Como mencionado, a atitude tradicional do poder institucional está voltada para o grande agronegócio, que, segundo a abordagem dominante, garante as divisas através da exportação. O PRONAF, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, é fruto das reivindicações dos movimentos sociais e tem como objetivo gerar postos de trabalho e de renda⁵⁰.

A AGRECO, neste estágio, reuniu cerca de 500 associados ou 200 famílias de pequenos agricultores, atingindo agora, além dos municípios da Encosta da Serra Geral, também Gravatal, Grão Pará, São Martinho e Armazém. O Projeto se encaixou no programa PRONAF-AGROINDÚSTRIA, proposto pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e visava (*ibidem*, p. 87)

alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário, pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e de renda. Propunha-se que essas unidades, associativas e descentralizadas, fossem articuladas em rede, organizadas em torno de uma unidade central de apoio gerencial, de âmbito intermunicipal, administrada pelos próprios agricultores familiares, com a finalidade de prestar serviços de assistência técnica, *marketing*, e comercialização. E, ainda, assessorar o conglomerado no sentido de otimizar sua inserção no mercado, eliminando o

⁵⁰ Cf. www.pronaf.gov.br

que fosse possível de intermediação na aquisição de insumos e equipamentos para as unidades agroindustriais e, principalmente, na venda da produção aos consumidores finais.

No nível estadual, um importante estímulo do governo para a criação das pequenas agroindústrias familiares foi dado com a Lei Estadual nº 10.731, de março de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 3.526, de 15 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira (PROPAGRO)⁵¹. Um ano antes, em 1997, foi criada a Lei Estadual nº 10.610 do 1º de dezembro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.100, que trata da produção e da comercialização de produtos artesanais (pequena escala) comestíveis, de origem animal e vegetal. As duas leis, elaboradas a partir das pressões dos movimentos sociais, em especial do CEPAGRO, marcaram um significativo avanço em nível estadual, no sentido de contemplar a realidade dos pequenos produtores. Ressaltam, porém, Schmidt *et al.* (2002, *op. cit.*, p. 89), que, do ponto de vista jurídico, as exigências de comercialização da rede de agroindústrias se chocaram com a falta de uma definição clara da forma jurídica em que isto se poderia dar:

A ausência de uma figura jurídica que permita aos agricultores familiares a comercialização dos produtos que tenham sofrido algum tipo de transformação, sem que eles percam, em consequência, sua condição de agricultores, continua sendo um dos maiores entraves ao desenvolvimento de iniciativas de agregação de valor à produção familiar, sejam elas individuais ou mesmo associativas (*ibidem*).

Relatam os autores que o processo de implementação das pequenas agroindústrias foi longo e penoso. Uma grande dificuldade surgiu na hora em que o PRONAF passou para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com a conseqüente mudança da equipe original e, assim, perda de interlocutores em Brasília. A situação assim gerada constituiu uma forte crise para a AGRECO, agravada pela falência do principal canal de comercialização dos produtos, a Rede de Supermercados Santa Mônica em 2000. A difícil situação teve repercussões nas relações entre os agricultores, onde os associados mais antigos viam nos mais recentes uma

⁵¹ Disponível em www.agricultura.sc.gov.br.

ameaça aos seus ganhos econômicos, quando anteriormente a inclusão social sempre era vista como um pilar fundamental da AGRECO. Dois agricultores agroecológicos relatam (Müller, 2001, *op. cit.*, p. 135):

[...] a gente teve um baque muito grande com isso [a entrada de um grande número de famílias novas], porque a Agreco não estava preparada estruturalmente para isso, para entrar todos esses associados... Quem era sócio antigo, que estava produzindo bem, pagaram o eito, porque de repente chegou muito produto e não se tinha mercado.

[...] com as 30 famílias era bom! Nós plantava(*sic*) o que nós queria(*sic*) e vendia e hoje é muito controlado! Pra cada um que planta, falam o que pode plantar, se planta mais tem que deixar estragar, eles não levam... Naquele tempo se plantasse 100 mudas podia mandar tudo [...] Só que naquela época tinha poucos produzindo(*sic*), hoje tem muitos... Naquele tempo a gente vendia 100 kg de aipim, hoje vende 10 kg porque diminuiu, porque naquela época um só vendia bastante. Naquela dava um bom dinheiro [...] A gente fazia naquela época uns 300 reais por semana, até 1500 reais por mês, até mais!

Ao mesmo tempo, com o tamanho maior da associação, a comunicação que antes tinha quase base familiar e íntima, virava cada vez mais complicada, entre os agricultores e esses e os dirigentes. Müller (*idem*, p. 144), a esse respeito cita o seguinte depoimento de um dos agricultores da AGRECO:

Com o crescimento da Agreco, a comunicação ficou muito difícil. Muito mais difícil que era antes. É, daí, antes era só aqui nesta região de Santa Rosa que produzia. Hoje tem produtor no município de São Martinho, em Anitápolis... É, tudo é a mesma Agreco. [...] Daí isso para mim é ponto fraco que ta (*sic*) aí. Muito sócio, para o volume que ta (*sic*) sendo consumido hoje, é muito sócio. Mas não é que é um negócio ruim! Eu acho não um negócio ruim! Só que ele tem que ter mais comércio, mais... ela tem que ser mais... mais comunicação e mais... falta de organização, pra mim, ainda, não ta (*sic*) organizado como é para ser. A proposta, tudo é interessante e coisa (*sic*), só que... Eu acho que hoje tá (*sic*) faltando... Eles se expandiram muito na produção e eles não acompanharam, não... (*sic*) Assim, a comunicação não acompanhou como aumentou a produção, né (*sic*). Pois é, agora com um certo tempo, devagarinho (*sic*) eles foram... É, mas a gente tem que falar o que pensa! A gente que ta (*sic*) desde o começo, sabe que no começo era uma coisa e hoje é outra! Que no começo era fácil... [...] Todo mês onde fazia a reunião, daí fazia churrasquinho... É, fazia... Era tão pouquinha gente que fazia nas casas, fazia um churrasquinho e coisa. Todo mundo conversava junto, né (*sic*). Hoje em dia tem muito sócio da Agreco que eu nem conheço! [...]

Quando as primeiras agroindústrias começaram a funcionar, também surgiram novas dificuldades e desafios. Para Schmidt *et al.* (2002, *op. cit.*; 2003, *op. cit.*), foi fundamental,

neste contexto, a inclusão da região da AGRECO como um dos pólos do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção (DESENVOLVER), financiado pelo Programa *Tecnologias Adaptadas* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este programa possibilitava o acesso dos agricultores familiares a recursos humanos qualificados para assessoria e assistência técnica para a transformação e o beneficiamento de matérias primas, à administração, comercialização e *marketing*. Os autores reconhecem o importante papel desenvolvido pelas prefeituras municipais, pela EPAGRI e pela Superintendência de Santa Catarina do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na hora de garantir a contrapartida da região.

A criação e efetivação das agroindústrias de pequeno porte foram duplamente importantes na visão dos autores. Por um lado, não somente cumpriram com o fim de agregar valor aos produtos, mas também contradiziam o preconceito dominante de que o que vem da escala local corresponde à regressão. Por outro lado,

os agricultores foram percebendo que a formação de grupos constituía a melhor maneira de se tentar aprimorar a qualidade dos produtos agrícolas, de processá-los conforme as exigências do mercado e de tornar o seu trabalho melhor distribuído, menos penoso e mais produtivo (2002, *op. cit.*, p. 89).

Um produtor agroecológico entrevistado por Müller (2001, *op. cit.*, p. 158) declarou:

Trabalhar em grupo às vezes é difícil... Mas por outra parte é bom, né (*sic*). Bom, é difícil porque quando quer fazer uma coisa, avisa tal fulano, avisa o outro fulano, avisa sicrano, né (*sic*). Daí eles têm que se juntar de novo. Para essa parte aí, eu acho, é mais difícil, né (*sic*). E se um trabalha sozinho, ele pega e faz a coisa dele. E daqui a pouco é atendendo a todo mundo, daqui a pouco arranco um plástico da estufinha e todo mundo se ajuda! Ele não consegue sozinho. Precisa de uns 5, 6 homens [...] É difícil! Agora, parece que é difícil, mas é dever trabalhar em grupo! Porque uma pessoa sozinha já não arruma, né.

Por conseqüência, os produtos da AGRECO passaram a ser vendidos em mais de dez redes de supermercados, com lojas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Ao lado deste circuito comercial, os produtos são ainda vendidos a um grupo de consumidores através

da entrega semanal de cestas e utilizados para a merenda escolar nas redes municipal e estadual.

A experiência inovadora da AGRECO atraiu, com o passar do tempo, cada vez mais pessoas para a região, sejam estes técnicos ou agricultores interessados nos processos, ou consumidores interessados na produção dos seus alimentos. Desta forma, surgiu uma nova oportunidade de renda para a população dos municípios em questão: o turismo. O CEPAGRO, junto com o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), propôs o Projeto de Apoio ao Agroturismo, que começou também a contar com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (através do PRONAF) e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Novamente foram ativados os contatos internacionais, e o projeto ganhou a colaboração da associação francesa de agroturismo, *Accueil Paysan*. Surgiu, assim, a Associação Acolhida na Colônia, que envolve cerca de 50 famílias envolvidas com a produção agroecológica. O agroturismo tem algumas características especiais que fazem dele uma interessante alternativa de ganho para os pequenos produtores, assim listadas por Schmidt *et al.* (2002, *op. cit.*, p. 90): a acolhida deve complementar – e não substituir – as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade; a hospedagem deve se dar em habitações já existentes na propriedade e adaptadas para tal; deve haver disposição dos agricultores para trocar experiências de vida, para valorizar suas atividades agrícolas, para garantir a qualidade de seus produtos e serviços, para preservar o meio ambiente e para oferecer preços acessíveis. Ao mesmo tempo, a AGRECO participou de forma decisiva do processo de incentivo para a criação de uma cooperativa de crédito rural, e depois da sua consolidação.

Graças à ampliação espacial e numérica da AGRECO ao longo dos anos, surgiu o Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral. O Fórum é uma associação que busca atuar no âmbito das administrações municipais para enfrentar problemas comuns, tais como saúde, educação, infraestrutura (estradas, telefonia, energia

elétrica, gestão do lixo), desertificação populacional, alternativas econômicas, etc. Desde o seu nascimento em 1999, ela aumentou os seus associados até chegar em quatorze municípios.

Na mesma época, a AGRECO procura, junto com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE-SC), a implementação de um projeto piloto de desenvolvimento local sustentável: o projeto *Vida Rural Sustentável*. A proposta decorre das características específicas da região AGRECO: “o entusiasmo dos agricultores para mudanças e modelos alternativos, a sensibilidade e o apoio das lideranças comunitárias ao projeto, o enfoque ‘comunitário e não somente individual’ e a proximidade de mercados” (*idem* p. 91). Os principais objetivos do projeto eram

a viabilização técnico-econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares, a partir desta região-piloto; a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e a sua permanência no meio rural; e a produção e a oferta de produtos saudáveis aos consumidores (*ibidem*).

3.4.4 Limitações e oportunidades diante do real concreto

Como consta do Informativo AGRECO de 2001 (*apud idem*, p. 92), as principais fragilidades encontrados nas unidades são as seguintes: problemas internos de organização, como indefinição de papéis e responsabilidades na diretoria e na gerência da agroindústria; divergência entre sócios; falta de recursos; poucos sócios ou afastamento de sócios; venda de produtos ‘por fora’ da Associação; insuficiência da matéria prima e divergências na relação com parceiros. Em uma análise dos primeiros anos da sua existência, de todas as formas, a AGRECO conseguiu alguns resultados importantes. Assim, no município de Santa Rosa de Lima, município com cerca de 2000 habitantes, sessenta e cinco famílias participam da Rede AGRECO e foram gerados trezentos empregos. Isto constitui um sucesso enorme em termos de manutenção da população no seu meio. Em geral, depois de três anos da fundação da

AGRECO, 106 famílias foram envolvidas e cerca de 500 novos postos de trabalho foram criados. Para Schmidt *et. al.* (2002, *op. cit.*, p. 94), porém,

o seu principal mérito, até agora, foi a mudança na forma pela qual uma parcela das lideranças e dos habitantes locais percebe a região. De um certo conformismo e acomodação às tendências de estagnação e esvaziamento, passou-se, no mínimo, a uma abertura e novos desafios.

O que diferencia a AGRECO, segundo os autores (*idem*, p. 95), está

na presença (desde o início e constante) de lideranças locais que souberam fazer, por um lado, o trabalho de animação e, por outro, mobilizar e concatenar os diversos atores presentes (ou interessados em ingressar, quando o ‘caso’ é tido como sucesso).

De fato, se comparada com outras experiências, onde o poder público constitui o ator principal, Schmidt *et al.* (2003, *op. cit.*, p. 306) opinam que o que contou, neste caso, foi a existência de uma organização da sociedade civil que conferiu mais agilidade e dinamicidade ao processo. Ao mesmo tempo, para os autores é fundamental a base territorial, definida por traços históricos, culturais, econômicos e naturais específicos e que trabalha com um forte sentido de identidade e pertencer dos habitantes. Esta experiência se deu e se dá, portanto, a partir das potencialidades e riquezas presentes no local. Isto, para cada projeto de desenvolvimento local, é fundamental na visão de Schmidt *et. al.* (2003, *op. cit.*, p. 291). Para eles, todo processo deve contar com a mobilização da população local, para ter a sustentabilidade política, social e ambiental. Somente desta forma os recursos locais serão valorizados, será fomentada a auto-estima e o aumento da produtividade. A ação social coletiva, neste âmbito, tem uma importância fundamental. Segundo Mussoi com apoio em Costabeber (2002, *op. cit.*, p. 55),

A ação coletiva, entendida como um processo de adesão de atores sociais a projetos coletivos baseados em seus interesses, expectativas, crenças e valores compartilhados, deixa de ser simples consequência (como era entendida no modelo convencional de desenvolvimento) para se tornar motor do novo processo.

É imprescindível que o processo de desenvolvimento local trabalhe com o potencial presente em um determinado território. Este potencial é formado pelas riquezas ali existentes,

em termos humanos (competências e capacidades específicas de produção etc.), culturais (história, arquitetura, folclore, linguagem etc.), naturais (recursos ambientais, clima etc.) ou materiais (recursos tecnológicos e financeiros, atividades econômicas, etc.).

É interessante constatar a partir da análise da evolução da AGRECO, que ela interage de forma constante e eficiente com o poder público, mas esta interação parte da sua iniciativa, ou seja, de baixo para cima. Com as palavras de Franco Werlang, Vice-Presidente da Fundação Gaia de Porto Alegre⁵² entrevistado pela autora, “coisa boa vem de baixo para cima”. É desta forma que o processo é autêntico, quando é “sentido” pela população local. A interação e troca, como visto anteriormente, é de importância fundamental, mas os “animadores” do processo devem sempre ter consciente que eles constituem tão somente catalizadores que influenciam o movimento. Schmidt *et. al.* (2003, *op. cit.*, p. 291) alertam que nos casos onde lideranças municipais ou regionais querem impor o seu ritmo (ditado pela duração de mandatos políticos ou por exigências de financiadores de projetos), de forma unilateral, os resultados geralmente são distorcidos e não perduram no tempo. O poder público, contudo, é considerado importante para a organização e a supervisão dos esforços.

O exemplo da AGRECO mostra como uma iniciativa de agroecologia pode funcionar na prática. Fica claro que o processo não é simples, nem rápido. As vantagens vislumbradas pelos agricultores, porém, fazem com que eles continuem acreditando no seu sucesso, apesar dos obstáculos e desafios encontrados.

Ressalta Búrigo na entrevista concedida à autora, que o convencimento e a adesão à causa agroecológica dos agricultores é um fator crucial na sua difusão. Embora atualmente as circunstâncias institucionais sejam relativamente mais favoráveis para o cultivo agroecológico (existem programas específicos e linhas de crédito do Governo Federal, por exemplo), é importante considerar que muitos agricultores se encontram em um movimento de intensificação individualista, e defendem o cultivo convencional. Isso, segundo o

⁵² A Fundação Gaia (www.fgaia.org.br) foi fundada em 1987 por José Lutzenberger, para ampliar a sua luta para o meio ambiente. Hoje ela atua em diferentes níveis para a construção de uma ética holística.

entrevistado, está relacionado com certo comodismo, pois quem trabalha para as grandes empresas multinacionais opera com o pacote “tudo pronto”. A agroecologia, pelo contrário, na maioria das vezes, requer um envolvimento maior, um período relativamente longo de experimentação, até trazer os lucros esperados. Ao mesmo tempo, embora o discurso oficial esteja mudando para a implementação de um modelo de agricultura sustentável, Búrigo afirma que a extensão rural continua em grande medida convencional, e a maioria dos financiamentos ainda é voltada para o grande agronegócio. O mesmo se dá com o marco jurídico, pois a maioria das leis continua dentro da ótica desenvolvimentista hegemônica.

Exemplo disto é o caso das cooperativas, muitas vezes a forma considerada mais adequada para a organização dos pequenos agricultores familiares. Atualmente, as cooperativas são reguladas pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Explica Búrigo que a lei prevê uma estrutura única de representação, elaborada durante a ditadura militar para promover a pacificação. Ela institui a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), à qual todas as cooperativas deveriam se afiliar. Isto está em conflito com a Constituição de 1988, que no seu artigo 8º prevê a livre associação, e existe atualmente um grande número de cooperativas que não está disposto a se submeter ao regime previsto pela lei. Búrigo relata, ainda, que a OCB está ligada ao modelo tradicional e às grandes cooperativas vinculadas ao agrobusiness, e envolve fortes interesses financeiros e de poder. Recentemente, as chamadas cooperativas “populares” rurais estão tentando se organizar, procurando exercer pressão contra os interesses agora mencionados, tentando impulsionar a elaboração de uma nova lei. De fato, outro grande obstáculo da OCB é que ela contempla tão somente cooperativas que tenham no mínimo 20 afiliados. Para muitos agricultores familiares, isto é um número muito alto, eles preferem, então, operar num regime de associação. Isto comporta, muitas vezes, um prejuízo, pois a associação não é apta para operar no mundo econômico.

Voltando à questão do desenvolvimento rural, como indicado anteriormente, o espaço local é estratégico na implementação de uma forma de vida alternativa ao modelo

hegemônico. Schmidt *et al.* (2003, *op. cit.*, p. 288) alertam que no contexto da globalização “para o local, sua gente e seus gestores, sobravam os problemas ou os efeitos colaterais dos ‘remédios cura-tudo’ que eram as políticas ‘de cima para baixo’”. O local é o espaço concreto onde as pessoas lidam com os desafios postos pelas dinâmicas mundiais. Constitui, por isto, também o espaço onde podem brotar e evoluir iniciativas que enfrentam ditos desafios a partir das características específicas do lugar. Frisou-se várias vezes a impossibilidade de estender uma abordagem específica que deu certo em um dado lugar para a generalidade. Existe, porém, a possibilidade de interagir e de trocar informações e experiências em uma dinâmica de aprendizado recíproco.

Concluindo, julga-se necessário apontar muito brevemente para mais um fator, fundamental, mas muitas vezes esquecido na hora de fazer análises e pesquisas, que é o fator humano. De fato, todos os processos são feitos por seres humanos, com todas as conseqüências que isto implica. Muitas vezes os seus sucessos são ofuscados por ambições e jogos de poder, cobiça ou animosidades. Diferentes autores começaram a abordar esta questão específica, pois está cada vez mais evidente a sua importância na construção de uma forma de vida alternativa à atualmente hegemônica. Esta perspectiva considera que todo processo ecológico deve incluir uma ecologia individual. Guattari (1993), por exemplo, propõe uma abordagem de três ecologias: da subjetividade humana, das relações sociais e do meio ambiente, oportunamente articuladas por uma abordagem ético-política - a *ecosofia*. Para este autor, através da reconversão dos alcances do estudo da psique humana, junto com a inspiração das artes, a ecologia mental deve levar a uma crescente diversificação dos indivíduos que, mais criativos e livres, começarão a integrar de modo responsável e ativo a sociedade. A ecologia social aproveita dos resultados da ecologia mental para constituir “grupos-sujeito”, que através de uma síntese entre o apreendido e os elementos criativos próprios serão capazes de, entre outras coisas, abater o “discurso sedativo” da mídia, e assim contrastar a infiltração dos valores do que ele chama de Capitalismo Mundial Integrado, na

sociedade e no inconsciente. A ecologia ambiental, por sua vez, partindo da asserção de que a intervenção do homem na natureza tem impacto cada vez mais negativo, se preocupa em formar uma consciência ética forte em vista das possíveis conseqüências. Na visão do autor, tudo isto deve levar à difusão de novos sistemas de valores, onde é premiada a iniciativa consciente e criativa, e onde os avanços da tecnologia e da ciência podem ser utilizados para finalidades realmente enriquecedoras para a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre os países do Norte e do Sul, apesar do discurso humanitário e de solidariedade, continuam fortemente assimétricas no atual contexto internacional. Como antes, a maioria dos países do Terceiro Mundo encontra-se em uma posição intermediária entre afirmar as próprias identidades, e seguir a corrida do capitalismo internacional, inventado e controlado pelas forças economicamente avançadas.

O desenvolvimento, que desde o seu começo pregou o fim da pobreza no mundo, está em descrédito. De fato, após seis décadas de políticas em prol do desenvolvimento, encontramos-nos em um cenário desolado. Mundialmente, a destruição da natureza está tomando dimensões ameaçadoras para a própria continuação da vida no planeta. Ao mesmo tempo, a miséria física e psíquica do ser humano aumenta, gerando um *mal de vivre* mundialmente difuso. Defende-se neste trabalho que a contribuição das políticas de desenvolvimento para o atual estado das coisas foi determinante. Com grande impacto, elas difundiram pelo planeta a visão ocidental do mundo, agressiva, e baseada na exploração entre os seres humanos e a natureza, em prol do lucro imediato. É importante ressaltar que a cultura ocidental não é pior que outras culturas existentes no mundo. O problema foi, e é, a sua pretensão de superioridade para com as outras, oportunamente apoiada pela razão da ciência. O resultado é que vivemos atualmente em um clima de “monocultura da mente”, ou seja, o planeta todo é regido por um único modelo de interpretação da realidade. Como nos ecossistemas, onde áreas cultivadas em monocultura são extremamente precárias e suscetíveis a qualquer perturbação do equilíbrio, que pode resultar na implosão do sistema, a monocultura da mente é perigosa para a sobrevivência do ser humano. Analisado objetivamente, o atual estado das coisas não deixa dúvidas quanto a isso: frente aos graves problemas ambientais e sociais, cujo perigo hoje é amplamente reconhecido, as soluções propostas dentro da visão do mundo predominante são claramente insuficientes. O sistema internacional criado no cenário

de fim da Segunda Guerra Mundial é tão forte, que todas as medidas por ele proposto necessariamente contemplam antes de tudo a sua própria continuação, e, se possível, o seu aumento de poder.

Considera-se imperativa, portanto, uma aproximação crítica à verdade hegemônica, tendo em mente as importantes mudanças que o planeta Terra está atualmente enfrentando. Os ensinamentos da física quântica, entre outros, colocam definitivamente em questão o atual modo de interpretação da realidade. Cada pretensão de verdade absoluta e superior às outras, nesta perspectiva, deve necessariamente ser questionada, lembrando que no atual mundo complexo a incerteza é a premissa de fundo. Para uma reconversão do que parece uma corrida generalizada rumo ao abismo, coloca-se como necessária a interação e troca entre tudo o que o ser humano alcançou durante a sua milenar história. De fato, uma síntese entre tradições holísticas, que consideram e honram a ligação entre todas as coisas, entendendo que o ser humano é composto pelos mesmos elementos da natureza que o cerca e está intimamente ligado a ela, e os avanços científicos que produziram as mais novas tecnologias para apoiar e confortar a humanidade, no respeito do meio ambiente, poderia levar a experiências até hoje dificilmente imagináveis.

É neste sentido que opera a agroecologia. Esta abordagem é parte de uma visão de mundo diferente. Ela procura não somente considerar as inter-relações dos vários fatores que moldam um determinado contexto, mas também tem entre suas premissas de fundo a asserção da relatividade. Contrariamente às estratégias desenvolvimentistas hegemônicas, que procuram aplicar o seu modelo sem discernimento a todos as realidades do mundo, a agroecologia busca a interação ativa com a realidade particular, dando grande valor às especificidades do lugar. Isto implica não somente a valorização das espécies nativas do local, mas também das culturas e sistemas de conhecimento particulares que nele se inserem. A agroecologia é, portanto, uma proposta clara e concreta contra a monocultura – do campo e da mente. Fundamental, a este fim, é a atuação das ONGs. Muitas destas organizações enfrentam

sérios problemas, de orçamento, de dependência, ideológicos ou atritos internos. Mas os seus resultados no contexto da agroecologia (como também em outros) tem sido de enorme importância. Frisou-se que a riqueza é buscada através da interação entre diferentes sistemas de conhecimento. As ONGs, em muitos casos, conseguem fazer uma ponte entre os pequenos agricultores e os pesquisadores, professores e outros profissionais. Um exemplo neste sentido é constituído pelo CEPAGRO em Santa Catarina, que, através da síntese descrita há pouco, teve avanços importantíssimos na realidade rural daquele Estado. Ao mesmo tempo, o CEPAGRO é uma das infinitas ONGs espalhadas pelo mundo que estão interagindo em rede, procurando a construção de um mundo diferente. A globalização, nesta perspectiva, constitui uma oportunidade inédita: as novas e moderníssimas tecnologias de comunicação permitem a transferência de informações em tempo real, possibilitando a troca de experiências e o afinamento de ações no nível global.

A intuição é de ligar o local com o global. O local constitui a esfera privilegiada para toda ação de mudança social, também através da agroecologia, pois é nesta esfera que a vida concreta das pessoas acontece, e que é realmente possível intervir. Concomitantemente, predomina, nesta abordagem, a consciência de que todos os povos da terra estão ligados entre si, que agora os movimentos são necessariamente globais, que todos estão no mesmo barco. A comunicação e a troca no âmbito global permitem, então, uma fertilização recíproca dos dois espaços, local e planetário, em uma espécie de movimento “de baixo para cima” global.

As evidências, de todas as formas, apontam atualmente para outra realidade. O poder institucional, tanto nacional como internacional, apesar de ações pontuais e algumas pessoas muito engajadas, de modo geral não apóia com grande convicção o novo que está nascendo, pois importantes sessões estão presas ao poder e ao dinheiro ligado com o modelo hegemônico. Isso comporta problemas de ordem prática. No âmbito jurídico, por exemplo, a falta de um marco que discipline de forma abrangente as mais jovens expressões da sociedade civil, impede muitas vezes a sua atuação com sucesso no plano concreto.

Além disso, a mídia contribui de forma significativa para a consolidação da crença mundial de que as coisas só estão piorando, que a crise ambiental não tem saída, e que a violência social não pára de aumentar. Os infinitos escândalos de corrupção completam o quadro desolado. Considerada a abordagem da profecia que se auto-realiza, esta crença pode ter efeitos muito piores do que é cotidianamente relatado. Um número cada vez mais significativo de pessoas, porém, começa a perceber que esta é tão somente uma parte da realidade. Os processos reportados, de fato, poderiam também ser vistos como parte de um movimento maior, onde, aos poucos, o que há de mais difícil está chegando à superfície, para que a humanidade possa reagir. Na realidade, a partir desta oportunidade, que é o outro sentido de “crise”, existem muitos esforços concretos de mudança e um número imenso de pessoas dedicadas a trabalhar em uma direção diferente, muitas vezes com resultados surpreendentes. Falando mais especificamente da agroecologia, vários estudos mostram o seu sucesso no propósito de proporcionar aos pequenos agricultores melhoramentos consideráveis de qualidade de vida. Um exemplo é constituído pela experiência da AGRECO em Santa Catarina. É inegável que esta associação enfrenta múltiplos problemas. Por outro lado, porém, ela contribui para a fixação da população no lugar, e para uma maior conscientização social e ambiental da mesma.

É importante ressaltar que qualidade de vida, nesta perspectiva, não é sinônimo de nível de consumo. De fato, os aspectos econômicos e de valor de mercado deveriam ser integrados dentro de vários outros aspectos da sociedade para a felicidade do ser humano, em vez de constituir o fim último da existência.

Em última análise, considera-se que seria fundamental que todo projeto de agroecologia, e de mudança social em geral, seja acompanhado por uma ação concreta também sobre e com o ser humano. Em muitos casos, de fato, as aspirações pessoais de poder, ou animosidades etc., comprometem o processo social. Uma ação educativa, que envolva os facilitadores do processo tanto quanto a população local, poderia, de fato, levar em muitos

casos a resultados mais satisfatórios. Novamente, não se trata de um modelo de educação elaborado em distantes centros de pesquisa, mas de uma abordagem que se insere no contexto específico. É importante estimular a criatividade intrínseca em cada ser humano, para que possa, com a sua expressão singular, contribuir da melhor forma possível com a realidade que o cerca. Realização e satisfação pessoal de cada um deveriam constituir prioridades no processo. Assim, seria importante que a atuação social de baixo para cima esteja acompanhada por um movimento individual de dentro para fora de cada ser humano.

REFERÊNCIAS

ABDENOUR, Roberto; SARDENBERG, Ronaldo. Notas sobre as relações Norte-Sul e o Relatório Brandt. In: *Leituras de política internacional*. Brasília: UnB, 1982

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec Anpocs Editora da Unicamp, 1992.

ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. Who gives Foreign Aid to Whom and Why? *Journal of Economic Growth*, v. 5, n. 1, 2000.

ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura: Tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: _____; NAVARRO, Zander (Org.). *Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia. Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável*. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.

_____; MASERA, Osmar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Organizadores). *Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____; NICHOLLS, Clara. *Agroecology and the Search for a Truly Sustainable Agriculture*. México, D. F.: United Nations Environment Program, 2005. Disponível em www.agroeco.org. Acesso em 21.02.2007.

_____; _____. *Ecological Impacts of Modern Agriculture in the United States and Latin America*. s/d. Disponível em www.agroeco.org. Acesso em 21.02.2007.

_____; ROSSET, Peter. Ten Reasons why Biotechnology will not Ensure Food Security, Protect the Environment and Reduce Poverty in the Developing World. *AgBioForum*, v. 2, n. 3&4, 1999. p. 155-162. Disponível em www.agroeco.org. Acesso em 21.02.2007.

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ARRIEN, Angeles. *O caminho quádruplo: trilhando os caminhos do guerreiro, do mestre, do curador e do visionário*. 2. ed. São Paulo: Ágora, 1997.

ATKINSON, Anthony. *New Sources of Development Finance*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BACHELARD, Gaston. Epistemologia não-cartesiana. In: _____. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1986.

BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio (Org). *Direito Ambiental e Desenvolvimento*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BARRAL, Welber. Direito e Desenvolvimento: um modelo de análise. In: _____ (Org.). *Direito e Desenvolvimento: Análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Singular, 2005.

_____. A Influência do Comércio Internacional no Processo de Desenvolvimento. In: _____; PIMENTEL, Luiz Otávio (Org.). *Comércio Internacional e Desenvolvimento*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BATESON, Gregory. *Vers une écologie de l'Esprit (Tome II)*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

BESLEY, Tim; CORD Louise (ed). *Delivering on the Promise of Pro-Poor Growth: Insights and Lessons from Country Experiences*. Washington D.C. : The World Bank ; New York : Palgrave Macmillan 2007. Disponível em www.web.worldbank.org. Acesso em 20.04.2007.

BOEIRA, Sérgio Luiz. *Seleção e Comentários de Textos da Obra de Edgar Morin*. Disponibilizado por Rogério Portanova na Disciplina de Mestrado “Direito Ambiental e Crise Civilizatória”, CPGD-UFSC, setembro de 2005.

BONAGLIA, Federico; DE LUCA, Vincenzo. *La cooperazione internazionale allo sviluppo*. Nord e sud del mondo: insieme per ridurre la povertà e garantire i diritti umani. Bologna: il Mulino, 2006.

BOTTINO BONONI, Alexandre. Políticas Agrícolas: Principais Instrumentos Governamentais para Fomento das Atividades Agrícolas (A Intervenção do Estado na Agricultura). In: BATISTA DOS SANTOS, Márcia Walquíria; LOPES QUEIROZ, Marcos (Coord.). *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

BULCÃO, Manuel. *Ética, Natureza e Mercado*. s/d, disponibilizado por Rogério Portanova na Disciplina de Mestrado “Direito Ambiental e Crise Civilizatória”, CPGD-UFSC, setembro de 2005.

BUNGE, Mário. *La ciencia: su metodo y su filosofia*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1974.

CABRAL, Luiz Otávio. *Espaço e Ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à Agricultura Familiar*. 2004. 267f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CAPORAL, Francisco R. *Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil*. s/d. Disponível em: <http://www.agirazul.com.br/artigos/caporal1.htm>. Acesso em 21.03.2007.

_____ ; COSTABEBER, José A. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural*. Porto Alegre: Emater-RS, 2001.

CARDOSO, Idefonso. *Agroecologia e produção do espaço: a experiência dos agricultores da Agreco*. 2005. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CAPRA, Fritjof. *Conexões Ocultas*. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____ ; SPRETNAK, Charlene. *Política Verde, a Promessa Global*. 1994, mimeo, disponibilizado por Rogério Portanova na Disciplina de Mestrado “Direito Ambiental e Crise Civilizatória”, CPGD-UFSC, setembro de 2005. .

CARREAU, Dominique; JUILLARD, Patrick. *Droit International Économique*. 4. éd. Paris: L.G.D.J., 1998.

CEAG/SC. Centro de Assistência Gerencial. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis, SC: CEAG/SC, 1980.

CLUB OF ROME. *The Limits to Growth* (Short Version). PESTEL, Eduard. The Club of Rome, 1972. Disponível em <http://www.clubofrome.org/docs/limits.rtf>. Acesso em 12.12.2007.

COMBA, Andrea. *Il neo liberalismo internazionale: Strutture giuridiche a dimensione mondiale dagli Accordi di Bretton Woods all'Organizzazione Mondiale del Commercio*. Milano: Giuffré Editore, 1995.

DAL RI, Arno Jr. *História do direito internacional: Comércio e Moeda, Cidadania e Nacionalidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

DELÉAGE, Jean-Paul. *Histoire de l'écologie: une science de l'homme et de la nature*. Paris: La Découverte, 1992.

DUMONT, René. *Le mal-développement en Amérique latine*. Paris : Éditions du Seuil, 1981.

DUTRA SILVA, Lígia. A biotecnologia agrícola e o discurso da superação da pobreza. In: MORATO LEITE, José Rubens; ÁVILA FAGÚNDEZ, Paulo Roney (Org.). *Biossegurança e novas tecnologias na sociedade de risco: aspectos jurídicos, técnicos e sociais*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: Origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang (ed.). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London-New York: Zed Books, 1992; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRIEDMAN, Milton. *Kapitalismus und Freiheit*. 4. Aufl. München: Piper, 2004.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAWAIN, Shakti; KING, Laurel. *Living in the Light: A Guide to Personal and Planetary Transformation*. San Rafael: Whatever Publishing, 1986.

GÉLINAS, Jacques B., *Et si le Tiers Monde s'autofinçait: De l'endettement à l'épargne*. Montréal: Les Éditions Écosociété, 1994.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GOLDSMITH, Edward. *O Comércio Global e o Ambiente*. In: MANDER, Jerry; _____ . *Economia Global Economia Local: a controvérsia*. Instituto Piaget, Lisboa: 1996.

_____. *O Desafio Ecológico*. Instituto Piaget, Lisboa: s/d.

GUATTARI, Félix. *As três Ecologias*. Campinas: Papyrus, 1993.

GRAZIANO, Francisco Neto. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HJERTHOLM, Peter; WHITE, Howard. *Survey of Foreign Aid: History, Trends and Allocation*. Discussion papers n. 00-04. Copenhagen : University of Copenhagen, 2000.

IMHOFF, Daniel. *Agricultura apoiada pela comunidade: Uma exploração agrícola conscienciosa*. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. *Economia Global Economia Local: a controvérsia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ILLICH, Ivan. Needs. In: SACHS, Wolfgang (ed.). *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*. London-New York: Zed Books, 1992; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.

ISERNIA, Pierangelo. *La cooperazione allo sviluppo*. Bologna: Il Mulino, 1995.

JAPIASSU, Hilton. *A crise da razão e do saber objetivo: as ondas do irracional*. São Paulo: Letras & Letras, 1996.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1985.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

LANZA, Alessandro. *Lo sviluppo sostenibile*. Bologna: Il Mulino, 2002.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar., 2002. p. 26-51.

LINS, Hoyêdo Nunes et. al. Turismo em Santa Catarina: Caracterização e Problemática. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.), *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED, 2002.

LISBOA, Armando de Melo. *Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida*. s/d. Disponível em www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=228 -. Acesso em 10.10.2006.

_____. *Economia Solidária: Similia, similibus curentur*. s/d. Disponível em <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/lisboa1.htm>. Acesso em 18.12.2006.

LOVELOCK, James. *Gaia: A New Look at Life on Earth*. Oxford: Oxford Paperbacks, 2000.

LUMSDAINE, David H. *Moral Vision in International Politics: The Foreign Aid Regime, 1949-1989*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

LUTZENBERGER, José. *Manual de Ecologia: do jardim ao poder*. vol. I. Porto Alegre: L&PM, 2006.

LUZZI, Nilsa. *A associação dos agricultores das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica*. 2001. 261 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MELLO, Martin de; SCHMIDT, Wilson. A agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense: possibilidades para a construção de modelos heterogêneos. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

MARTINEZ ALIER, Joan. *Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: Editora da Furb, 1998.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: UnB, 1981.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia. 2. ed. rev. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva, 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MÜLLER, Joviana M. *Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições: o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima\SC*. 2001. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MUSSOI, Eros Marion. Agricultura familiar: reflexão a partir de novas perspectivas. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED, 2002.

_____. *Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil*. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.

OCDE/DAC. *Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Cooperation*. Paris: OCDE, 1996.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

_____. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: UFSC, 1990.

PEARSON, Lester. *Partners in Development: Report of the Commission on International Development*. Washington D.C.: Praeger/The World Bank, 1970.

PINHEIRO, Sergio et. al. Sustainable Rural Life and Agro-Ecology in Santa Catarina State, Brazil. In: SCIALABBA, N; HATTAN, C. *Organic Agriculture, Environment and Food Security*. Rome: FAO, 2002.

PORTANOVA, Rogério. Direitos humanos em perspectiva. *Revista Sequência*, Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. XXVI, n. 53, p. 129-145, dez. 2006.

_____. Palestra de abertura do XII encontro do Instituto por um Planeta Verde. São Paulo, 31/05/2007.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKI, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PRIMAVESI, Ana. O combate à pobreza é básico e depende da recuperação ambiental e da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.4, out./dez., 2002. p. 5-9.

RAHNEMA, Majid. *Quando la povertà diventa miseria*. Torino: Einaudi, 2005.

ROCADE – THE NETWORK OF GROWTH OBJECTORS FOR THE POST-DEVELOPMENT. *Manifesto per una Rete sul Dopo-Sviluppo*. s/d. Disponível em www.apres-developpement.org. Acesso em 09.03.2007.

RUIZ, Miguel. *Os quatro compromissos: o Livro da Filosofia Tolteca*. 7. ed. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Wolfgang (a). Introduction. In: _____ (ed.). *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*. London-New York: Zed Books, 1992; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.

_____(b). Environment. In: SACHS, Wolfgang (ed.). *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*. London-New York: Zed Books, 1992; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.

_____. Neodesenvolvimento: “Gestão Ecológica Global”. In: MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward. *Economia Global Economia Local: a controvérsia*. Instituto Piaget, Lisboa: 1996.

_____ (c). One World. In: _____ (ed.). *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*. London-New York: Zed Books, 1992; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.

SADHU, Mouni. *Concentration: A Guide to Mental Mastery*. New York: Harper, 1959.

SANTIN, Janaína Rigo. *Globalização, direitos sociais e poder local*. 2000. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SANTIN, Laci. *O papel dos sistemas locais de conhecimento agroecológico no desenvolvimento territorial sustentável: Estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina*. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Programa de pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzindo para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Teoria e debate*. Entrevista concedida a José Maria Cançado, Juarez Guimarães, Leonardo Avritzer e Patrus Ananias. s/d. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_td.html. Acesso em 13.09.2005.

SCHMIDT, D.B. Vanice. Agroindústrias em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

SCHMIDT, Wilson; SCHMIDT, Wilson; TURNES, Valério. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um “território” nas encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

_____ et. al. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.), *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED, 2002.

SCHUMACHER, E. F. *Small is Beautiful: Economics as if People Mattered*. London: Blond and Briggs, 1973.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Sociologia política*. São Paulo: Difel, 1979.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *L'économie est une science morale*. Paris: La Découverte, 2003.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecologia y desarrollo rural sustentable : una propuesta desde Latino América*. s/d. Disponível em www.emater.tche.br. Acesso em 14.02.2007.

_____. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Organizadores). *Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____ et ali. *Entre la agroecologia, como un movimiento social, y la agricultura orgánica como un negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores*. s/d. Disponível em www.emater.tche.br. Acesso em 14.02.2007.

SHIVA, Vandana. *Il bene comune della terra*. Milano: Feltrinelli, 2006.

_____. *Monoculture della mente: Biodiversità, biotecnologia e agricoltura "scientifica"*. Torino: Bollati Boringheri, 1995.

_____. Resources. In: SACHS, Wolfgang (ed.). *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*. London-New York: Zed Books, 1992; Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993.

SOFFIATI, Arthur. *Da natureza como positividade à natureza como representação?* Junho de 2000, disponibilizado por Rogério Portanova na Disciplina de Mestrado "Direito Ambiental e Crise Civilizatória", CPGD-UFSC, setembro de 2005.

SOUZA SILVA, Karine de. *Globalização e exclusão social*. Curitiba: Juruá, 2000.

STEINER, Rudolf. *Wie erlangt man Erkenntnisse der höheren Welten?* 24. Aufl. Dornach: Rudolf Steiner Verlag, 1993.

STIGLITZ, Joseph E. *Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies, and Processes*. Prebisch Lecture at UNCTAD, Geneva, 1998.

TARP, Finn (ed.). *Foreign Aid and Development: Lessons learned and directions for the future*. London: Routledge, 2000.

TELO, Antônio José. *Do Tratado de Tordesilhas à guerra fria. Reflexões sobre o sistema mundial*. Blumenau: Editora da FURB, 1996.

TOMMASOLI, Massimo. *Lo sviluppo partecipativo: Analisi sociale e logiche di pianificazione*. Roma: Carocci, 2001.

UNITED NATIONS. *Millenium Declaration*. Disponível em <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>. Acesso em 28.11.2006.

_____. *The UN Millenium Development Goals*. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/>. Acesso em 28.11.2006.

VIEIRA, Paulo Freire. CUNHA, Idaulo José. Posfácio – Repensando o desenvolvimento catarinense. In: _____ (Org.). *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED, 2002.

WALLACH, Lori; SFORZA Michelle. *WTO – Tutto quello che non vi hanno mai detto sul commercio globale*. Milano: Giangiaco Feltrinelli Editore, 2000.

WILKINSON, John. Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. *Políticas agrícolas, México*, v.2, n.1, 1996. p. 101-135.

WINTERS, L. Alan. Trade Policies for Poverty Alleviation. In: HOECKMAN, Bernard; MATTOO, Aaditya; English (Editors). *Development, Trade, and the WTO. A Handbook*. Washington, D. C.: The World Bank, 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos. *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2001.

WORLD BANK. *Assessing Aid: What Works, What Doesn't and Why*. New York: Oxford University Press, 1998. Disponível em <http://www.worldbank.org/research/aid/aidtoc.htm>. Acesso em 12.12.2006.

_____. *World Development Reports*. Disponível em www.worldbank.org/wdr. Acesso em 12.12.2007.

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WTO. *Doha Ministerial Declaration*. WT/MIN(01)/DEC/1, 2001. Disponível em www.wto.org. Acesso em 10.12.2006.

Entrevistas

BÚRIGO, Fábio. Secretário executivo do CEPAGRO entre 1999 e 2002. 11 de Junho de 2007.

WERLANG, Franco. Vice-Presidente da Fundação Gaia. 07 de maio de 2007.